



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS

LARISSA THAYSE DA ROCHA SANTOS

FORMAS DE CONTROLE CAPITALISTA: FUNDAMENTOS E EXPRESSÕES
CONTEMPORÂNEAS DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO

MACEIÓ-AL
2013

LARISSA THAYSE DA ROCHA SANTOS

**FORMAS DE CONTROLE CAPITALISTA: FUNDAMENTOS E EXPRESSÕES
CONTEMPORÂNEAS DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Reivan Marinho de Souza

MACEIÓ-AL
2013

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Fabiana Camargo dos Santos

S237f Santos, Larissa Thayse da Rocha.

Formas de controle capitalista : fundamentos e expressões contemporâneos da exploração do trabalho / Larissa Thayse da Rocha Santos-2013.
118 f.

Orientador: Reivan Marinho de Souza.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2013.

Bibliografia: f. 116-118.

1. Capital . 2. Trabalho. 3. Controle capitalista. I. Título.

CDU: 364.22/.23



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL MESTRADO

Membros da Comissão Julgadora de Defesa da Dissertação de Mestrado de Larissa Thayse da Rocha Santos, intitulada "Formas de Controle Capitalista: Fundamentos e expressões contemporâneas da exploração do trabalho", apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 29 de agosto 2013, às 15h, na Sala do Conselho da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas - (FSSO-UFAL).

BANCA EXAMINADORA

Reivan Marinho de Souza
Profa. Dra. Reivan Marinho de Souza
Orientador (UFAL)
CPF: 41179072472

Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda
Profa. Dra. Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda
Examinadora interna (UFAL)
CPF: 071.484.294-04

Moema Amélia Serpa Lopes de Souza
Profa. Dra. Moema Amélia Serpa Lopes de Souza
Examinadora externa (UEPB)
CPF: 39983234491

A Elenilda, Ulisses e André

AGRADECIMENTOS

Aos melhores pais do mundo, Ulisses e Elenilda, pelo amor incondicional que me foi dedicado ao longo da minha vida. Durante toda a minha trajetória acadêmica vocês foram o meu maior estímulo e a minha fortaleza. Tenho certeza de que foi a cumplicidade de vocês que me impulsionou a seguir em frente e a mirar novos horizontes. Amo-os, meus amores, com o amor mais puro e sublime que alguém pode sentir.

Às minhas irmãs Julyane e Karine, pelo companheirismo, pelo carinho e por aguentarem o meu falatório e as minhas chatices durante todo o processo de produção deste trabalho. A vocês, minhas queridas, todo o sucesso do mundo.

A minha tia Ilza, pelo carinho, amor e palavras de incentivo. Às minhas primas e amigas Lau, Vaninha, Jéssica, Luana e Rachel, pelo companheirismo e amizade de todas as horas.

A vovó Marlene e Lia, pelos ensinamentos e aconchego. A vocês, minhas guerreiras, meu profundo carinho e admiração.

Ao meu esposo André, pela cumplicidade, pelo apoio, por nunca me deixar desistir.

A minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Reivan Souza, pelo apoio, dedicação e ensinamentos e por ter aceitado participar comigo de todo esse processo. Obrigada por tudo.

À Prof.^a Dr.^a Norma e à Prof.^a Dr.^a Moema, por terem aceitado participar da banca examinadora, bem como pela contribuição para a conclusão desta dissertação.

Aos companheiros de estudo (turma mestrado 2011), pelo apoio, pelas discussões proveitosas, pelos momentos de tensão e descontração, pela atenção e carinho. Agradeço, em especial, à Manuzinha, pelo incentivo e cumplicidade, por se fazer sempre presente e por partilhar comigo minhas inquietações e minhas felicidades.

Por fim, a todos os docentes do PPGSS, por dividirem conosco todos os seus conhecimentos e pelos ricos debates promovidos em sala de aula.

RESUMO

Este trabalho, intitulado “Formas de controle capitalista: fundamentos e expressões contemporâneas da exploração do trabalho”, tem como objetivo geral analisar os fundamentos e o modo como se configura o controle sobre o trabalho no decorrer do desenvolvimento capitalista, procurando explicitar a natureza do controle e a diversidade, bem como a metamorfose dos processos de exploração do trabalho. Com base na teoria social marxista busca-se analisar criticamente as bases sócio-históricas da sociedade capitalista, assim como os processos de organização da atividade produtiva dela decorrentes. Primeiramente, recuperam-se as formas iniciais da organização da produção, quais sejam a manufatura e a grande indústria, e o controle do capital sobre o trabalho nelas presente. Destaca-se que é no momento em que a atividade está centrada no comando de apenas um capitalista, mediante o trabalho cooperado, que se inicia o controle do capital sobre o trabalho. Posteriormente, são analisadas as formas de controle nos padrões contemporâneos de organização do trabalho – taylorismo-fordismo e produção flexível –, refletindo acerca do porquê de se resguardarem os processos de subordinação/subsunção real do trabalho ao capital e em que medida eles se diferenciam dos processos iniciais. Destaca-se a tendência do capital, a partir de sua crise estrutural, para utilizar técnicas persuasivas e novos modelos de gestão sobre o trabalho, sob o discurso de participação e autonomia operária, com vistas a capturar a subjetividade operária. Ressalta-se que esse discurso de autonomia intenta tão somente mascarar a exploração e adequar os trabalhadores à atual lógica de acumulação capitalista, pautada pela flexibilização.

Palavras-Chave: Capital. Trabalho. Controle Capitalista.

ABSTRACT

This work, entitled "Forms of capitalist control: fundamentals and contemporary expressions of labor exploitation", aims at analyzing the fundamentals and how it sets up the control over the work in the course of capitalist development, seeking to clarify the nature of the control and diversity as well as the metamorphosis of the processes of labor exploitation. Based on Marxist social theory seeks to critically analyze the socio-historical foundations of capitalist society as well as the processes of organizing productive activity due her. Firstly, are recovered early forms of organizing production (manufacturing and large industry) and the control of capital over labor in these forms of organization. It is noteworthy that at the moment is that the activity is centered in charge of only a capitalist (cooperative work) which starts the control of capital over labor. Subsequently, we analyze the forms of control in contemporary patterns of work organization - Taylorism-Fordism and flexible production - reflecting about why to guard against the processes of subordination / real subsumption of labor to capital and to what extent they differ from initial processes. Highlights the tendency of capital from its structural crisis, to use persuasive techniques and new management models about working under the discourse of participation and workers' autonomy, in order to capture worker's subjectivity. We emphasize that this discourse of autonomy tries so only mask the exploration and fit workers to the current logic of capitalist accumulation, marked by flexibility.

Keywords: Capital, Labour, Capitalist Control.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	9
1 FORMAS ORIGINÁRIAS DO CONTROLE CAPITALISTA SOBRE O TRABALHO -----	14
1.1 Fundamentos ontológicos do trabalho e o trabalho abstrato no capitalismo -----	14
1.2 Bases históricas da sociabilidade capitalista -----	25
1.3 Formas iniciais de controle capitalista na manufatura -----	33
1.4 Formas de controle do capital na grande indústria e condições degradantes da reprodução do trabalhador -----	39
2 PRODUÇÃO TAYLORISTA – FORDISTA, CONTROLE SOBRE O TRABALHO E CRISE ESTRUTURAL -----	59
2.1 Capitalismo monopolista, bases do controle taylorista-fordista de produção -----	59
2.2. Produção fordista e formas “coercitivas e consensuais” de controle do trabalho -----	70
2.3 Esgotamento do padrão fordista de produção e crise estrutural do capital -----	75
3 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E REDIMENSIONAMENTO DO CONTROLE DO CAPITAL -----	83
3.1 Produção flexível e controle sutil da dimensão física e intelectual do trabalho -----	83
3.2 Programas de controle de qualidade: a retórica da qualidade de vida e da qualidade total -----	91
3.3 Implicações do controle sobre a dimensão subjetiva do trabalho -----	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	110
REFERÊNCIAS -----	116

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, intitulada “Formas de controle capitalista: fundamentos e expressões contemporâneas da exploração do trabalho”, objetiva-se analisar os fundamentos e o modo como se configura o controle do trabalho no decorrer do desenvolvimento capitalista, procurando explicitar a diversidade e as metamorfoses dos processos de exploração do trabalho, a fim de entender sua funcionalidade à reprodução do capital.

O controle da produção material da riqueza é histórico e social. Surge nas sociedades de classe em função da necessidade premente de uma dada classe exercer o domínio sobre aqueles que realizam trabalho e que, efetivamente, produzem a riqueza material. Esse controle é social, pode ser coercitivo e/ou consensual e concretiza-se de forma diferenciada no desenvolvimento dessas sociedades. Nas sociedades precedentes ao capitalismo (escravismo/feudalismo), devido às formas precárias e à escassez que predominava na organização da produção material, o controle era estritamente despótico. Possuía feições diferenciadas em decorrência da sujeição do homem e não da força de trabalho assalariada, com o incremento de mecanismos de domínio relacionados à dimensão transcendente, religiosa. Nas comunidades primitivas, ao contrário disso, a relação que os homens estabeleciam com a natureza e entre si era natural e social, porquanto não era mediada pelo controle privado, já que não existiam classes nem produção do excedente da riqueza.

Com o desenvolvimento das forças produtivas e da acumulação da riqueza, mediante a divisão técnica do trabalho e o conseqüente acirramento das contradições do capitalismo, o controle adquire sutilezas, conforme investigado ao longo da pesquisa realizada e exposto nesta dissertação. Ao analisar o processo de formação da sociedade capitalista, observa-se que este modo de produção baseia-se na exploração do homem pelo homem. É uma exploração que resulta dos antagonismos entre as classes na produção da riqueza material através do trabalho abstrato, diferindo das relações que ocorreram nas sociedades precedentes. No capitalismo, a exploração de uma classe sobre a outra se intensifica e se generaliza historicamente. A classe dominante – a burguesia – detém o controle privado dos meios de produção, e o trabalhador, desprovido dos meios de subsistência, conta apenas com uma saída: vender sua única mercadoria – a força de trabalho ao capitalista.

Como bem afirma Marx (1985a, p. 149), no capitalismo “o comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela”. Nesse sentido, o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho; ao capitalista interessa explorar ao

máximo a força de trabalho, extraindo dela o trabalho excedente, necessário à acumulação de capital. O que a sociedade capitalista tem de peculiar é a subsunção do trabalho ao capital, mediada pelo trabalho abstrato, mas tal processo se diferencia ao longo do desenvolvimento desta sociedade, como será explicitado.

Foi, principalmente, a reprodução contínua das formas de exploração, de precarização dos trabalhadores no desenvolvimento avançado da produção material e de acumulação no capitalismo contemporâneo, que nos instigou a investigar e aprofundar teoricamente por que o controle se mantém e se metamorfoseia. Reflete-se, portanto, nesta dissertação, a complexidade da função controle e a razão de o capital se apropriar de modo diferenciado do *savoir-faire* dos trabalhadores nos processos produtivos.

O debate e a produção acadêmica sobre o tema controle ficaram mais explícitos na sociologia do trabalho nos anos de 1980, devido ao desgaste da produção taylorista-fordista e à reação dos trabalhadores às formas rígidas de controle fabril, ainda que Marx tivesse explicitado seus fundamentos desde o início da industrialização capitalista. No entanto, a literatura na área do trabalho vem discutindo o tema porque os mecanismos de controle capitalista vêm se reordenando, ou melhor, vêm sutilmente sendo reafirmados por propostas gerenciais que apelam para a participação ativa e voluntária dos trabalhadores, a difundirem a falácia de autonomia do trabalho no processo produtivo.

O controle do capital sobre o trabalho inicia-se de fato quando a atividade produtiva centra-se em um único comando, qual seja o comando individual do dirigente capitalista. Destaca-se que a organização da produção baseia-se num trabalho de base cooperada, em que vários trabalhadores trabalham simultaneamente sob o controle do capital, o que requer o disciplinamento da força de trabalho e a fragmentação do saber operário. A forma planejada de executar trabalho cooperado ocorre inicialmente na manufatura e na grande indústria, até chegar às formas contemporâneas de produção capitalista – primeiramente, o taylorismo-fordismo, e em seguida, a produção flexível.

Entende-se que as formas de controle são constituídas historicamente e revelam a necessidade imanente do capital de garantir a extração do trabalho excedente, o que possibilita deduzir inicialmente que o capital se reproduz de forma generalizada com base nesse pressuposto. Busca-se demonstrar como ao longo do desenvolvimento capitalista o capital vem se valendo do controle, mesclando-o com doses de coerção e persuasão. Percebe-se que a cada momento histórico o capital aprimora e redimensiona as formas de controle, a depender da dinâmica das suas crises e da pressão dos movimentos operários.

O interesse pelo objeto de pesquisa surgiu também da necessidade de aprofundar e amadurecer o estudo realizado inicialmente no Trabalho de Conclusão de Curso na graduação em Serviço Social¹. Neste TCC, priorizou-se a investigação de expressões/ aspectos desse controle na reestruturação capitalista contemporânea, em função da pesquisa da Iniciação Científica/PIBIC realizada. Ao dar continuidade aos estudos, no Mestrado, buscou-se, com o projeto, ir além desse momento histórico para capturar os fundamentos ontológicos do trabalho, do controle e de sua reprodução ao longo do desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo. Em síntese, apreender as formas de exploração do trabalho ocorrentes na produção material da riqueza nas sociedades de classes e, em particular, na sociedade burguesa foi o que moveu a nossa curiosidade.

Nessa direção, procura-se responder com o presente estudo a algumas questões, tais como: quais os fundamentos que estruturam a sociedade capitalista? Quais as artimanhas utilizadas pelo capital no desenvolvimento da produção da riqueza para exercer o domínio da força de trabalho? Por que, no contexto contemporâneo, são utilizadas tanto formas coercitivas quanto manipulatórias/persuasivas de controle do trabalho? É possível constituir no capitalismo o controle social sob o domínio do trabalho?

Para responder a essas indagações e aos objetivos, realizou-se uma pesquisa de natureza bibliográfica, recorrendo-se aos autores da literatura clássica e contemporânea marxista da área de conhecimento trabalho. Dentre as fontes investigadas destacam-se: Karl Marx, Friedrich Engels, Leo Huberman, Thomas Gounet, István Mészáros, Paul Baran, Paul Swezzy, José Paulo Netto, Marcelo Braz, Sérgio Lessa, Ivo Tonet, Ricardo Antunes, João Bernardo, Reivan Souza, Harry Braverman e Graça Druck, que contribuem para apreender os processos de subsunção formal e real do trabalho ao capital. A pesquisa bibliográfica realizou-se a partir dos seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico das obras, leituras, reflexões e fichamentos que resultaram na produção de textos, os quais culminaram na estruturação, sistematização e redação final deste trabalho acadêmico.

Defende-se o argumento de que o controle do capital sobre a força de trabalho é inerente/imanente ao modo de produção capitalista. Este controle se desenvolve historicamente com o objetivo de manter e renovar a subordinação do trabalho ao capital, tanto em seus aspectos objetivos como nos subjetivos.

¹ O referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “Formas contemporâneas de controle do capital sobre o trabalho”, resultou da pesquisa sobre as “Atribuições e Competências dos assistentes sociais em indústrias sucroalcooleiras de Alagoas”. Esta foi realizada na Iniciação Científica/PIBIC, no período de 2009/2010, vinculada ao Grupo de Pesquisa Trabalho e Serviço Social – TRASSO do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social, na Universidade Federal de Alagoas.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, são analisados os fundamentos ontológicos do trabalho, considerando-o peculiar a toda e qualquer formação social, bem como sua configuração na sociedade capitalista, em que o processo de trabalho consiste num processo de valorização do capital que produz a forma trabalho abstrato. Resgata-se a base histórica da produção social capitalista para explicitar a gênese da acumulação primitiva do capital. Analisam-se os processos iniciais de organização da produção capitalista – cooperação, manufatura e grande indústria –, bem como as formas iniciais/originárias de controle do capital sobre o trabalho, com base no pressuposto marxiano de que é por meio do trabalho cooperado/coletivo que a atividade produtiva se centra em um único comando para produzir mercadorias no capitalismo.

No segundo capítulo, abordam-se a emergência e a consolidação do capitalismo monopolista, seu caráter expansionista e suas implicações no processo de trabalho. No capitalismo monopolista tem-se o surgimento do modelo de acumulação de base taylorista-fordista, respaldado nos princípios da gerência científica, que possibilitou a racionalização do trabalho. O processo produtivo foi reorganizado segundo os preceitos tayloristas, visando à adesão dos trabalhadores; nele o capital introduz tanto técnicas coercitivas quanto persuasivas. Nesse sentido, reflete-se sobre a dinâmica entre coerção e consenso, problematizando-se por que a dimensão rígida do controle na produção não é abolida. Encerra-se este capítulo tecendo considerações acerca da crise que assolou o capitalismo nos anos 1970 e explicando por que ele se tornou estrutural.

No terceiro capítulo, é problematizada a reestruturação produtiva dos anos 1980 e o redimensionamento do controle do capital sobre o trabalho. Destaca-se que como alternativa à sua crise estrutural dá-se início a um processo de reordenamento do capital que modifica a forma de organização do trabalho; então, o caráter rígido propalado pelo binômio taylorista-fordista cede lugar à flexibilidade dos processos de produção. A fim de explicitar tais alterações, estudam-se as bases do modelo de produção flexível para demonstrar por que é dada ênfase no controle persuasivo e por que a “nova” gestão participativa (Círculos de Controle de Qualidade, Programas de Qualidade Total e Programas de Qualidade de Vida no Trabalho) incide nos aspectos motivacionais e comportamentais do trabalho. Por fim, são discutidas as implicações do controle sobre a dimensão subjetiva do trabalho, que com o discurso de cooperação entre as classes e de autocontrole/ autonomia do trabalhador na produção visa tão somente atrelá-lo ao projeto de “humanização” da gestão empresarial.

A relevância deste estudo para o Serviço Social encontra-se na possibilidade de, ao apreender os processos constitutivos da produção capitalista, contribuir para o debate teórico

acerca da área de conhecimento do trabalho, bem como subsidiar a reflexão dos assistentes sociais acerca das expressões da questão social na contemporaneidade. Compreender criticamente as formas ou estratégias (coercitivas e consensuais, objetivas e subjetivas) de controle capitalista é importante para o Serviço Social, porque lhe permite apreender a dinâmica do desenvolvimento desigual da produção e acumulação capitalista que afeta as condições materiais e a reprodução social dos trabalhadores.

1 FORMAS ORIGINÁRIAS DE CONTROLE CAPITALISTA SOBRE O TRABALHO

Neste capítulo, abordam-se os fundamentos ontológicos do trabalho, bem como o processo de trabalho como processo de valorização do capital que produz a forma trabalho abstrato, peculiar à sociedade capitalista. Resgata-se a base histórica da produção social capitalista para explicitar a gênese da acumulação primitiva do capital. Analisam-se os processos de organização da produção capitalista, a cooperação, a manufatura e a grande indústria, e também as formas iniciais/originárias de controle do capital sobre o trabalho.

A especificidade do modo de produção capitalista está na apropriação privada dos meios de produção pela burguesia e nas relações de compra e venda da força de trabalho. No capitalismo há a constituição de duas classes antagônicas: a classe trabalhadora, que desprovida dos meios de produção, vende a sua força de trabalho como mercadoria para sobreviver, e a classe burguesa, que exerce o domínio sobre a produção da riqueza material e regula a atividade produtiva realizada pelos trabalhadores, tendo como objetivo a geração de lucro para garantir a acumulação de capital. A classe burguesa, movida pelo processo de valorização e acumulação do capital, desenvolve formas de controle que permitem explorar contínua e qualitativamente os trabalhadores. Assim, discutem-se as formas originárias de controle do capital sobre o trabalho, entendendo-as como inerentes ao modo de produção capitalista, cuja natureza coercitiva/despótica lhe possibilita assegurar e ampliar a extração do trabalho excedente.

1.1-Fundamentos ontológicos do trabalho e o trabalho abstrato no capitalismo

Abordam-se, inicialmente, os fundamentos ontológicos do trabalho, explicitando por que é ele constitutivo de toda e qualquer formação social, inclusive no modo de produção capitalista. Nesta sociabilidade, o trabalho assume também a forma peculiar – trabalho abstrato, regido pela necessidade imanente da reprodução do capital, que não cancela sua dimensão ontológica como relação orgânica entre o homem e a natureza.

O trabalho é ação indispensável à reprodução humana e funda o mundo dos homens. Marx (1985a) apreende o trabalho como uma atividade social imprescindível à existência humana, pois possibilita a obtenção dos meios essenciais à sobrevivência dos homens. O trabalho como atividade fundante diz respeito à produção de objetos concretos e materiais que atendem às necessidades elementares da vida:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nele adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 1985a, p. 149).

A categoria trabalho, conforme esclarece Marx, é inequívoca: trata-se do intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, que possibilita tanto a transformação da natureza quanto da sociedade e dos indivíduos que a constituem. Através do trabalho o homem garante tanto a sua existência humana como também sua constante reprodução social. É mediante a sua relação com a natureza que o homem consegue produzir os elementos vitais à sua existência, bem como adquire novos conhecimentos e habilidades sobre a natureza.

Lessa (2007a), baseado nos estudos de Georg Lukács, explica a existência dos princípios ontológicos do ser: as três esferas ontológicas, que constituem a base da reprodução da vida e da sociedade. Essas esferas são a esfera inorgânica, a esfera biológica e a esfera social. A esfera inorgânica, segundo destaca o autor, diz respeito ao reino mineral, ao ser inorgânico, que não possui vida; nessa esfera ocorre sempre a transformação de um mineral em outro diferente do que era originalmente. Tem-se, por exemplo, a transformação da montanha em vale, que se dá sem interferência humana alguma, sendo mediada somente pelas leis naturais; sua essência é o incessante tornar-se outro mineral. Já na esfera biológica, também denominada de esfera da vida ou orgânica, há a constante reprodução do mesmo; seu processo é de repor o mesmo da reprodução da vida; por exemplo, a goiabeira produzirá sempre goiabas. Em ambas as esferas o processo se dá de forma involuntária, desenvolvendo-se de acordo com as leis naturais que constituem o momento de reprodução da natureza.

A esfera social, distinta da inorgânica e da orgânica, particulariza-se pela incessante produção do novo. Essa esfera possui uma processualidade que não depende apenas das leis

naturais, mas também da consciência humana, pois ocorre sempre a produção de novos elementos mediada por atos conscientes, resultando na contínua transformação da realidade.

Apesar de as três esferas serem ontologicamente distintas, há uma intrínseca relação entre elas. A esfera orgânica só passa a existir devido à existência da esfera inorgânica; já a esfera social depende da esfera orgânica para existir. Lessa expõe, com base em Lukács, que o homem enquanto ser social só pode existir e se reproduzir através de uma troca constante, contínua e ineliminável com a natureza, visto que somente ela dará as bases materiais para a sua reprodução.

O ato do trabalho corresponde ao salto ontológico da esfera orgânica à esfera social. Segundo Lessa (2007a), o salto ontológico é caracterizado por Lukács como sendo o momento de ruptura nas formas de ser das três esferas ontológicas acima expostas. Esse salto também é considerado como momento predominante e está expresso na ruptura que culminou com a passagem da esfera inorgânica à orgânica, predominando o repor o mesmo da esfera da vida em lugar do tornar-se outro da esfera inorgânica; e da esfera orgânica à social, momento em que a reprodução do mesmo dá lugar à reprodução do novo, “[...] por meio da transformação consciente orientada do real” (LESSA, 2007a, p. 31). Nesse sentido, o trabalho se constitui no momento predominante do salto que marca a gênese do ser social: o salto da vida ao mundo dos homens.

Marx (1985a) afirma que o trabalho é algo peculiar ao mundo dos homens, pois só os homens são capazes de planejar e criar algo novo; diferentemente dos demais animais, que executam sempre o mesmo:

(...) pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. (MARX, 1985a, p. 149-150).

O trabalho é a protoforma originária do agir humano; ele gera novas capacidades, necessidades, habilidades e conhecimentos. A criação do novo só é possível porque o homem é o único ser capaz de pensar em finalidades para responder a determinada situação concreta. Lessa (2007a) afirma que esse momento de planejamento que antecede e dirige a ação é denominado por Lukács de prévia-ideação. A prévia-ideação é uma das categorias que compõem a processualidade interna do trabalho; através dela “as consequências da ação são

antevistas na consciência, de tal maneira que o resultado é idealizado, ou seja, projetado na consciência, antes que seja construído na prática” (idem, p. 37). A prévia-ideação consiste então em antecipar na consciência algo que se deseja objetivar; implica projetar/idealizar na mente uma ação antes da sua concretude, ou seja, é uma ação dirigida para a e relacionada com a realidade. Ela constitui um momento abstrato, mas isso não significa que não tenha existência real, tampouco que não exerça força material na determinação dos atos sociais. “Só enquanto abstratividade pode ela constituir o momento em que os homens confrontam passado, presente e futuro e projetam, idealmente, os resultados de sua práxis” (idem, p. 37).

O trabalho permite, por ser um ato consciente, fazer escolhas entre alternativas postas pela realidade e dá resposta para determinada situação concreta mediante a prévia-ideação. Saliente-se que, mesmo sendo um projeto singular abstrato, a prévia-ideação está permeada por elementos universais, genéricos, pois é uma resposta a uma situação social genérica. Nesse processo, confrontam-se o presente – situação concreta que se deseja modificar –, o passado – conhecimento acumulado que serve de apoio à concretude do projeto atual – e o futuro – as expectativas, o que se almeja alcançar. Portanto, mesmo no seu momento mais singular, a categoria trabalho opera um processo de generalizações (LESSA, 2007a).

Fica claro então por que o trabalho é o ato fundante e peculiar ao mundo dos homens; ao agir de forma consciente na realidade, o homem a transforma ao tempo que transforma a si mesmo. Segundo Lessa (2007a), o ato de estabelecer finalidades de forma consciente é denominado por Lukács de pôr teleológico; a teleologia é a categoria central do trabalho, pois sem ela o trabalho jamais iria se distinguir da atividade animal; somente através dela é possível fazer escolhas e pensar em alternativas. Nesse sentido, a teleologia não ocorre naturalmente, pois é uma categoria posta pelo sujeito; o ato teleológico supõe um autor consciente, logo, não se deve reduzir a teleologia ao impulso do sujeito.

A teleologia – os atos conscientes desenvolvidos pelos sujeitos – só concretiza o previamente pensado em relação com a causalidade – os nexos causais do mundo objetivo. Apesar de serem momentos heterogêneos, “[...] constituem, no processo de trabalho, uma unidade indissolúvel” (TONET, mimeo, p. 59). Como visto, o pôr teleológico é caracterizado pelo estabelecimento consciente de fins a serem alcançados; estes fins não são abstraídos diretamente da realidade objetiva, mas sim planejados conscientemente pelos sujeitos. Contudo, os fins também não partem de uma criação inteiramente autônoma da subjetividade. “Por um lado, porque a própria subjetividade já é um produto social, de modo que ela articula em si a individualidade e a genericidade. Por outro lado, porque a objetividade, se não determina o fim, põe o campo de possibilidades a partir das quais a subjetividade faz as suas

escolhas” (idem, p. 60). Desse modo, o ato de pôr fins é um ato livre, visto que não é uma imposição inevitável, mas é também um ato concretamente delimitado.

Lessa (2007a) afirma que teleologia e causalidade mantêm uma relação dialética:

Ao se alterar o existente, pela objetivação de uma prévia-ideação, advêm consequências e resultados inesperados que resultam em novas necessidades e em novas possibilidades para atender a essas necessidades. Lukács refere-se a um “período de consequências”. Os indivíduos, então, operam novas prévias-ideações tendo em vista as novas exigências e possibilidades que surgiram, efetuam novas objetivações, dando origem a novos objetos que, por sua vez, desencadeiam novos nexos causais, etc. (LESSA, 2007a, p. 44-5).

Essa relação dialética entre teleologia e causalidade corresponde à essência do trabalho; para Lessa (2007a), longe de ser um epifenômeno da processualidade social, a teleologia se constitui em categoria ontologicamente objetiva que se relaciona com a causalidade e que pertence à essência do mundo dos homens.

O trabalho é o ato fundante do ser social, porém o ser social não se reduz a ele; a partir do trabalho surgem novos complexos sociais. Sabe-se que através do trabalho o homem se transforma, adquire novos conhecimentos, habilidades e necessidades; produz generalizações que possibilitam que o indivíduo se desenvolva enquanto gênero humano e se torne cada vez mais complexo. “Esta complexificação, que tem na divisão do trabalho um dos seus momentos mais importantes, implica que, ao longo do processo, surjam necessidades e problemas, cuja origem última está no trabalho, mas que não poderiam ser atendidas diretamente na esfera dele” (TONET, mimeo, p. 64).

Isto implica dizer que o trabalho remete para além dele mesmo, fazendo surgir novos complexos sociais, tais como a política, a ética, a educação, a religião, a ideologia. Estas possuem dependência ontológica em relação ao trabalho, ou seja, têm sua raiz nele, porém assumem função específica na reprodução do ser social.

É somente a partir do trabalho que o homem desenvolve as demais práxis. O ato do trabalho ultrapassa a produção do objeto imediato, dando origem a conhecimentos mais complexos. Ao transformar a natureza, ao mesmo tempo o homem se transforma, desenvolvendo o meio que o cerca, e assim complexifica suas relações e necessidades. Nesse processo, sua relação com a natureza torna-se cada vez mais socialmente mediada. O desenvolvimento do processo de trabalho traz consigo o aperfeiçoamento dos meios de trabalho; estes se tornam cada vez mais sofisticados, atendendo às exigências decorrentes da urgência de novos valores de uso, que por sua vez tentam suprir as novas necessidades existentes.

Pode-se constatar, no processo de trabalho, a apropriação dos meios de produção e matéria-prima pelo trabalho vivo. Mediante a atividade orientada a um fim, o trabalhador transforma esses objetos, denominados por Marx (1985a) de “valores de uso apenas possíveis”, em “valores de usos reais”.

O processo de trabalho, (...) em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, *independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais*. (MARX, 1985a, p. 153, grifos nossos).

Não existe possibilidade de reprodução social sem que a natureza seja transformada nos meios de produção e meios de subsistência indispensáveis a cada sociedade. “Qualquer forma de sociedade seria inviável se ela não dispusesse da natureza como fonte de meios de subsistência e meios de produção” (LESSA, 2007b, p. 132). Seja qual for a forma de sociabilidade, sua reprodução dependerá sempre da transformação da natureza; o que varia historicamente é a forma de organização dos homens para transformar a natureza: “[...] variam, ao longo da história, os objetos produzidos a partir dos elementos naturais, bem como os meios empregados nessa transformação; mas permanece o fato de que a reprodução da sociedade depende da existência da natureza (LESSA, 2007b, p. 132).

Lessa (2007b) prossegue afirmando que tal processo é válido mesmo para a sociedade capitalista; sem a transformação da natureza, o capital produzido ou valorizado pela exploração do trabalho abstrato não poderia existir. O que a sociedade capitalista traz de novo e que lhe é peculiar é a subsunção do trabalho ao capital. Com ela surge o trabalho abstrato, caracterizado pela redução da força de trabalho à mercadoria sob a regência do capital.

Na sociedade capitalista ocorre a apropriação pelo capitalista do trabalho útil concreto voltado ao atendimento das necessidades humanas elementares e a instauração do trabalho assalariado. O trabalhador é obrigado a vender sua força de trabalho ao capitalista para tentar sobreviver; por sua vez, o capitalista, que detém os meios de produção extrai da força de trabalho a mais-valia necessária ao processo de acumulação de capital.

O processo de trabalho transforma-se no que Marx (1985a) denominou de “processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista”:

O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins, portanto, que não seja desperdiçada matéria-

prima e que o instrumento de trabalho seja preservado, isto é, só seja destruído na medida em que seu uso no trabalho o exija. (idem, p. 154).

Mediante o ato da compra o capitalista toma posse de todos os componentes da produção, inclusive do trabalho. O produto é propriedade do capitalista, e não do trabalhador, que é o produtor direto. Ao comprar a força de trabalho o capitalista a utiliza como qualquer outra mercadoria, e até mais, pois ela é a única mercadoria que produz o trabalho excedente que o capitalista tanto almeja. Nessa relação de compra e venda é sempre o trabalhador que sai perdendo; em troca da venda de sua força de trabalho lhe é paga uma parcela monetária muito inferior ao trabalho produzido. O capitalista usufrui da força de trabalho, durante o espaço de tempo acordado, como bem deseja, tomando para si tudo o que foi produzido. “Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria, força de trabalho por ele comprada [...] o processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem” (MARX, 1985a, p. 154).

Nesse processo, o trabalhador trabalha sob o comando do capitalista. A este último cabe adequar o trabalhador à nova forma de produzir, controlando-o e submetendo o processo produtivo à busca incessante por trabalho excedente. É explorando a força de trabalho que o capital consegue extrair a mais-valia necessária ao seu processo de acumulação. Ao ser obrigado a vender sua força de trabalho ao capital, o trabalhador fica sujeito aos seus ditames, sendo permanentemente explorado. Esse processo gera o empobrecimento material e intelectual do trabalhador, que em troca da venda de sua força de trabalho ganha um salário que mal dá para sobreviver.

Para o capitalista, o processo de trabalho nada mais é do que o processo de consumo das coisas que ele comprou, bem como a produção de valor de uso que tenha um valor de troca, isto é, que seja destinado à venda. A este processo de produção de valores de uso que sejam portadores de valor de troca, Marx (1985a) denominou de processo de valorização. O autor explica que o produto que é propriedade do capitalista é um valor de uso, mas não se fabricam os produtos por causa deles mesmos. “Produzem-se aqui valores de uso somente porque e na medida em que sejam substrato material, portadores do valor de troca” (idem, p. 155). Em primeiro lugar, importa ao capitalista produzir um valor de uso que tenha um valor de troca; produção de mercadorias. Em segundo lugar, ele almeja produzir uma mercadoria cujo valor supere a soma dos valores das mercadorias utilizadas para produzi-la. Seu objetivo é “[...] produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valia” (idem, p. 155):

[...] O processo de valorização não é nada mais que um processo de formação de valor prolongado além de certo ponto. Se este apenas dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente, então é um processo simples de formação de valor. Se ultrapassa esse ponto, torna-se processo de valorização. (idem, p. 161).

No processo de valorização, o valor da força de trabalho e a sua valorização no processo de trabalho possuem grandezas diferentes. Ao comprar a força de trabalho o capitalista visa que ela seja transformada em fonte de valor, e um valor superior ao que ela mesma possui; para tanto, busca prolongar a jornada de trabalho, a fim de que o trabalhador trabalhe além do necessário. Porém, o valor pago ao trabalhador é muito inferior comparado ao valor que o capitalista arrecada com a utilização da força humana de trabalho. Desta forma, o valor de uso da força de trabalho se aliena, pois o trabalhador perde a dimensão do valor por ele produzido, passando a receber no mercado o equivalente a seu valor de troca, muito menor do que o daquilo que foi por ele produzido (MARX, 1985a). O valor de uso pertence ao capitalista, detentor dos meios de produção, e não mais ao trabalhador; assim como qualquer outra mercadoria. Ao trabalhador resta apenas receber o equivalente a seu valor de troca, ou seja, o salário.

A circunstância de que a manutenção diária da força de trabalho só custa meia jornada de trabalho, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar um dia inteiro, e por isso, o valor que sua utilização cria durante um dia é o dobro de seu próprio valor de um dia; é grande sorte para o comprador, mas, de modo algum, uma injustiça contra o vendedor. (MARX, 1985a, p. 160).

O processo de trabalho enquanto processo de valorização é peculiar ao modo de produção capitalista e tem como objetivo produzir mercadorias para obter valores de troca. Para tanto, o capitalista compra a força de trabalho, único bem que o trabalhador possui, e a consume, extraindo dela a mais-valia² necessária à acumulação de capital.

Com ela surge o trabalho abstrato, caracterizado pela redução da força de trabalho à mercadoria sob a regência do capital. Tal redução, todavia, não significa uma identidade entre trabalho e trabalho abstrato, tampouco o desaparecimento do primeiro, pois nem todo trabalho

²O processo de extração de mais-valia é resultante das revoluções técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto, do próprio modo de produção, [...] “a fim de aumentar a força produtiva do trabalho, mediante o aumento da força produtiva do trabalho, reduzir o valor da força de trabalho, e assim encurtar parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução deste valor. A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho, chamo de mais-valia relativa” (MARX, 1985a, p. 251). A mais-valia relativa tem sua base na manufatura e se generaliza na grande indústria. No decorrer do desenvolvimento capitalista, sem anular a mais-valia absoluta, a mais-valia relativa possibilita intensificar o controle do capital sobre a força de trabalho, tornando-a mais subordinada às necessidades de acumulação.

abstrato realiza intercâmbio com a natureza, nem todo trabalho abstrato é trabalho produtivo: “(...) nem todo trabalho produtivo realiza o intercâmbio orgânico com a natureza, portanto, nem todo trabalho produtivo é trabalho ‘condição eterna’ da vida social. Não pode haver, então, uma identidade entre o trabalho e o trabalho abstrato” (LESSA, 2007b, p. 163).

Fica evidente que no capitalismo o trabalho assume uma forma peculiar e que apenas a definição do trabalho como relação entre o homem e natureza não basta, quando se trata das relações de produção capitalista. A “[...] determinação de trabalho produtivo, tal como resulta do ponto de vista do processo simples de trabalho, não basta, de modo algum, quando se trata de considerar o processo de produção capitalista” (MARX, 1985b, p. 105).

Marx (idem, p. 105) segue afirmando que:

Na medida em que o processo de trabalho é puramente individual, o mesmo trabalhador reúne todas as funções que mais tarde se separam. Na apropriação individual de objetos naturais para seus fins de vida, ele controla a si mesmo. Mais tarde ele será controlado. (...) Como no sistema natural cabeça e mão estão interligados, o processo de trabalho une trabalho intelectual com o trabalho manual.

Na análise do trabalho enquanto “eterna condição da existência humana” (MARX, 1985b), o trabalho manual e o intelectual estão unidos e são realizados pelo mesmo indivíduo; isto porque ainda não se considera a divisão social do trabalho. Mas, com a gênese das sociedades de classes, tem início a divisão técnica do trabalho, e o trabalho manual e intelectual, que antes estavam “interligados”, separam-se “[...] até se oporem como inimigos” (Marx, 1985b, p. 105).

No capitalismo ocorre a intensificação dessa oposição entre trabalho manual e o intelectual. Este último tem a função de subordinar o corpo e a vontade dos trabalhadores manuais às necessidades de reprodução do capital. “[...] O trabalho intelectual passa a ser a direção e o controle que se impõe do exterior do trabalho sobre os trabalhadores” (LESSA, 2007b, p. 156).

Nesta situação,

O produto transforma-se, sobretudo, do produto direto do produtor individual em social, em produto comum de um trabalhador coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros se encontram mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho. Com o caráter cooperativo do próprio processo de trabalho amplia-se (*erweiter sich*), portanto, necessariamente o conceito de trabalho produtivo e de seu portador, do trabalhador produtivo. Para trabalhar produtivamente, já não é necessário, agora, pôr pessoalmente a mão na obra; basta ser órgão do trabalhador coletivo, executando qualquer uma de seus subfunções. (MARX, 1985b, p. 105).

Na citação anterior, Marx explicita as categorias “trabalhador coletivo” e “trabalho produtivo” como peculiares à reprodução da sociedade capitalista. Explica que para trabalhar produtivamente já não se faz necessário colocar pessoalmente a mão na obra; basta ser membro do trabalho coletivo e exercer alguma das suas subfunções. Deste modo, “trabalhador coletivo e trabalhador produtivo são categorias que se interpenetram; para trabalhar produtivamente (...) basta ser órgão do trabalhador coletivo” (LESSA, 2007, p. 149). O trabalhador coletivo é formado pelos trabalhadores produtivos num contexto em que a divisão do trabalho promoveu a separação e a oposição como inimigos entre o trabalho manual e o trabalho intelectual; é um contexto em que o trabalhador passa a ser controlado.

Marx (1985b, p. 105) destaca que

A determinação original (...) de trabalho produtivo deriva da própria natureza da produção material, permanece sempre verdadeira para o trabalhador coletivo, considerado como coletividade (*als Gesamtheit*). Mas ela já não é válida para cada um de seus membros, tomados isoladamente.

Na sociedade capitalista desenvolvida cabe ao trabalhador coletivo exercer a função social de transformar a natureza nos meios de produção e de subsistência necessários à reprodução social; é ele quem predominantemente mantém a relação de intercâmbio orgânico com a natureza no capitalismo desenvolvido. Porém, isso só é válido para o trabalhador coletivo tomado em sua totalidade, mas não para cada um de seus membros, considerados isoladamente. Isso ocorre, pois há “[...] no interior do trabalhador coletivo a ‘manipulação do objeto de trabalho’ e outras atividades que auxiliam, mas não realizam imediatamente esta manipulação – sem que isso cancele o fato de que a função social do trabalhador coletivo ‘como um todo’ seja a transformação da natureza em meios de produção e subsistência” (LESSA, 2007b, p. 151).

O trabalhador coletivo é formado por trabalhadores produtivos que mantêm em sua totalidade uma relação orgânica com a natureza, “[...] e que vem a ser em meio à ‘oposição como inimigos’ do trabalho intelectual com o manual” (LESSA, 2007b, p. 151). Conforme Lessa, há aqui a primeira distinção entre o trabalho (relação orgânica do homem/natureza) e o trabalho produtivo do trabalhador coletivo. Este último cumpre a função social de transformar a natureza em meios de produção e subsistência necessários à reprodução capitalista.

Por outro lado, o trabalho produtivo se estreita no capitalismo porque

[...] A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. (MARX, 1985b, p. 105).

Neste contexto, verifica-se tanto uma ampliação quanto o estreitamento do que seja trabalho produtivo e trabalhador produtivo. Sob a regência do capitalista, o trabalho produtivo é ampliado porque a reprodução do capital inclui todas as práxis sociais que produzem mais-valia, sendo elas o trabalho (intercâmbio homem e natureza) ou não. Ao mesmo tempo, o trabalho produtivo se estreita, pois, sob a lógica do capital, o trabalho produtivo não produz em geral, mas produz apenas mais-valia. É produtivo tão só o trabalho que produza mais-valia ou sirva à autovalorização do capital.

Desta forma, fica evidente a diferença entre trabalho e trabalho produtivo. O primeiro é “[...] o ‘controle’ do metabolismo social com a natureza, é a ‘produção em geral’ dos valores de uso sem os quais não há vida humana possível [...]” (LESSA, 2007b, p. 153); já o trabalho produtivo é essencialmente produção de mais-valia. O conceito de trabalhador produtivo expressa “uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas azar” (MARX, 1985b, p. 106).

O trabalho é condição primeira e eterna da vida social; já o trabalho produtivo que é produtor de mais-valia existe apenas na sociedade capitalista desenvolvida. Na sociedade capitalista cabe ao trabalhador coletivo, enquanto totalidade, exercer a relação de intercâmbio orgânico com a natureza; o trabalhador coletivo é sempre um trabalhador produtivo, ou seja, ele sempre produz mais-valia. Contudo, o inverso não é verdadeiro. “Nem todo trabalhador produtivo é trabalhador coletivo.” (LESSA, 2007b, p.154). Existe trabalho produtivo fora do trabalhador coletivo e até mesmo fora do intercâmbio orgânico com a natureza. Sendo assim, no interior do trabalhador produtivo temos uma diferença relevante: “embora todos eles produzam mais-valia, nem todos eles cumprem a função de intercâmbio orgânico com a natureza e nem todos eles pertencem ao trabalhador coletivo” (LESSA, 2007b, p. 154).

Após serem abordados os fundamentos que explicam o trabalho enquanto atividade fundante do ser social, presente em qualquer formação social, e o trabalho abstrato (coletivo, produtivo, manual e intelectual), que rege a sociedade capitalista, a seguir serão tratadas as bases históricas da sociedade capitalista para explicitar a gênese e o desenvolvimento inicial

da organização produtiva, e por que se afirma a necessidade do controle despótico do trabalho pelo capital nessa sociedade.

1.2 Bases históricas da sociabilidade capitalista

Dando continuidade à reflexão sobre a peculiaridade do controle do trabalho na produção social apreende-se que a emergência do modo de produção capitalista pressupõe uma completa separação entre os trabalhadores e os seus meios de produção, bem como a apropriação destes meios de trabalho pela classe burguesa. Esta separação ocorre ainda no seio da sociedade feudal e é caracterizada por Marx (1985b) como acumulação primitiva, a preceder a acumulação capitalista; ou seja, "uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida" (idem, p. 261).

A sociedade burguesa é uma sociedade regida pela troca de mercadorias, sociedade que privilegia o ter em relação ao ser. Contudo, não se deve confundir a lógica de mercado burguês com as relações de troca que ocorriam nos modos de produção pré-capitalistas; o capitalismo não se baseia nas trocas esporádicas de produtos, mas sim em sua comercialização em escala mundial, fruto da exploração do trabalho assalariado. Marx (1985b, p. 262) afirma que "dinheiro e mercadoria, desde o princípio, são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência". É necessário transformá-los em capital. Mas para que isso ocorra é fundamental que duas espécies bem distintas de possuidores de mercadorias se defrontem e entrem em contato. De um lado, os possuidores de meios de produção, que têm como objetivo "valorizar a soma-valor que possuem mediante a compra de força de trabalho alheia" (MARX, 1985b, p. 262); do outro lado, estão os trabalhadores livres, vendedores de sua força de trabalho. Marx (1985b) afirma que estes são trabalhadores livres no duplo sentido, pois não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos e os servos; tampouco os meios de produção são propriedade sua, como no caso dos camponeses economicamente autônomos.

Esta nova gama de trabalhadores se encontra livre, solta e desprovida dos meios de produção.

Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção

capitalista se apóie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, e por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como 'primitivo' porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 1985b, p. 262).

O processo de separação do trabalhador dos seus meios de produção inicia-se no feudalismo. “A estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela” (idem, p. 262). O trabalhador, produtor direto, só pôde dispor de sua pessoa quando deixou de estar vinculado à gleba e de ser servo ou dependente de outra pessoa. Para tornar-se livre vendedor de sua força de trabalho, levando sua mercadoria a todo e qualquer lugar onde ela pudesse ser comercializada, ele precisava ainda haver escapado do domínio das corporações, de suas regras para aprendizes e oficiais e das precisões restritivas ao trabalho.

Contudo, esses recém-libertados somente se tornam vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as suas garantias de subsistência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes forem roubados. “E a história dessa expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (idem, p. 262). Para a instauração da sociedade burguesa era necessário combater o poder feudal e seus privilégios, bem como as corporações e os entraves que elas opunham ao livre desenvolvimento da produção e à livre exploração do homem pelo homem.

O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo (MARX, 1985b, p. 263).

O processo histórico que gerou tanto o trabalhador assalariado quanto o capitalista teve como ponto de partida a servidão do trabalhador. Houve uma mudança na forma de sujeição, na transformação da exploração feudal em capitalista. A transição da sociedade feudal para a capitalista teve por base os mais diversos métodos de violência. Foi um processo marcado por usurpação, rapina, escravização e violência de toda ordem.

Marx (1985b) assevera que o prelúdio do revolucionamento que criou as bases do modo de produção capitalista ocorreu entre o último terço do século XV e as primeiras

décadas do século XVI. Ele analisa em especial o caso inglês, visto que na Inglaterra, em plena vigência do século XV, a servidão já estava praticamente abolida, apresentando-se

(1) a distribuição das terras por uma infinidade de camponeses e (2) o arrendamento de parte do solo das grandes áreas senhoriais a arrendatários que assalariam o trabalho, como os elementos institucionais básicos sobre os quais se delineia o novo panorama geral da economia britânica, e que, de alguma forma, reproduz-se, como tendência, no restante da Europa. (MELLO, 1999, p. 32).

Junto às transformações da estrutura agrária têm-se também novos e importantes impulsos no ramo das atividades comerciais. O desenvolvimento do comércio interno europeu, as relações monetárias e um sistema de trocas mais avançado vão diluindo pouco a pouco os vínculos de dependência pessoal, sanguínea e educacional que marcaram o período feudal, bem como também vão sendo diluídas as estruturas de produção voltadas à realização de valores de uso ao consumo direto.

As novas condições sociais de existência, tensionadas pela ação crescente do comércio e pela necessidade de expansão da produção de bens destinados à troca (mercadorias), vão assim, pouco a pouco, alterando as formas das atividades produtivas (sua dinâmica interna) e as relações sociais a elas sujeitas. Os indivíduos, paulatinamente, passam a entrar em contato entre si não mais como membros de uma comunidade voltada à satisfação pura e simples de suas carências materiais internas, mas como trabalhadores independentes, requisitados a cumprir a simples finalidade de produzir riquezas por meio de vínculos impessoais de contrato de trabalho, subordinados a condições precárias de produção que cada vez mais se lhes vão apresentando como autonomizadas, destacadas de seu controle direto e desarraigadas de qualquer laço de dependência pessoal. (MELLO, 1999, p. 33).

A revolução agrícola enriqueceu o arrendatário tão rapidamente quanto empobreceu a massa dos trabalhadores rurais. Com as novas oportunidades de enriquecimento advindas da expansão do comércio, logo o antigo arrendatário se transforma em arrendatário capitalista; e para expandir seus negócios, emprega mais trabalhadores assalariados, amplia as terras de cultivo e intensifica o ritmo de trabalho na lavoura. As estratégias utilizadas para criar as condições propícias ao aumento da acumulação de capital são as mais variadas e violentas. “Ao poder real, centralizado e absoluto, produto do desenvolvimento burguês, coube dar o golpe final nos últimos resquícios das relações de vassalagem herdadas da feudalidade, lançando ao mercado de trabalho uma massa de trabalhadores destinados à proletarianização” (idem, p. 34).

A expropriação do produtor rural, do camponês, de uma vez por todas privado de suas terras, de seus meios de subsistência, foi a base de todo o processo. Com a dissolução dos

séquitos feudais, uma massa de trabalhadores foi lançada no mercado de trabalho e, “livre como os pássaros” (MARX, 1985b, p. 275), se aglomeraram pelas cidades.

O impulso imediato para isso foi dado, na Inglaterra, nomeadamente pelo florescimento da manufatura flamenga de lã e a conseqüente alta dos preços da lã. A velha nobreza feudal fora devorada pelas grandes guerras feudais; a nova era uma filha de seu tempo, para a qual o dinheiro era o poder dos poderes. Por isso, a transformação de terras de lavoura em pastagens de ovelhas tornou-se sua divisa. (MARX, 1985b, p. 264).

Em nome do progresso capitalista e do aprimoramento de seus processos de produção, uma significativa quantidade de terras comuns foi usurpada, camponeses foram expulsos de suas terras, choupanas e habitações de trabalhadores rurais foram demolidas, deixando os proletários abandonados e na condição de despossuídos.

Houve na época a criação de leis e decretos no sentido de proibir novas usurpações de terras e demolições de casas camponesas; entre elas estavam as leis editadas por Henrique VII e Henrique VIII. Contudo, elas serviram como meros paliativos; as legislações não resistiram aos imperativos da dinâmica econômica do sistema capitalista nascente, a qual impôs a subordinação e a conversão das massas populares em trabalhadores assalariados, bem como a transformação de seu antigo instrumental de trabalho em capital.

O processo de expropriação violenta da massa do povo recebeu novo impulso, no século XVI, mediante o roubo colossal dos bens da Igreja Católica. Os bens eclesiásticos foram rapinados ou vendidos por um preço irrisório a fazendeiros especuladores e aos burgueses, que dali expulsaram os antigos súditos hereditários e derrubaram sua propriedades. “Ao final do turbulento período, o saldo fora uma maior concentração da propriedade da terra nas mãos dos burgueses e um aumento de braços disponíveis no mercado de trabalho” (MELLO, 1999, p. 35).

As transformações no campo também ocasionaram significativas modificações na organização produtiva do artesanato urbano das corporações de ofício. As demandas de um mercado em expansão tensionavam as barreiras impostas pela legislação feudal ao número de trabalhadores aprendizes, bem como ao volume de produção de mercadorias que cada mestre de corporação estava tradicionalmente acostumado a ter de lidar. Essas restrições foram pouco a pouco sendo rompidas, ao tempo que o comércio foi se desenvolvendo e o número de proletariados livres crescia.

Mello (1999, p. 36) afirma que

A passagem do antigo sistema produtivo das corporações de ofício para o sistema de cooperação simples (forma primitiva da manufatura moderna), congregando então, num mesmo espaço de atividade, um número bem superior de trabalhadores assalariados e impulsionando, em consequência, a escala da produção de mercadorias, transformava *qualitativamente* a natureza social das relações de produção e o padrão de acumulação. Nascia, ainda que de forma embrionária, a forma capitalista de produção, proliferando os germes daquilo que logo viria a ser um novo modo universalmente dominante de produção.

O século XV serviu de palco não apenas para o desenvolvimento do capital mercantil e para o processo de assalariamento crescente no campo, mas também para o surgimento do capital produtivo nas cidades, com a crescente ampliação das oficinas, bem como do aumento do número dos trabalhadores contratados e do volume de mercadorias produzidas. Todo esse processo resultou numa maior expansão do capital, isto é, na crescente produção de mais-valia e na intensificação da exploração da força de trabalho, “ao ponto de ter liberado, do próprio trabalho, o antigo empregador, ora transformado de mestre artesão em capitalista” (MELLO, 1999, p. 36).

Contudo, até meados do século XV, o proletariado que surgira na segunda metade do século XIV compunha ainda uma parte minoritária da população. A necessidade de mão de obra ditada pela economia camponesa autônoma no campo e pela organização corporativa nas cidades absorvia toda a força de trabalho disponível. Isso significa que “no campo e na cidade, mestres e trabalhadores estavam socialmente próximos. A subordinação do trabalho ao capital era apenas formal, isto é, o próprio modo de produção não possuía ainda caráter especificamente capitalista” (MARX, 1985b, p. 277). O elemento variável do capital preponderava sobre o elemento constante. Com isso, crescia rapidamente a demanda por trabalho assalariado a cada acumulação de capital, ao passo que a oferta de força de trabalho seguia lentamente. “Grande parte do produto nacional, convertido mais tarde em fundo de acumulação do capital, ainda entrava no fundo de consumo do trabalhador” (idem, p. 277). Foram então criados estatutos de trabalhadores, na Inglaterra (1349) e na França (1350), estabelecendo o prolongamento da jornada de trabalho, visando compensar a carência de força de trabalho disponível no mercado.

Somente com a expulsão dos trabalhadores do campo de suas terras, com o roubo das terras comuns, com a usurpação dos bens da Igreja Católica e com todo terrorismo que marcou a ação das classes dominantes desde o final do século XV, foi possível prover a oferta de trabalhadores assalariados, tão necessária à acumulação de capital. Assim, “eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital

e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros” (MARX, 1985b, p. 275).

Porém, como toda a dinâmica capitalista é contraditória, o que antes era a solução passou a ser um problema. Os expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela violenta expropriação da base fundiária, considerados por Marx (1985b) como um “proletariado livre como os pássaros”, não puderam ser absorvidos pela manufatura nascente com a mesma velocidade com que foram postos no mundo. Os trabalhadores que foram arrancados bruscamente de seu modo costumeiro de vida não conseguiam enquadrar-se à disciplina da nova condição. Por força das circunstâncias, muitos deles se tornaram pedintes, ladrões, assassinos ou vagabundos.

Marx (1985b) afirma que para combater essa massa de proletariado foi criada, em toda a Europa Ocidental, no final do século XV, uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. “Os ancestrais da atual classe trabalhadora foram imediatamente punidos pela transformação, que lhes foi imposta, em vagabundos e *paupers*. A legislação os tratava como criminosos ‘voluntários’ e supunha que dependia de sua boa vontade seguir trabalhando nas antigas condições, que já não existiam” (MARX, 1985b, p. 275).

Desta forma, os trabalhadores do campo, tendo sua base fundiária expropriada e dela sendo expulsos à força, transformados pelo sistema nascente em vagabundos, foram enquadrados por leis terroristas e grotescas, seguindo uma disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, mediante o açoite, o ferro em brasa e a tortura; enfim, presos às amarras da lógica punitiva burguesa.

A própria legislação servia como veículo de roubo de terras e método de violência contra a massa da população. Marx diz que no século XVIII, para expropriar de uma vez por todas as terras dos camponeses independentes, foram baixados decretos que tornavam suas terras propriedade particular burguesa. Países como a Inglaterra, França e Alemanha assumiram a forma de “limpeza das propriedades” de seus antigos moradores, enxotados de seus lares pelas próprias forças oficiais a serviço da “legalidade” (MELLO, 1999).

Todo esse longo processo histórico, marcado por métodos violentos de constituição da propriedade burguesa, traduzia a consolidação do novo modo capitalista de produção, que já no início da expansão mercantilista havia atingido um nível de dinamismo e um ritmo progressivo de universalização que não mais permitia nenhuma ordem de retrocesso.

Mello (1999, p. 39) ressalta que

As pré-condições para a explosão da era capitalista, da reprodução ampliada da acumulação do capital, não decorriam, contudo, apenas das repercussões da revolução agrícola em solo europeu, a qual, com a expropriação de camponeses, prepara o adensamento do proletariado urbano necessário à expansão da manufatura (e, depois, da indústria) e impulsionara a formação de um promissor mercado interno (em cada país), com troca de mercadorias (matérias-primas e manufaturados) entre campo e cidade. O capitalismo, quando emerge em seu primeiro esplendor no século XVI (e não antes), sob a forma do mercantilismo, já se constituía, então, num *sistema internacional em pleno desenvolvimento*, que tinha por base as necessidades do novo *mercado mundial* que começava a ser criado pelas grandes descobertas do final do século XV; o comércio ativo e regular de longa distância como “*ossatura*” da nova onda de trocas [...] fora o fator diretamente decisivo à própria deflagração e aceleração de todo o processo de transformações radicais que ocorreram na Europa desde a entrada do Quinhentos – o sentido último da Revolução Comercial –, e que passara a tensionar, ferindo de morte, as velhas estruturas econômicas herdadas da feudalidade (MELLO, 1999, p. 39).

A descoberta, na América, do ouro e da prata, o extermínio, a escravização e o aprisionamento de populações indígenas nas minas do continente, o início da conquista e a pilhagem das Índias Orientais, bem como a conversão da África numa reserva para a caça comercial de negros marcam a aurora da era capitalista de produção e são momentos fundamentais da acumulação primitiva. Nesse contexto a guerra comercial entre as nações europeias não mais se limitava aos mercados do Velho Continente, mas se expandia mundo afora (Marx, 1985b). Todo esse processo foi amparado pelo Estado, através de violência concentrada e organizada da sociedade, no intuito de acelerar a transição do modo feudal de produção para o capitalista. A violência “é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica” (idem, p. 286). Esta metáfora utilizada por Marx exprime a relação indissociável que se constitui entre as esferas da economia e da reprodução social no desenvolvimento da sociedade capitalista.

Era necessário expandir mundialmente a lógica capitalista, nem que para isso fosse preciso se valer dos métodos mais sórdidos de violência. A constituição do capitalismo como modo de produção dominante supõe, em certa medida, um sistema econômico internacionalizado, isto é, em que todos os povos estejam envolvidos na rede do mercado mundial.

Mello (1999) aduz que o mercantilismo representa a primeira fase da era propriamente capitalista. Nesta fase histórica do processo civilizatório, não apenas o excedente econômico continuou a ser comercializado, como também “todo o esforço industrial produtivo passou a depender da troca” (idem, p. 40). A passagem da circulação simples de mercadorias para a produção propriamente capitalista, isto é, do comércio restrito e limitado ao mercantilismo, e posteriormente ao industrialismo, é entendida por Marx – inclusive todos os processos

inerentes a acumulação primitiva – “como um longo processo histórico que deságua numa dinamização supranacional do comércio em escala mundial” (MELLO, 1999, p. 41).

É no decorrer desse processo que vão sendo processadas transformações fundamentais na esfera produtiva – cooperação simples e manufatura. Estas asseguram o atendimento das demandas do mercado em expansão, reciclando os níveis de produtividade requeridos, sem os quais não haveria as garantias materiais necessárias à consolidação de um modo de produção de mercadorias fundado no trabalho excedente.

Segundo Marx (1985b), somente com a transformação da estrutura produtiva é que se dá a passagem de um modo de produção para o outro. O modo capitalista de produção funda-se a partir da produção e circulação de mercadorias a nível mundial. É somente com a formação do mercado mundial que as transformações nas estruturas de produção se dinamizam e assumem um importante papel na expansão e reprodução de toda a engrenagem econômica. A própria manufatura, enquanto ramo da produção que escapava do controle do sistema corporativo das guildas medievais, só pôde se desenvolver com o alargamento do comércio. “A força dinâmica do mercado alargado (mundial), tal qual um poder irresistível que se impõe sobre os homens e que os condena à escravização do império das coisas é, por assim dizer, o substrato histórico básico explicativo do combustível do capitalismo” (MARX, 1985b p. 42-43).

Não há capitalismo que se desenvolva apenas em escala local ou nacional, desconectado do restante do mundo. O capitalismo só existe como decorrência da expansão progressiva do mercado, da expansão supranacional das relações de troca. A generalização e a consolidação de uma economia de mercado em escala mundial são fruto de um longo processo histórico que teve fases distintas de desenvolvimento na vida material de toda a humanidade.

A gênese da acumulação capitalista e da sociedade que a constitui, abordada neste item, permite afirmar que a dimensão coercitiva do controle se explicita na forma violenta de expropriação dos camponeses de suas terras. E a transformação dos camponeses em trabalhadores assalariados – “livres como pássaros” – em mercadoria, neste período, revela também o caráter despótico do controle capitalista, pois irá garantir daí por diante a reprodução contínua da acumulação através da extração do trabalho excedente. Esta condição de “liberdade” do trabalhador das amarras do senhor feudal irá instaurar, paradoxal e definitivamente, a subordinação inicialmente parcial e depois integral do trabalho ao capital.

Assim, dando continuidade à problematização das formas de controle na sociedade capitalista, serão explicitadas no item seguinte as formas originárias de domínio sobre o trabalho na manufatura e, mais adiante, na grande indústria.

1.3. Formas iniciais de controle capitalista na manufatura

As formas de controle do capital sobre o trabalho se objetivam inicialmente com a divisão manufatureira do trabalho, processo em que a divisão do trabalho alcança certo grau de desenvolvimento. Foi entre meados do século XVI e o último terço do XVIII que predominou na Europa a produção capitalista de base manufatureira. Como visto no item anterior, uma das condições gerais responsáveis pelo desenvolvimento da manufatura foi a expansão do mercado mundial, mediante a ativação do comércio internacional ultramarino e a transformação da força de trabalho como mercadoria para o capital.

A manufatura representa uma organização da produção baseada na divisão social e técnica do trabalho, na decomposição da atividade realizada tradicionalmente pelo artesão polivalente em diversas operações distintas, destinada cada uma a grupos diferentes de trabalhadores que passam a ocupar-se e a especializar-se exclusivamente naquela função.

Conforme Marx (1985a), a produção capitalista se inicia de fato apenas quando ocorre a organização simultânea de um grande número de trabalhadores assalariados para produzir coletivamente, num mesmo lugar, a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista. Esta “[...] forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, chama-se cooperação” (MARX, 1985a, p. 259).

A forma planejada de executar trabalho cooperado produz tanto mudanças objetivas, tais como diminuição do trabalho socialmente necessário, aumento na produção de mercadorias, autonomização das condições de trabalho em relação ao trabalhador, economia no uso dos meios de trabalho, já que o consumo é coletivo e de muitos trabalhadores; quanto mudanças subjetivas – nestas, o trabalhador reconhece sua capacidade coletiva e, concomitantemente, há a alienação do trabalho (MARX, 1985a).

Para explorar continuamente o trabalhador, extraindo o trabalho excedente, é necessário que o capitalista mantenha o trabalhador sob seu domínio; para tanto, utiliza o

controle no processo de produção. Foi através do processo de trabalho de base cooperada, centrado num único comando, que surgiram as formas iniciais de controle no capitalismo. Assim, “com a cooperação de muitos trabalhadores assalariados, o comando do capital converte-se numa exigência para a execução do próprio processo de trabalho, numa verdadeira condição da produção. As ordens do capitalista no campo de produção tornam-se agora tão indispensáveis quanto as ordens de um general no campo de batalha” (MARX, 1985a, p. 263).

Marx (idem, p. 263) explica que o comando do capital torna-se uma condição para a produção, pois

Todo trabalho diretamente social ou coletivo executado em maior escala requer em maior ou menor medida uma direção, que estabelece a harmonia entre as atividades individuais e executa as funções gerais que decorrem do movimento do corpo produtivo total, em contraste com o movimento de seus órgãos autônomos [...] Essa função de dirigir, superintender e mediar torna-se função do capital, tão logo o trabalho a ele subordinado torna-se cooperativo.

A função do capital de dirigir e comandar assume características específicas, pois “o motivo que impulsiona e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital” (idem, p. 263), ou seja, a maior produção possível de mais-valia, logo, a maior exploração possível da força de trabalho pelo capitalista. Junto à massa de trabalhadores ocupados ao mesmo tempo, aumenta também sua resistência, e conseqüentemente, a pressão do capitalista para conter essa resistência. A função do capitalista de dirigir não é apenas uma função específica originada da natureza do processo social de trabalho e pertencente a ele; “[...] ela é ao mesmo tempo uma função de exploração de um processo social de trabalho e, portanto, condicionada pelo inevitável antagonismo entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração” (idem, p. 263).

A direção capitalista é, pelo seu próprio conteúdo, dúplice. Por um lado, é processo social de trabalho para a elaboração de um determinado produto; por outro, um processo de valorização de capital. Quanto a sua forma, é despótica. A partir do desenvolvimento da cooperação em maior escala, esse despotismo assume formas peculiares. Tão logo seu capital tenha atingido uma grandeza mínima, com a qual a produção capitalista verdadeiramente começa, o capitalista transfere a função de supervisão direta e contínua do trabalhador ou de grupos de trabalhadores individuais a uma espécie particular de assalariados, a exemplo: os supervisores industriais (dirigentes, *managers*) e suboficiais (*capatazes, foremen, overlookers, contra-maitres*). A função de supervisão é totalmente distinta da atividade direta do

trabalhador na esfera produtiva, pois não participa diretamente da produção da riqueza material, e sim auxilia o capital no controle e comando sobre a força de trabalho.

Ao vender a única mercadoria que lhe resta, o trabalhador é incorporado ao capital e sua força de trabalho deixa de lhe pertencer, passando a ser de propriedade do capitalista. Como cooperadores, como componentes de um organismo que trabalha, eles não são mais que um modo específico de existência do capital. A força produtiva desenvolvida pelo trabalhador enquanto trabalho social é força produtiva do capital (MARX, 1985a). Isto porque a força de trabalho, pertencente ao capitalista, desenvolve, em determinadas condições, uma força produtiva social gratuita, que aparece como uma força produtiva que o capital possui por natureza, como sua força produtiva imanente.

A forma capitalista cooperada de produzir que produz o trabalho social, conforme exposto, é, portanto,

A primeira modificação que o processo de trabalho real experimenta pela sua subordinação ao capital. [...] seu pressuposto, ocupação simultânea de um número relativamente grande de assalariados no mesmo processo de trabalho, constitui o ponto de partida da produção capitalista. Este coincide com a existência do próprio capital. Se o modo de produção capitalista se apresenta, portanto, por um lado, como uma necessidade histórica para a transformação do processo de trabalho em um processo social, então, por outro lado, essa forma social do processo de trabalho apresenta-se como um método, empregado pelo capital, para mediante o aumento da sua força produtiva explorá-lo mais lucrativamente. (MARX, 1985a, p. 265-266).

A cooperação pressupõe a organização do trabalho de forma coletiva e combinada. Essa organização simultânea de um número relativamente grande de trabalhadores assalariados sob o comando de um mesmo capital constitui a primeira transformação que o processo de trabalho experimenta.

A cooperação baseada na divisão do trabalho adquire sua forma clássica na manufatura. Segundo Marx (1985a), a manufatura introduz ou desenvolve mais a divisão do trabalho em um processo de produção ou, de outro modo, combina processos que anteriormente eram separados. O autor afirma que a manufatura origina-se de modo duplo. No primeiro modo, trabalhadores que exercem diversas atividades autônomas encontram-se sob o comando do mesmo capitalista, reunidos numa mesma oficina, trabalhando, simultaneamente, até originarem um produto, que só terá forma final após passar pelas mãos de cada trabalhador. Nesse processo, o trabalhador vai perdendo pouco a pouco, em função da falta de exercício e costume, a capacidade de exercer seu antigo ofício em toda a sua extensão. Ao se dedicar apenas à confecção de um produto, o trabalhador perde a aptidão de usar suas

habilidades em outras atividades às quais se dedicava antes. Sua atividade que agora é unilateral atinge a forma mais adequada e produtiva. A manufatura, que originalmente era uma combinação de ofícios autônomos, transforma-se, progressivamente, em divisão de determinada produção nas suas diversas operações particulares, “[...] em que cada operação cristaliza-se em função exclusiva de um trabalhador, e sua totalidade é executada pela união desses trabalhadores parciais” (MARX, 1985a, p. 267).

O segundo modo originário da manufatura é caracterizado pela concentração, numa mesma oficina, sob o comando do mesmo capitalista, de muitos artífices que fazem o mesmo ou algo da mesma espécie. Nesse modo, cada trabalhador produz por inteiro a mercadoria, realizando todas as operações, de forma artesanal, até alcançar o produto final. Contudo, a percepção da possibilidade de se produzir mais, em menor escala de tempo, leva logo a lançar mão da concentração dos trabalhadores no mesmo lugar, com a simultaneidade de seus trabalhos. No intuito de aumentar a produtividade, o trabalho é dividido:

Em vez de o mesmo artífice executar as diferentes operações dentro de uma sequência temporal, elas são desprendidas umas das outras, isoladas, justapostas no espaço, cada uma delas confiada a um artífice diferente e todas executadas ao mesmo tempo pelos cooperados. Essa divisão acidental se repete, mostra suas vantagens peculiares e ossifica-se pouco a pouco em divisão sistemática do trabalho. (idem, 268).

A mercadoria transforma-se, do produto individual de um artífice autônomo que desenvolve várias atividades, em um produto social de uma união de trabalhadores, cada um dos quais desenvolve ininterruptamente uma mesma tarefa parcial. Para o capitalista, essa mudança consiste numa forma de aumentar seus lucros. Mediante a fragmentação do trabalho em suas diversas operações, o capitalista impõe uma nova forma de produzir, lucrativa ao capital, mas nociva ao trabalhador. As operações são parciais, executadas em sequência; isso faz com que o trabalhador perca a dimensão do que produz, do valor do seu trabalho, sendo pouco a pouco privado da capacidade de produzir por completo o produto. O trabalhador passa a se dedicar exclusivamente à execução de uma tarefa para a qual não precisa ter grandes habilidades nem refletir. A limitação da produção total de um valor de uso a uma mera operação permite ao trabalhador parcial identificar, com o tempo, a forma mais eficaz e hábil de executar essa função.

De acordo com Marx (1985a, p. 286), a divisão manufatureira é uma forma especificamente capitalista de produção social; é apenas um método especial para se produzir mais-valia ou aumentar a autovalorização do capital à custa dos trabalhadores.

Ela desenvolve a força produtiva social do trabalho não só para o capitalista, em vez de para o trabalhador, mas também por meio da mutilação do trabalhador individual. Produz novas condições de dominação do capital sobre o trabalho. Ainda que apareça de um lado como progresso histórico e momento necessário de desenvolvimento do processo de formação econômica da sociedade, por outro ela surge como um meio de exploração civilizada e refinada. (idem, p. 286).

Na manufatura, as primeiras formas de subordinação do trabalho ao capital se expressam mediante a transformação dos trabalhadores autônomos em trabalhadores parciais unilaterais. A divisão manufatureira do trabalho busca realizar um trabalho combinado que produza mais em menos tempo. Ao fazer o trabalhador realizar uma única operação é possível aumentar a produtividade em um menor espaço de tempo; com isso, intensifica-se o trabalho.

A modificação na operacionalização do processo de trabalho, que decorre da sua divisão, ocasiona a decomposição da atividade artesanal em diversas operações parciais. No entanto, “composta ou simples, a execução continua artesanal e, portanto, dependente da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual no manejo de seu instrumento. O ofício permanece a base”(MARX. 1985a, p. 269).

A divisão manufatureira do trabalho toma como referência as qualidades dominantes de cada trabalhador. As diversas funções do trabalhador coletivo geram no interior da manufatura uma hierarquia das forças de trabalho; a manufatura não apenas submete ao comando e à disciplina do capital o trabalhador que antes era autônomo, como também cria uma graduação hierárquica entre os próprios trabalhadores. Junto à graduação hierárquica, há a separação dos trabalhadores em qualificados e não qualificados; nos dois casos, ocorre a diminuição do valor da força de trabalho devido à eliminação ou à redução dos custos com aprendizagem. Isso gera uma maior valorização para o capital, pois tudo o que reduz o tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho amplia os domínios do trabalho excedente.

Segundo Marx (1985a), a divisão manufatureira do trabalho pressupõe a concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista, bem como institui a autoridade incondicional do capitalista sobre os seres humanos, transformando-os em simples membros de um mecanismo global que a ele pertence; além de anexar o trabalhador por toda a vida a uma operação parcial, restando subordinado aos ditames do capital.

A manufatura revoluciona pela base o modo de trabalho do indivíduo e se apropria da força de trabalho em suas raízes. “Ela aleija o trabalhador convertendo-o numa anomalia, ao fomentar artificialmente sua habilidade no pormenor mediante a repressão de um mundo de

impulsos e capacidades produtivas [...] o próprio indivíduo é dividido e transformado no motor automático de um trabalho parcial” (idem, p. 283). Se originalmente o trabalhador vende sua força de trabalho ao capital, por não possuir os meios materiais para produzir uma mercadoria, a partir de então sua força individual de trabalho deixa de cumprir seu serviço se não estiver vendida ao capital; logo, só desenvolve sua atividade produtiva caso se mantenha em conexão com a oficina capitalista. “Incapacitado em sua qualidade natural de fazer algo autônomo, o trabalhador manufatureiro só desenvolve atividade produtiva como acessório da oficina capitalista [...] assim, a divisão do trabalho marca o trabalhador manufatureiro com ferro em brasa, como propriedade do capital” (idem, p. 283).

A compreensão, as vontades e os conhecimentos do trabalhador passam agora a ser exigidos para a execução de atividades dentro da oficina. O capitalista representa para os trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social do trabalho; nesse processo o trabalhador é mutilado e converte-se em trabalhador parcial.

Na cooperação e manufatura ocorre a subsunção formal³ do trabalho ao capital, isto é, a subordinação parcial do trabalho ao capital. Extrai-se a mais-valia absoluta com o prolongamento da jornada de trabalho, o que caracteriza a subsunção formal do trabalho – processo em que a função dominante de reprodução do capital não se tem generalizado. Marx (1985b, p. 106) destaca que, neste processo, “[...] Artesãos, que trabalhavam antes para si mesmos ou como oficiais de um mestre de corporação, tornam-se agora trabalhadores assalariados sob controle direto do capitalista”. Contudo, nesse movimento “[...] o trabalhador ainda detém domínio técnico e subjetivo sobre o trabalho, o qual se expressa na habilidade artesanal e no controle dos instrumentos de trabalho” (SOUZA, 2011, p. 38). O controle tem início na manufatura, quando a atividade produtiva concentra-se em um único comando e se concretiza através de formas coercitivas e despóticas.

O controle do capital sobre o trabalho surge em função da necessidade de garantir a apropriação do trabalho excedente mediante a exploração da força de trabalho assalariada. Na manufatura objetivam-se formas de controle coercitivo que aumentam a continuidade do trabalho. Há o domínio parcial do trabalho; o trabalhador detém o domínio técnico devido à disposição individual do trabalho parcial e à habilidade artesanal.

Na manufatura, a base artesanal predominante impede o domínio total do capital sobre o trabalho; por isso a manufatura não pôde revolucionar a produção social em toda a sua

³ “O caráter distintivo da subsunção formal do trabalho ao capital se destaca, com maior clareza; mediante comparação com situações nas quais o capital já existe desempenhando determinadas funções subordinadas, mas não ainda em sua função dominante, determinante da forma social geral, em sua condição de comprador direto de trabalho e apropriador direto do processo de produção” (MARX, 1978 apud SOUZA, 2011, p. 38).

extensão. Sua base técnica é estreita, pois ao atingir certo grau de desenvolvimento entra em contradição com as necessidades de produção que ela mesma criou. Ocorrem, nesse período, também manifestações operárias às inovações que a incipiente divisão do trabalho impôs. “Uma vez que a habilidade artesanal continua a ser a base da manufatura e que o mecanismo global que nela funciona não possui nenhum esqueleto objetivo independente dos próprios trabalhadores, o capital luta constantemente com a insubordinação dos trabalhadores” (MARX, 1985a, p. 288).

A superação da atividade artesanal como princípio regulador da produção social só se dá com a introdução da maquinaria como instrumento de trabalho. “Por um lado, é removido o motivo técnico da anexação do trabalhador a uma função parcial, por toda a vida. Por outro lado, caem as barreiras que o mesmo princípio impunha ao domínio do capital” (idem, p. 289).

A utilização da maquinaria no período manufatureiro é algo incipiente e desenvolve um papel secundário; “a maquinaria específica do período manufatureiro permanece o próprio trabalhador coletivo, combinação de muitos trabalhadores parciais” (idem, p. 275). O trabalhador ainda detém parte do domínio técnico e subjetivo sobre seu trabalho; por isso, o capitalista precisa exercer cada vez mais o controle coercitivo e autoritário, a fim de intensificar o grau de exploração sobre a força de trabalho.

O rompimento dessas barreiras técnicas e subjetivas do processo de trabalho que subjaz à manufatura só ocorre com a generalização do maquinário na grande indústria, que permitirá, intensiva e extensivamente, a produção de mercadorias e a acumulação de capital, alterando substantivamente a produção da riqueza e a exploração do trabalho, como será abordado a seguir.

1.4. Formas de controle do capital na grande indústria e condições degradantes da reprodução do trabalhador

No período manufatureiro é que se desenvolveram os primeiros elementos científicos e técnicos da grande indústria, conforme exposto anteriormente. O desenvolvimento da manufatura, mediante a criação contínua de instrumentos de trabalho cada vez mais sofisticados, produz a base de sua superação técnica. As ferramentas utilizadas pelos artesãos, cada vez mais aperfeiçoadas, possibilitaram a produção de máquinas. Mas para que a maquinaria fosse introduzida como um instrumento de trabalho, era necessário revolucionar a

produção material existente, aperfeiçoar e criar novas bases de organização produtiva. Desse modo, a máquina movida pela força humana foi substituída pela máquina autônoma, a qual restringe a participação do trabalhador no processo produtivo, tornando-o apenas um assistente da máquina.

O trabalhador tem sua função restrita a alimentar e fiscalizar o funcionamento da maquinaria; sendo assim, perde o que lhe resta de autonomia e controle sobre a produção. Tem-se com isso a produção da subsunção real do trabalho ao capital. Nela, “o trabalhador perde o domínio sobre o produto e o processo de produção pelo rompimento das barreiras técnicas e subjetivas que impedem a expansão do capital de forma generalizada. O trabalho subsume-se integralmente às exigências da produção da mais-valia como um fim em si mesma – mais-valia relativa” (SOUZA, 2011, p. 38). Consolida-se a subordinação tanto do trabalho quanto da vida do trabalhador às determinações capitalistas, bem como se generaliza a produção de mais-valia relativa, a qual amplia a produtividade do trabalho pela via da mecanização.

Com a criação e utilização da máquina na produção rompem-se as barreiras técnicas, científicas, históricas e sociais que impediam o pleno domínio do capital sobre o trabalho, possibilitando a ampliação da extração do trabalho excedente, o aumento da produção, bem como a acumulação e concentração de capitais. A maquinaria tem por finalidade baratear as mercadorias e aumentar a produção de mais-valia; assim foi possível encurtar a parte da jornada de trabalho necessária à reprodução do trabalhador, e no outro extremo, ampliar a parte da jornada de trabalho destinada gratuitamente ao capitalista (MARX, 1985b).

Tanto na manufatura quanto na grande indústria ocorre uma revolução no modo de produção; só que a manufatura toma como ponto de partida a força de trabalho; já na grande indústria são os meios de trabalho que sofrem intensa modificação. Marx (1985b) ressalta a importância de se considerar a diferença entre a máquina e os meios de trabalho manuais.

O autor esclarece que toda maquinaria desenvolvida constitui-se de três partes essencialmente distintas, são elas: a máquina-motriz, o mecanismo de transmissão e a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho. A máquina-motriz é a força motora de todo o mecanismo, produz sua própria força motriz ou recebe impulso de uma força natural já pronta. Ao mecanismo de transmissão cabe regular os movimentos, modificando-os em sua forma, quando for necessário, e distribuí-los para a máquina-ferramenta. A função da máquina-motriz e do mecanismo de transmissão é transmitir o movimento à máquina-ferramenta, por meio do qual ela se apodera do objeto do trabalho e o transforma de acordo com a finalidade pretendida. “É dessa parte da maquinaria, a máquina-ferramenta, que se

origina a revolução industrial no século XVIII. Ela constitui ainda todo dia o ponto de partida, sempre que o artesanato ou a manufatura passam à produção mecanizada” (MARX, 1985b, p. 8).

Ao observar-se a máquina-ferramenta, nota-se que nela reaparecem, *grosso modo* e de forma modificada, os aparelhos e ferramentas utilizados pelos artesãos e trabalhadores da manufatura, mas não como ferramentas do homem; surgem agora como ferramentas de um mecanismo ou ferramentas mecânicas.

A máquina-ferramenta é, portanto, um mecanismo que, ao ser-lhe transmitido o movimento correspondente, executa com suas ferramentas as mesmas operações que o trabalhador executava antes com ferramentas semelhantes. Que, portanto, a força motriz provenha do homem ou novamente de uma máquina em nada modifica a essência da coisa. Quando a própria ferramenta é transferida do homem para um mecanismo, surge uma máquina no lugar de uma mera ferramenta. A diferença salta logo à vista, mesmo que o ser humano continue sendo o primeiro motor. (MARX, 1985b, p. 9).

A maquinaria consegue superar os limites impostos pelo organismo humano. O número de instrumentos de trabalho que o homem consegue operar ao mesmo tempo é limitado “pelo número de seus instrumentos naturais de produção, seus próprios órgãos corpóreos” (idem, p. 9). Já a máquina-ferramenta exerce várias funções ao mesmo tempo; o número de ferramentas com que ela “[...] joga simultaneamente está, de antemão, emancipado da barreira orgânica que restringe a ferramenta manual de um trabalhador” (idem, p. 9).

Com a introdução da maquinaria, no período da grande indústria, ocorre a apropriação da produção propriamente dita. Ao trabalhador não é mais permitido intervir, com o auxílio de sua ferramenta, no processo de produção. Para o trabalhador é imposta a nova função de vigiar a máquina e corrigir seus erros, bem como o papel puramente mecânico de força motriz.

A máquina consegue operar uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez, sendo movimentada por uma única força motriz, muitas vezes a força motriz humana. No entanto, com o aumento do tamanho da máquina de trabalho e do número de suas ferramentas operando ao mesmo tempo, houve a necessidade de utilizar uma força motriz mais vigorosa do que a força humana; esta até então vinha sendo utilizada, ainda que não fosse um instrumento perfeito de produção de movimento uniforme e contínuo. “Só depois que as ferramentas se transformaram de ferramentas manuais em ferramentas de um aparelho mecânico, a máquina-motriz adquiriu forma autônoma, totalmente emancipada dos limites da força humana” (MARX, 1985b, p. 12).

Desta forma, a máquina-ferramenta passa a ser um simples elemento da produção mecanizada, já que uma única máquina-motriz pode agora mover, simultaneamente, muitas máquinas de trabalho. Com várias máquinas de trabalho sendo movidas ao mesmo tempo, cresce a máquina-motriz, bem como expande o mecanismo de transmissão, transformando-o num aparelho de grandes proporções. Torna-se, assim, imprescindível distinguir a cooperação de muitas máquinas da mesma espécie do sistema de máquinas.

No primeiro caso, o produto é feito por inteiro pela mesma máquina de trabalho, que passa a realizar todas as operações antes executadas pelo artesão e sua ferramenta, ou pelo trabalhador da manufatura. “O processo global, dividido e realizado dentro da manufatura numa série sucessiva, é realizado aqui por uma máquina de trabalho que opera por meio da combinação de diferentes ferramentas” (MARX, 1985b, p. 12). As máquinas aparecem como conglomeração espacial da mesma espécie que operam simultaneamente em conjunto. Existe uma unidade técnica, visto que as muitas máquinas de trabalho da mesma espécie recebem de igual maneira seu impulso de um mesmo motor. “Exatamente como muitas ferramentas constituem os órgãos de uma máquina de trabalho, muitas máquinas de trabalho constituem agora apenas órgãos da mesma espécie do mesmo mecanismo motor” (MARX, 1985b, p. 12).

Um sistema de máquinas propriamente dito só irá substituir a máquina autônoma individual “quando o objeto de trabalho percorrer uma sequência conexa de diferentes processos graduados, que são realizados por uma cadeia de máquinas-ferramentas diversificadas, mas que se completam mutuamente” (idem, p. 12). Nesse processo, reaparece a cooperação por meio da divisão do trabalho, própria do período manufatureiro, mas agora como combinação de máquinas de trabalho parciais. As ferramentas específicas que na manufatura eram utilizadas pelos diferentes trabalhadores parciais foram convertidas agora em ferramentas de máquinas de trabalho específicas. É a própria manufatura que propicia ao sistema de máquinas o fundamento, naturalmente desenvolvido, da divisão e da organização do processo produtivo. Porém, com uma diferença fundamental: na manufatura o trabalhador realiza cada processo parcial com sua ferramenta de trabalho; já na produção mecanizada o princípio subjetivo da divisão do trabalho é suprimido.

Quanto mais contínuo for o processo global da máquina de trabalho, isto é, quanto menos interrupções a matéria-prima sofrer desde a primeira à última fase, quanto menos intervenção humana houver, mais plenamente ela será utilizada. “Se na manufatura o isolamento dos processos particulares é um princípio dado pela própria divisão de trabalho, na fábrica desenvolvida domina, pelo contrário, a continuidade dos processos particulares” (idem, p. 13).

A partir do momento em que a máquina de trabalho passa a realizar todos os movimentos necessários ao processamento da matéria-prima, sem a interferência direta do trabalhador, apenas precisando do auxílio dele, tem-se um sistema maquinário automático capaz de ser continuamente aperfeiçoado em seus detalhes. Já o trabalhador vai sendo cada vez mais afastado do processo total da fabricação do produto, desconhecendo o valor de seu trabalho e ficando mais dependente da nova forma de produzir.

Marx (1985b) expõe que o revolucionamento nos meios de produção numa esfera produtiva condicionou o revolucionamento nas outras. Para tanto, a grande indústria teve de apropriar-se de seu meio específico de produção, a máquina, e por meio dela produzir outras máquinas. Assim, ela criou a base técnica necessária ao seu firmamento.

Ao tornar-se maquinaria,

O meio de trabalho adquire um modo de existência material que pressupõe a substituição da força humana por forças naturais e da rotina empírica pela aplicação consciente das ciências da Natureza. Na manufatura, a articulação do processo social de trabalho é puramente subjetiva, combinação de trabalhadores parciais; no sistema de máquinas, a grande indústria tem um organismo de produção inteiramente objetivo, que o operário já encontra pronto, como condição de produção material. (idem, p. 17).

A maquinaria⁴ entra por inteiro no processo de trabalho, e apenas em parte no processo de valorização; assim como as ferramentas, ela opera gratuitamente. Porém seu campo de produção é muito maior do que o da ferramenta, bem como há uma economia maior dos meios de trabalho e da matéria-prima, decorrente do consumo coletivo.

A revolução causada pela introdução da maquinaria gerou grandes transformações sobre o modo de produzir e de viver dos trabalhadores; à medida que possibilitou o aumento da produção em um menor espaço de tempo, criou uma massa operária excedente subordinada aos interesses do grande capital. A maquinaria, “[...] meio mais poderoso para encurtar a jornada de trabalho, se torna o meio infalível de transformar todo o tempo de vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho disponível para a valorização do capital” (MARX, 1985b, p.32). Isso ocorre, pois

⁴ “Como qualquer outro componente do capital constante, a maquinaria não cria valor, mas transfere seu próprio valor ao produto para cuja feitura ela serve. À medida que tem valor e, por isso, transfere valor ao produto, ela se constitui num componente de valor deste. Ao invés de barateá-lo, encarece-o proporcionalmente a seu próprio valor. E é evidente que máquina e maquinaria desenvolvidas sistematicamente, o meio característico de trabalho da grande indústria, contém desproporcionalmente mais valor em comparação com os meios de trabalho do artesanato e da manufatura” (MARX, 1985b, p. 18).

Toda a produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas, que pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador: só, porém, com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável. Mediante sua transformação em autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto que o domina e suga a força de trabalho viva. (MARX, 1985b, p. 43-44).

Tem-se, portanto, a intensificação do controle e exploração da força de trabalho pelo capital; o trabalhador é obrigado a adequar seu trabalho e sua vida às necessidades de acumulação do capital. Marx (1985b) explica os efeitos imediatos da produção mecanizada sobre o trabalhador. O primeiro efeito exposto pelo autor refere-se à apropriação das forças de trabalho infantil e feminina. O uso da máquina torna a força muscular dispensável, sendo possível utilizar a força de trabalho dos trabalhadores com pouca força muscular ou com o desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Desta forma, o trabalho feminino e infantil foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria (MARX, 1985b). Com a introdução da máquina o capitalista se apodera não só do trabalhador, mas de toda a sua família; ou seja, apropria-se também do que Marx denomina de forças de trabalho suplementares ao capital – trabalho feminino e infantil. Aumenta o número de assalariados já que todos os membros da família, sem distinção de sexo e idade, são colocados sob o comando do capital.

Marx (1985b) aduz que antes o valor da força de trabalho era determinado pelo tempo de trabalho necessário para a manutenção não só do trabalhador, mas também para a manutenção de sua família. Porém, com a maquinaria lançando todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, o valor da força de trabalho do homem passou a ser repartido por toda a sua família. “Ela desvaloriza, portanto, sua força de trabalho [...] surgem quatro jornadas de trabalho no lugar de uma, e o preço delas cai proporcionalmente ao excedente de mais-trabalho dos quatro em relação ao mais-trabalho de um” (idem, p. 23). Agora todos os membros da família precisam fornecer não apenas trabalho, mas mais-trabalho ao capital, para que a família possa sobreviver.

Além de ampliar o material humano de exploração, a maquinaria também revoluciona a mediação formal das relações do capital, o contrato entre trabalhador e capitalista. O pressuposto inicial, com base na troca de mercadorias, era que o capitalista e o trabalhador se confrontassem como pessoas livres: o primeiro, detentor do dinheiro e dos meios de produção; o segundo, possuidor da força de trabalho. Porém, agora, o capitalista também passa a comprar menores ou semidependentes. “O trabalhador vendia anteriormente sua

própria força de trabalho, da qual dispunha como pessoa formalmente livre. Agora vende mulher e filho” (MARX, 1985b, p. 23).

Os capitalistas disputavam a compra do trabalho infantil e tinham preferência por jovens a partir dos 13 anos de idade, pois crianças com menos de 13 anos só podiam trabalhar, conforme a lei fabril, seis horas por dia. Muitas crianças menores de 13 anos tinham sua idade modificada para atender à ânsia de exploração do capitalista e à necessidade de traficância dos pais. Em algumas cidades era realizado um mercado público para alugar crianças de ambos os sexos, a partir dos nove anos de idade, para as fábricas, sendo obrigadas a trabalhar como adultos.

A maquinaria “desde o início amplia o material humano de exploração, o campo propriamente de exploração do capital, assim como ao mesmo tempo o grau de exploração” (idem, p. 23). Desta forma, leva à ruína física de crianças e mulheres trabalhadoras, ocasionando uma elevada mortalidade de filhos de trabalhadores em seus primeiros anos de vida. Entre os fatores que provocaram a alta taxa de mortalidade de crianças estavam a ocupação extradomiciliar das mães, os maus-tratos e descuidos, a alimentação inadequada, a falta de alimentação, o desgaste físico etc. A degradação moral decorrente da exploração capitalista do trabalho de crianças e mulheres era nítida. A devastação intelectual, “artificialmente produzida pela transformação de pessoas imaturas em meras máquinas de produção de mais-valia” (idem, p. 26), obrigou até mesmo o Parlamento inglês a colocar o ensino primário como pré-requisito legal para o uso “produtivo” de crianças menores de 14 anos em todas as indústrias sujeitas às leis fabris. Porém, na prática esse pré-requisito não foi observado; os fabricantes eram contra essa lei e se valeram de artimanhas e trapaças para não cumpri-la.

Marx (1985b, p. 28) salienta que “com a adição preponderante de crianças e mulheres ao pessoal de trabalho combinado, a maquinaria quebra finalmente a resistência que o trabalhador masculino ainda opunha na manufatura ao despotismo do capital”.

O segundo efeito se refere ao prolongamento da jornada de trabalho. A maquinaria se torna, como portadora do capital, o meio mais poderoso de prolongar a jornada de trabalho para além de qualquer limite natural.

Antes de tudo, na maquinaria se autonomizam o movimento e a atividade operativa do meio de trabalho em face do operário. Torna-se em si e para si um *perpetuum mobile* industrial, que iria produzir ininterruptamente caso não se chocasse com certas limitações naturais em seus auxiliares humanos: sua fraqueza corpórea e sua vontade própria. Enquanto capital – e enquanto tal o autômato tem no capitalista consciência e vontade – está animada pelo impulso de reduzir a positiva, mas

elástica limitação natural do ser humano à resistência mínima. (MARX, 1985b, p. 29).

A generalização da maquinaria no mesmo ramo de produção fez cair o valor social do produto da máquina para seu valor individual, bem como impôs a lei de que a mais-valia não se origina das forças de trabalho que o capitalista substitui pela máquina, mas das forças de trabalho que ocupa com ela. “Dada a duração da jornada de trabalho, a taxa de mais-valia é determinada pela proporção em que a jornada se divide em trabalho necessário e mais-trabalho” (idem, p. 31). O número de trabalhadores ocupados simultaneamente irá depender da proporção entre a parte variável do capital e a constante.

A expansão da produção mecanizada, mediante o aumento da força produtiva do trabalho, o mais-trabalho à custa do trabalho necessário, só se dá com a diminuição do número de operários ocupados por dado capital. Desta forma, com a introdução da maquinaria a produção de mais-valia apresenta uma contradição imanente, já que só se tem o aumento da taxa de mais-valia mediante a redução do número de trabalhadores. “[...] É essa contradição que, por sua vez, impele o capital, sem que ele tenha consciência disso, ao prolongamento mais violento da jornada de trabalho, para compensar a redução do número relativo de trabalhadores explorados por meio do aumento do mais-trabalho não só relativo, mas também absoluto” (idem, p. 31). A estratégia do capital – aumentar a produção mecanizada como força produtiva – reduz a absorção do número de trabalhadores empregados e gera, conseqüentemente, uma população excedente e totalmente subordinada aos ditames do capital. Trata-se de um processo imanente à produção da riqueza capitalista com conseqüências sociais severas para o trabalho como o desemprego e o aumento do pauperismo.

O terceiro efeito abordado por Marx diz respeito à intensificação do trabalho. O prolongamento da jornada de trabalho provocou uma reação por parte da sociedade, ameaçada em sua raiz vital, levando à instauração de uma jornada de trabalho legalmente limitada. Com a limitação legal da jornada de trabalho desenvolve-se a intensificação do trabalho. Com o progresso da mecanização aumenta a velocidade da atividade produtiva e, com isso, a intensidade do trabalho. O prolongamento da jornada de trabalho avançou paralelamente com a crescente intensificação do trabalho, até chegar a um ponto em que se excluem mutuamente, “de modo que o prolongamento da jornada de trabalho só é compatível com um grau mais fraco de intensidade do trabalho, e vice-versa, um grau mais elevado de intensidade com a redução da jornada de trabalho” (MARX, 1985b p. 33).

A revolta cada vez maior da classe operária obrigou o Estado a diminuir a força a jornada de trabalho, ditando nas fábricas uma jornada de trabalho regular, o que impossibilitou a produção crescente de mais-valia pelo prolongamento da jornada de trabalho; por sua vez, o capital se valeu, com plena consciência e força total, da extração da mais-valia relativa mediante o desenvolvimento acelerado do sistema de máquinas. Assim, a mais-valia relativa foi se sobrepondo à mais-valia absoluta conforme as necessidades de expansão do capital.

O Estado ao instituir, mediante a lei fabril, a redução da jornada de trabalho não proporcionou a melhoria da condição de vida do trabalhador; ao contrário, o capital se valeu de novas artimanhas, por meio da extração intensa do trabalho excedente e do uso de máquinas de forma concentrada, o que lhe possibilita ampliar o controle e a exploração da força de trabalho. O trabalhador passa a produzir mais com o dispêndio elevado de trabalho num mesmo espaço de tempo. A redução forçada da jornada de trabalho favoreceu o impulso ao desenvolvimento da força produtiva, e a economia das condições de produção exige um maior dispêndio de trabalho no mesmo espaço de tempo.

O acelerado desenvolvimento da maquinaria fez com que o sistema fabril se expandisse de modo avassalador; as máquinas foram aperfeiçoadas, elevando sua capacidade produtiva, e através desse processo foi possível diminuir a quantidade de trabalhadores, bem como aumentar o controle e a pressão do capitalista sobre o trabalhador. Este último torna-se apêndice da máquina e tem sua força de trabalho cada vez mais degradada. No sistema fabril transfere-se a virtuosidade do trabalhador para a máquina por meio da ferramenta de trabalho; a eficácia da ferramenta se emancipa das limitações pessoais da força humana de trabalho.

Com isso, supera-se o fundamento técnico sobre o qual repousa a divisão de trabalho na manufatura. No lugar da hierarquia de operários especializados que caracteriza a manufatura, surge, por isso, na fábrica automática, a tendência à igualação ou nivelção dos trabalhos, que os auxiliares da maquinaria precisam executar, no lugar das diferenças artificialmente criadas entre os trabalhadores parciais surgem de modo preponderante as diferenças naturais de idade e sexo. (MARX, 1985b, p. 41).

A divisão do trabalho na fábrica é, antes de tudo, distribuição dos trabalhadores entre máquinas especializadas e de massas de trabalhadores, os quais não formam grupos articulados entre os diversos setores da fábrica, ocorrendo apenas cooperação simples entre eles. A divisão do trabalho é puramente técnica, havendo uma conexão do operário principal com alguns poucos auxiliares. Diferentemente da manufatura, em que o trabalhador realizava a mesma função, na produção mecanizada pode haver mudança contínua de pessoal sem que

haja interrupções no processo produtivo, pois o movimento global não parte do trabalhador e sim da máquina. “Na manufatura, os trabalhadores constituem membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, há um mecanismo morto, independente deles, ao qual são incorporados como um apêndice vivo” (idem, p. 43).

A divisão do trabalho passa a ser reproduzida e consolidada pelo capital como o meio mais intenso de exploração da força humana de trabalho. Através da maquinaria o capital transforma o trabalhador em parte de uma máquina parcial, tornando-o dependente da máquina como um todo e mais subordinado ao capitalista. “[...] O trabalho em máquinas agride o sistema nervoso ao máximo, ele reprime o jogo polivalente dos músculos e confisca toda a livre atividade corpórea e espiritual. Mesmo a facilitação do trabalho torna-se um meio de tortura, já que a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo” (idem, p. 43).

Cria-se um código fabril com o objetivo de disciplinar, controlar e adequar o trabalhador à nova forma de produzir. Esse código foi criado como lei privada e autoridade própria do capital:

[...] apenas a caricatura capitalista da regulação social do processo de trabalho, que se torna necessária com a cooperação em grande escala e a utilização de meios coletivos de trabalho, notadamente a maquinaria. No lugar do chicote do feitor de escravos surge o manual de penalidades do supervisor. Todas as penalidades se resolvem, naturalmente, em penas pecuniárias e descontos de salário, e a sagacidade legislativa desses Licurgos fabris faz com que a violação de suas leis lhes seja onde possível ainda mais rendosa do que sua observância. (idem, p. 45).

É mediante o código fabril que o capital passa a exercer o controle coercitivo do trabalho via proteção do Estado, e com isso regula e administra o processo de trabalho e manipula o trabalhador. A legislação fabril foi, na verdade, uma forma que o Estado burguês encontrou para expandir a grande indústria.

As condições de trabalho nas fábricas eram desumanas e acarretavam graves consequências físicas para a saúde do trabalhador. A tal ponto que

Todos os órgãos dos sentidos são igualmente lesados pela temperatura artificialmente elevada, pela atmosfera impregnada de resíduos de matéria-prima, pelo ruído ensurdecedor, etc., para não falar do perigo de vida sob a maquinaria densamente amontoada que, com a regularidade das estações do ano, produz seus boletins da batalha industrial. A economia nos meios sociais de produção, artificialmente amadurecida apenas no sistema de fábrica, torna-se ao mesmo tempo, na mão do capital, roubo sistemático das condições de vida do operário durante o trabalho e roubo de espaço, de ar, de luz e de meios de proteção de sua pessoa física contra condições que oferecem perigo de vida ou são nocivas à saúde no processo de produção. (MARX, 1985b, p. 45-46).

Com toda essa intensa exploração e as péssimas condições de trabalho, ocorre uma reação por parte dos trabalhadores. A luta entre capitalista e trabalhador inicia-se com a própria relação capital; mas é a partir da introdução da maquinaria que o trabalhador passa a combater o próprio meio de trabalho, a forma de existência material do capital. Os trabalhadores se revoltaram contra as máquinas, destruindo-as, pois elas representavam o desemprego e a exploração. A essas revoltas o Estado respondia com as mais reacionárias medidas de violência. “É preciso tempo e experiência até que o trabalhador distinga a maquinaria de sua aplicação capitalista, e daí aprenda a transferir seus ataques do próprio meio de produção para sua forma social de exploração” (idem, p. 47).

A substância desse processo está, portanto, na forma social de produzir que gera a exploração do trabalho, pois

[...] a maquinaria não é em si, responsável pela “liberação” dos operários dos meios de subsistência [...] as contradições e os antagonismos inseparáveis da utilização capitalista da maquinaria não existem porque decorrem da própria maquinaria, mas de sua utilização capitalista! Já que, portanto, considerada em si, a maquinaria, encurta o tempo de trabalho, enquanto utilizada pelo capital aumenta a jornada de trabalho; em si, facilita o trabalho, utilizada como capital aumenta sua intensidade; em si, é uma vitória do homem sobre a força da natureza, utilizada pelo capital submete o homem por meio da força de natureza; em si aumenta a riqueza do produtor, utiliza como capital o pauperiza. (idem, p. 56-57).

O uso capitalista das máquinas torna os trabalhadores ainda mais submissos e controlados pelo sistema. A máquina aparece como sujeito da produção, e não simplesmente como objeto do corpo social de trabalho, como se daria se a sua utilização ocorresse em outra forma de sociabilidade que não a capitalista. Ao invés de facilitar o trabalho, mantém o trabalhador aprisionado aos ditames do capital sob a lógica de um trabalho degradante e alienante, marcado pela apropriação privada da riqueza que é socialmente produzida.

Marx (1985b) afirma que a divisão do trabalho que ressurgiu na fábrica automática é caracterizada, antes de tudo, como a distribuição dos trabalhadores entre máquinas especializadas. Não há grupos articulados entre os diversos departamentos da fábrica, mesmo onde se trabalha com máquinas da mesma espécie, enfileiradas umas ao lado das outras. Aqui, “o grupo articulado da manufatura é substituído pela conexão do operário principal com alguns poucos auxiliares” (MARX, 1985b, p. 42). A diferença essencial acha-se entre os trabalhadores que monitoram diretamente a máquina-ferramenta e os seus meros auxiliares, isto é, a divisão do trabalho é puramente técnica.

Para trabalhar com a máquina é necessário que o trabalhador aprenda precocemente a adequar seu próprio movimento ao movimento uniforme e contínuo do maquinário. Ao passo que a própria maquinaria coletiva constitui-se num sistema de máquinas variadas que atuam simultaneamente e de modo combinado, a cooperação nela baseada exige uma divisão de diferentes grupos de trabalhadores entre as diferentes máquinas.

A produção mecanizada supera a divisão manufatureira do trabalho, na qual o trabalhador estava permanentemente desempenhando a mesma função, manejando uma ferramenta parcial por toda a vida. O movimento global da fábrica parte da máquina e não do trabalhador, o que possibilita a mudança contínua de pessoal sem que haja interrupção do processo de trabalho.

Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, ele serve a máquina. Lá, é dele que parte o movimento do meio de trabalho; aqui ele precisa acompanhar o movimento. Na manufatura, os trabalhadores constituem membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, há um mecanismo morto, independente deles, ao qual são incorporados como um apêndice vivo. (idem, p. 43).

O trabalho com máquinas agride o sistema nervoso e confisca toda a livre atividade corpórea e espiritual do trabalhador. “Mesmo a facilitação do trabalho torna-se um meio de tortura, já que a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo” (MARX, 1985b, p. 43). Com isso, resta explícito que a separação entre as potências espirituais do processo de produção e o trabalho manual, assim como a transformação delas em poderes do capital sobre o trabalho, completa-se na grande indústria, erguida com base no advento da maquinaria.

Marx (1985b) afirma que como meio de trabalho a máquina logo se torna um concorrente do trabalhador.

A autovalorização do capital por meio da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói. Todo sistema de produção capitalista repousa no fato de que o trabalhador vende sua força de trabalho como mercadoria. A divisão do trabalho unilateraliza essa força de trabalho em uma habilidade inteiramente particularizada de manejar uma ferramenta parcial. Assim que o manejo da ferramenta passa à máquina, extingue-se, com o valor de uso, o valor de troca da força de trabalho. (idem, p. 48).

Se antes levava muito tempo para se produzir uma mercadoria, devido à limitação física do trabalhador que participava de todo o processo, agora a maquinaria executa agilmente, de forma contínua e combinada, essa função, por meio de mecanismos tão simples que qualquer indivíduo, até mesmo uma criança, consegue operar.

Vários trabalhadores são lançados fora do mercado de trabalho, o que reduz o preço da força de trabalho, dada a abundante oferta. A utilização capitalista da maquinaria gera a produção ampliada da riqueza e da pobreza, contradição imanente da relação capital, pela positividade da composição orgânica do capital – aumento do capital constante (máquinas) e diminuição do capital variável. Isso gera o aumento do pauperismo e do desemprego e a formação do exército industrial de reserva.

O crescimento da população trabalhadora é maior que a capacidade do sistema de incorporá-la ao processo produtivo. Estes momentos inversos de um mesmo processo, que resultam do trabalho coletivo capitalista, desembocam na produção do que Marx (1985b) chama de exército industrial de reserva ou superpopulação relativa. O desenvolvimento pleno da produção capitalista – em escala ascendente – gera, enquanto seu oposto, o fenômeno do desemprego, que resulta no exército industrial de reserva da classe trabalhadora. Pelas leis imanentes ao sistema, parte significativa da classe trabalhadora é paulatinamente excluída do processo produtivo, formando enormes fileiras de desempregados ou semiempregados: o exército industrial de reserva ou a superpopulação relativa.

Paradoxalmente, isso quer dizer que,

[...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional. (MARX, 1985b, p. 200).

Como havia um contingente de trabalhadores desempregados, muitos aceitavam trabalhar exaustivamente por um mísero salário. Apesar do “exército industrial de reserva não resultar de uma intenção consciente da classe capitalista, embora esta se sirva dele estrategicamente para seus objetivos – tal exército é um componente necessário e constitutivo da dinâmica histórico-concreta do capitalismo” (NETTO, 2007, p. 132). O capitalista é favorecido porquanto a necessidade de se manter vivo obriga o trabalhador a vender sua força de trabalho por salários cada vez menores e em condições de trabalho cada vez mais desumanas. À medida que a produção dos bens de consumo aumenta, amplia a acumulação da miséria. Desse modo, a classe produtora da riqueza material – o proletariado – é destituída dos bens que produz, tornando-se cada vez mais pobre.

Marx (1985b, p. 54) critica os argumentos defendidos por alguns economistas burgueses de que “toda maquinaria que desloca trabalhadores sempre libera, simultânea e necessariamente, capital adequado para empregar esses mesmos trabalhadores”. Fato é que, ao substituir o trabalho humano pela máquina, vários trabalhadores são destituídos de suas funções, aumentando o número da força de trabalho excedente a ser controlada e explorada pelo capital.

O autor afirma também que a grande indústria conseguiu revolucionar a manufatura, o artesanato e o trabalho domiciliar. Da mesma forma que a máquina substitui a manufatura, que tem seu fundamento na produção artesanal. A disseminação do artesanato baseado na maquinaria constitui apenas a passagem à produção fabril; as indústrias inicialmente exploram a empresa artesanal, depois a manufatureira, para enfim culminar na empresa fabril. Ressalta-se que com a introdução da empresa fabril as formas atrasadas de trabalho, a exemplo do trabalho domiciliar, não deixam de existir. Elas permanecem e revelam que o capital consegue conviver muito bem com as velhas e novas formas de trabalho; elas alimentam a sua existência e ele as mantém de forma subordinada. A atividade dominante é a da grande indústria; assim, o novo convive com o velho desde que o último não implique alterações na lógica dominante.

A maquinaria força, portanto, sua entrada ora neste ora naquele processo parcial das manufaturas. A cristalização fixa de sua organização, oriunda da velha divisão do trabalho, dissolve-se com isso e dá lugar a mudanças contínuas. Abstraindo isso, a composição do trabalhador coletivo ou do pessoal de trabalho combinado é revolucionada pela base. (MARX, 1985b, p. 71).

A divisão do trabalho na maquinaria, diferentemente do período manufatureiro, baseia-se, em especial, na utilização da mão de obra feminina e infantil, no trabalho não qualificado, isto é, no trabalho barato, mais rentável ao capital. Isso ocorre não só na produção combinada em larga escala, com o uso ou não da maquinaria, mas também nas indústrias domiciliares, seja ela exercida nas moradias dos trabalhadores, seja nas pequenas oficinas. Marx (1985b) ressalta que essa moderna indústria domiciliar só tem em comum com a antiga o nome. Ela agora integra o departamento externo da fábrica, da manufatura e da grande loja. Junto aos trabalhadores fabris, aos manufatureiros e aos artesãos, o capital também movimentava outros trabalhadores domiciliares espalhados tanto nas grandes cidades quanto na zona rural.

A exploração de forças de trabalho baratas e imaturas torna-se, na manufatura moderna, mais desavergonhada do que na fábrica propriamente dita, pois a base técnica aí existente, substituição da força muscular por máquinas e facilidade do trabalho, lá em grande parte não existe e, ao mesmo tempo, o corpo feminino ou ainda imaturo fica exposto, da maneira mais inescrupulosa, às influências de substâncias venenosas etc. Ela se torna ainda mais desavergonhada no assim chamado trabalho domiciliar do que na manufatura, porque a capacidade de resistência dos trabalhadores diminui com sua dispersão. (MARX, 1985b, p. 72).

Em toda parte as empresas mecanizadas ou manufatureiras competem deslealmente com o trabalho domiciliar. Esta é uma relação desigual de competição com a grande indústria, pois a produção resultante do trabalho domiciliar tem de submeter-se necessariamente ao controle da grande indústria. A sobrevivência econômica do trabalho domiciliar depende das encomendas da grande indústria. O capital exerce um controle diferenciado sobre a produção e sobre a força de trabalho domiciliar de diversas maneiras. A condição de essa força de trabalho não ser assalariada, não ter vínculos contratuais, ser responsável pela compra da matéria-prima e dos instrumentos de trabalho, viver e trabalhar em condições precárias, submete-a aos mais diversos processos de exploração e de controle. O grande capitalista domina a relação capital e regula as atividades econômicas atrasadas e a ele subordinadas como o trabalho domiciliar. Este trabalho é funcional/auxiliar e necessário à reprodução capitalista, pois são desenvolvidas atividades que requerem maior parcela de tempo e menor incremento tecnológico, e que não se ajustam ao ritmo e à intensidade do processo de trabalho na indústria. Atualmente, o exemplo dessas atividades econômicas subordinadas são as resultantes dos processos de terceirização, como o trabalho informal de caráter temporário e subcontratado nas cooperativas de trabalho e de serviços e no trabalho domiciliar. Estes são “os fios (in)visíveis da produção capitalista” (MARX, 1985b), atividades precárias que se articulam de forma subordinada/dependente ao núcleo central capitalista.

O trabalhador domiciliar vive, portanto, na miséria e sem as mínimas condições de trabalho, bem como “cresce a irregularidade do emprego e, finalmente, nesses últimos refúgios daqueles em que a grande indústria e a grande agricultura tornaram ‘supérfluos’, a concorrência entre os trabalhadores alcança necessariamente seu máximo” (idem, p. 72).

Sobre as condições de trabalho e de reprodução da força de trabalho, na luta pela sobrevivência os trabalhadores sujeitavam-se aos mais degradantes tipos de trabalho. Esta é outra faceta do controle capitalista, pois a sujeição dos trabalhadores àquelas condições e tipos de trabalho não resulta de suas escolhas, senão da necessidade de trabalhar. Na manufatura moderna tem-se

como exemplo clássico de excesso de trabalho, trabalho pesado e inadequado, e da brutalização, daí decorrente, dos trabalhadores consumidos desde a infância, podem servir, além da mineração e da produção de carvão, as olarias, nas quais a máquina recém-descoberta é usada, ainda esporadicamente, apenas na Inglaterra (1866). Entre maio e setembro, o trabalho vai de 5 horas da manhã até 8 horas da noite e, quando se faz a secagem ao ar livre, frequentemente de 4 horas da manhã até 9 horas da noite. A jornada de trabalho das 5 horas da manhã até 7 horas da noite é considerada “reduzida”, “moderada”. Crianças de ambos os sexos são empregadas a partir dos 6 e até mesmo dos 4 anos de idade. Trabalham o mesmo número de horas, frequentemente mais, que os adultos. O trabalho é duro e o calor do verão aumenta ainda mais o esgotamento. Numa olaria de Mosley, por exemplo, uma moça de 24 anos fazia diariamente 2 mil tijolos, ajudada por 2 garotas menores de idade como auxiliares, que traziam o barro e empilhavam os tijolos. Essas garotas carregavam diariamente 10 toneladas de barro por um aclave escorregadio de uma escavação com uma profundidade de 30 pés, e numa distância de 210 pés. (MARX, 1985b, p. 73).

É um trabalho desumano, exaustivo, estafante. O capitalismo degrada os trabalhadores para conquistar seus interesses econômicos e passa por cima do humano para favorecer a acumulação capitalista. O trabalho domiciliar também era marcado por condições precárias. As mulheres pobres transformavam suas minúsculas moradias em locais de trabalho. Nesse local inadequado e insalubre, ou seja, num espaço pequeno e com pouca ventilação e luminosidade, essas mulheres (sem contrato de trabalho nem vínculos empregatícios) recebiam encomendas de fabricantes donos de loja e remuneração (salário por peça) pelo que haviam produzido. Além disso, incluíam seus filhos como força de trabalho numa produção em que todos trabalhavam sob longas jornadas de trabalho, havendo apenas uma rápida pausa para refeição.

As moradias dos trabalhadores, muitas vezes, possuíam apenas um cômodo para toda a família; sem ventilação e sem saneamento básico, acomodavam de forma amontoadas um número significativo de pessoas. Conforme Engels (2010, p. 137), as acomodações se davam em

[...] alojamentos úmidos, porões onde a água mina do chão ou mansardas de cujo teto coteja. Constrói-lhes casas que não permitem que o ar viciado circule. Fornece-lhes roupas de má qualidade ou farrapos e alimentos adulterados ou indigestos. Submete-os às mais violentas emoções, às mais bruscas oscilações entre medo e esperança e persegue-os como uma caça, não lhes concedendo nunca um pouco de paz e de tranquilidade.

Em decorrência dessas condições degradantes de vida e de trabalho, muitos desses trabalhadores morriam jovens. Morriam por exaustão no trabalho, por falta de uma alimentação adequada ou por doenças crônicas oriundas do trabalho precário.

Para Engels (2010), o que a burguesia em sua ânsia por acumulação provocou foi uma espécie de “assassinato social”, pois ela “assassinava” grande parte da sociedade em favor de seus interesses econômicos. “A burguesia inglesa só [teve] duas alternativas: prosseguir em seu reinado, carregando sobre os ombros a acusação de assassinato social e *apesar dessa acusação*, ou abdicar em favor da classe operária. Ela tem preferido até hoje a primeira solução” (idem, p. 149, grifos do autor).

Em relação à transição da manufatura e do trabalho domiciliar moderno para a grande indústria, Marx afirma que:

O barateamento da força de trabalho por meio do mero abuso de forças de trabalho femininas e imaturas, do mero roubo de todas as condições normais de trabalho e de vida e da mera brutalidade do trabalho excessivo e noturno choca-se, por fim, com certas barreiras naturais não mais transponíveis, o mesmo ocorrendo com o barateamento das mercadorias e com a exploração capitalista em geral, quando repousam nesses fundamentos. Assim que esse ponto finalmente é alcançado, o que demora bastante, soa a hora de introduzir a maquinaria e a agora rápida transformação do trabalho domiciliar esparso (ou também da manufatura) em produção fabril. (MARX, 1985b, p. 78).

Os mestres-artesãos não trabalhavam mais para os consumidores individuais, mas sim para manufaturas e para grandes lojas. As massas do material de trabalho – matéria-prima – são fornecidas pela grande indústria; já a massa da força de trabalho barata é constituída pelos trabalhadores “liberados” das indústrias e da grande agricultura. Essa esfera da manufatura deve sua origem principalmente à necessidade que o capitalista tem de ter à mão um “exército” que se amoldasse a qualquer oscilação da demanda, sempre pronto para ser mobilizado (MARX, 1985b). Junto a essa manufatura subsistia a dispersa atividade artesanal em domicílio. A mais-valia passa a ser produzida em abundância nesses ramos de atividades; o progressivo barateamento dos artigos deve-se, “[...] sobretudo, ao mínimo de salário necessário para vegetar miseravelmente, somado ao máximo de tempo de trabalho humanamente possível” (idem, p. 79).

Contudo, o velho método, baseado na mera exploração brutal da força de trabalho, já não estava mais respondendo ao crescente mercado e à concorrência cada vez mais maior entre os capitalistas. “Soou a hora da maquinaria” (MARX, 1985b), que revoluciona e se apodera de fato das mais diversas esferas produtivas.

Seu efeito imediato sobre os trabalhadores é, mais ou menos, o de toda maquinaria que, no período da grande indústria, se apodera de novos ramos de atividades. Crianças de menos idade são afastadas. O salário dos operários de máquinas se eleva em relação ao dos trabalhadores domiciliares, dos quais muitos pertencem aos ‘mais pobres dos pobres’. Os salários dos artesãos mais bem colocados, com os quais a

máquina concorre, caem. Os novos operários das máquinas são exclusivamente mocinhas e mulheres jovens. Com o auxílio da força mecânica, elas aniquilam o monopólio do trabalho masculino em tarefas pesadas e expulsam, de tarefas mais leves, massas de mulheres idosas e crianças imaturas. A concorrência irresistível elimina os trabalhadores manuais mais débeis. (idem, p. 79).

Marx (1985b, p. 81) ressalta que

Essa revolução industrial, que se processa naturalmente, é acelerada de modo artificial pela extensão das leis fabris a todos os ramos industriais em que trabalhem mulheres, jovens e crianças. A regulamentação obrigatória da jornada de trabalho, estabelecendo duração, pausas, início e término, o sistema de turnos para crianças, a exclusão de todas as crianças abaixo de certa idade, etc., torna necessária, por um lado, mais maquinaria e a substituição de músculos por vapor como força motriz.

Para ganhar na produção o que foi perdido em tempo, o capital concentra um maior volume de meios de produção e de trabalhadores sob seu comando. Já que estava limitado pela lei fabril a prolongar, da forma que lhe fosse conveniente, a jornada de trabalho, o capital passa então a intensificar a exploração sobre o trabalhador mediante o uso das máquinas. Essa limitação da jornada de trabalho e do trabalho infantil foi a base para a diminuição do trabalho domiciliar, já que a exploração ilimitada da força de trabalho barata era sua única forma de concorrência.

A própria lei fabril, mais do que conter as revoltas e mobilizações dos trabalhadores diante das condições miseráveis em que se encontravam, serviu de base à consolidação da grande indústria. Para que as péssimas condições de vida e de trabalho não se tornassem uma ameaça à reprodução do capital, foram instituídas e difundidas as leis fabris, como uma das estratégias de controle do trabalho, só que exercida pelo Estado. Conforme Marx (1985b), a legislação fabril é considerada a “primeira reação consciente e planejada da sociedade à configuração espontaneamente desenvolvida de seu processo de produção; é [...] um produto tão necessário da grande indústria quanto o algodão” (idem, p. 85). Ela apresenta-se como uma forma de compensar a classe trabalhadora com medidas criadas pelo Estado enquanto coação legal à organização da produção capitalista.

Convém salientar que essas estratégias criadas pelo Estado aparecem e se desenvolvem historicamente para regular a relação social e conter os conflitos, o que não significa atender às necessidades dos trabalhadores, mas tão só diminuir algumas consequências decorrentes da exploração do trabalho. Isto porque, verdadeiramente, atendem em grande medida à reprodução do capital, pois o impedimento legal de absorção da força de trabalho da criança na sua tenra idade e da extração da mais-valia através de uma longa jornada de trabalho deu vazão ao anseio voraz do capitalista de ampliação dos lucros

mediante o desenvolvimento das forças produtivas. Ele encontrou no incremento do maquinário a possibilidade efetiva de intensificar a extração da mais-valia, instituindo assim a forma mais eficiente de controle do capital sobre o trabalho.

A grande indústria supera tecnicamente a divisão manufatureira do trabalho; supera a anexação do trabalhador por toda a vida a uma operação de detalhes e transforma o trabalhador em apêndice da máquina, bem como introduz o trabalho feminino, infantil e não qualificado como nova base da divisão do trabalho. A grande indústria revoluciona a divisão do trabalho e lança sem cessar massas de capital e de trabalhadores de um ramo da produção para o outro. O trabalhador fica subordinado tanto às exigências do capital quanto às oscilações da produção.

A natureza da grande indústria condiciona, portanto, a variação do trabalho, à fluidez da função, a mobilidade, em todos os sentidos, do trabalhador. Por outro lado, reproduz em sua forma capitalista a velha divisão do trabalho com suas particularidades ossificadas. [...] Essa contradição absoluta elimina toda tranquilidade, solidez e segurança na situação de vida do trabalhador, ameaçando constantemente arrancar-lhe da mão, com o meio de trabalho, o meio de subsistência e torná-lo, com sua função parcelar, supérfluo. (MARX, 1985b, p. 89).

O capitalista, ainda na manufatura, mas, principalmente, na grande indústria realiza o controle sobre a força de trabalho através de mecanismos objetivos/coercitivos que permitem extrair ao máximo o trabalho excedente através da mais-valia relativa, e, desse modo, garantir a reprodução contínua do capital. Esta é a forma de controle mais severa, de base eminentemente coercitiva, que o capital exerce sobre o trabalho a partir da grande indústria. Esta dimensão do controle generaliza-se na produção capitalista devido ao despojamento dos trabalhadores dos meios de produção. Conforme explica Souza (2011), o controle do capital sobre o trabalho incide sobre objetivos específicos, como as formas de disciplinamento da força de trabalho, a desqualificação profissional, a fragmentação do saber operário, ocorrendo a expansão dos processos de alienação. Neste processo, prevalece a dimensão coercitiva do controle, e com a introdução da legislação fabril aparece uma necessidade ideológica do capital para se legitimar diante da sociedade, mas, principalmente, de manipular o trabalhador. Logo, o capitalista passa a utilizar também mecanismos ideológicos de controle que supõem uma conquista dos trabalhadores em relação à proteção social ao trabalho.

Ao concluir este capítulo constata-se que o controle do capital sobre o trabalho é inerente à relação capital e adquire formas diferenciadas nos primeiros momentos do desenvolvimento da produção capitalista, a saber, na manufatura e na grande indústria. O

controle do capital incide tanto na atividade desenvolvida pelo trabalhador quanto na reprodução de sua vida, fazendo com que se adapte à forma de produzir mercadorias na manufatura e na grande indústria e à necessidade de acumulação intensa de capital. O trabalhador passa a subordinar-se integralmente ao capital, conforme visto no processo de industrialização, o que lhe causa grandes e graves conseqüências. Isso dificulta a organização de movimentos contestatórios, o que dispersa e fragmenta a classe trabalhadora, retirando do trabalhador qualquer possibilidade de domínio sobre o processo e o produto do seu trabalho.

No capítulo seguinte, dar-se-á continuidade à reflexão das formas de controle do capital sobre o trabalho, com prioridade à explicitação da diversidade das suas expressões contemporâneas.

2 - PRODUÇÃO TAYLORISTA-FORDISTA, CONTROLE SOBRE O TRABALHO E CRISE ESTRUTURAL

Neste capítulo são analisadas as formas de controle contemporâneas do capital constituídas na fase monopolista de desenvolvimento do capitalismo, a fim de apreender as artimanhas engendradas pelo capital para ampliar o domínio objetivo e subjetivo sobre a força de trabalho. Aborda-se a reorganização do processo de trabalho, a introdução da gerência científica por Frederick Winslow Taylor, a incorporação dos princípios tayloristas por Henry Ford e os principais efeitos dessa organização para o processo produtivo e para o trabalhador, que culminam com o modelo taylorista-fordista de produção. Reflete-se sobre a dinâmica entre coerção e consenso que as formas de controle adquirem com a adesão dos trabalhadores ao método produtivo fordista, observando se com esta dinâmica é alterada a dimensão rígida/coercitiva do controle na produção.

São tecidas considerações acerca da crise estrutural que assolou o modo de produção capitalista na década de 1970, o desgaste da produção fordista e seus reflexos para a reprodução da classe trabalhadora.

2.1 Capitalismo monopolista, bases do controle taylorista-fordista de produção

O modo de produção capitalista, no último terço do século XIX, passou por significativas transformações no que concerne ao seu ordenamento e a sua dinâmica econômica, incidindo na estrutura social e política da sociedade burguesa. Essas alterações demarcaram a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista.

Marx teceu considerações sobre o sistema dos monopólios, mas não efetuou o estudo minucioso dessa questão, embora tivesse consciência da existência do monopólio na economia britânica de sua época. Os economistas clássicos anteriores a ele trataram os monopólios como sendo uma forma remanescente do sistema feudal e mercantilista, e não como elementos essenciais do capitalismo. Marx não tentou investigar o que viria a ser o capitalismo monopolista, e tampouco concordou com essas considerações dos economistas clássicos, o que na época exigiria um esforço enorme e um modelo hipotético, ainda sem

embasamento empírico (BARAN e SWEEZY, 1996). Isto porque o desenvolvimento do capitalismo monopolista estava em processo.

Diferentemente dos economistas clássicos, Marx verificou a poderosa tendência de concentração e centralização do capital, inerente a uma economia baseada no regime de concorrência; “sua visão do futuro do capitalismo inclui certamente novas formas, puramente capitalistas, do monopólio” (BARAN e SWEEZY, 1996, p. 14). Marx conseguiu elucidar as linhas gerais do desenvolvimento do sistema ao demonstrar que a tendência do capitalismo é concentrar e centralizar capital em escala crescente, explicitando a base que funda a constituição dos monopólios.

Marx (1985b, p. 196) afirma que a concentração pode ser entendida a partir de dois elementos principais, a saber:

Primeiro: a crescente concentração dos meios de produção social nas mãos de capitalistas individuais é, permanecendo constantes as demais circunstâncias, limitada pelo grau de crescimento da riqueza social. Segundo: a parte do capital social, localizada em cada esfera específica da produção, está repartida entre muitos capitalistas, que se confrontam como produtores de mercadorias independentes e reciprocamente concorrentes.

A concentração de capitais repousa diretamente na acumulação, ou melhor, é idêntica a ela. A quantidade de riqueza produzida socialmente deriva do trabalho proletário. Esta riqueza é apropriada e concentrada nas mãos de diversos capitalistas individuais, e este processo de concentração culmina na repulsão dos diversos capitais individuais, gerando assim a concorrência.

Tem-se também o processo de centralização de capitais, que se diferencia do processo de concentração por pressupor apenas a divisão entre os capitalistas dos capitais já existentes na sociedade.

Esta já não é concentração simples, idêntica à acumulação, de meios de produção e de comando sobre o trabalho. É concentração de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores. Esse processo se distingue do primeiro porque pressupõe apenas divisão alterada dos capitais já existentes e em funcionamento, seu campo de ação não estando, portanto, limitado pelo crescimento absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. O capital se expande aqui numa mão, até atingir grandes massas, porque acolá ele é perdido por muitas mãos. É a centralização propriamente dita, distinguindo-se da acumulação e da concentração. (MARX, 1985b, p. 196).

Marx (idem, p. 197) afirma que a centralização “completa a obra da acumulação, ao colocar os capitalistas industriais em condições de expandir a escala de suas operações”. Isto é, o processo de centralização potencializa e acelera as modificações impostas pela reprodução do capital.

Observa-se, com isso, a tendência do capitalismo em se organizar na forma de monopólios, demonstrada por Marx ainda em seu estágio inicial. A luta entre os próprios capitalistas gera a negação da concorrência, visto que os muitos capitalistas em confronto destroem-se e incorporam os capitais menores aos maiores.

A elevação dos processos de concentração e centralização se dá na fase monopolista do capitalismo. A era dos monopólios teve início aproximadamente no último quarto do século XIX, ganhando contornos mais claros a partir de 1890. Nesse momento, entram em cena as grandes empresas, mais conhecidas como Sociedades Anônimas (empresas S.A.). A primeira das grandes modificações impostas pelo capitalismo monopolista expressou-se na estrutura da empresa moderna.

Segundo Baran e Sweezy (1996), as primeiras grandes sociedades anônimas surgiram nos ramos das finanças e dos transportes (em especial as ferrovias), estendendo-se na virada do século XIX para o XX aos setores da indústria e às demais esferas da economia. Sobre o setor de transportes, Braverman (1974, p. 223) comenta que

A rede de transporte foi a primeira arena para a empresa gigante. As empresas ferroviárias e marítimas, em virtude de sua demanda de trilhos de aço, placas e chapas estruturais, arrastavam em seu despertar a siderurgia que acabava de tornar-se perita na fabricação de aço a um preço e qualidade que possibilitavam esse desenvolvimento.

Nas sociedades anônimas não é o sujeito individual que comanda a produção, mas sim um grupo de acionistas, imprimindo o fim do padrão individual, que personificava a presença do capital na empresa familiar.

Quanto à base material da produção no capitalismo monopolista, observa-se, de modo geral, que os verdadeiros proprietários do capital afastam-se do processo de produção. Isto significa que há uma mudança de comportamento dos antigos capitalistas individuais do período concorrencial para os dirigentes modernos das grandes sociedades anônimas. No período concorrencial, o centro de gravitação econômica não estava na empresa, mas sim no magnata, que controlava os negócios da família. Comparando ambos os dirigentes, Baran e Sweezy (1996, p. 39) esclarecem que

Há muitas formas de descrever o contraste entre o magnata e o dirigente moderno. O primeiro foi o pai da empresa gigante, o segundo é seu filho. O magnata permanecia fora e acima, dominando a empresa. O dirigente é o homem de dentro, dominado por ela. A fidelidade do primeiro é para consigo mesmo e sua família (que, na sua forma burguesa, é essencialmente uma extensão do eu); a fidelidade do outro é para com a organização a que pertence e através da qual se expressa. Para o primeiro, a empresa era apenas um meio de enriquecimento; para o segundo, o bem da companhia tornou-se uma finalidade ao mesmo tempo econômica e ética. O primeiro roubava da empresa, o segundo rouba para ela.

A única característica em comum entre o magnata do capitalismo concorrencial e o dirigente moderno da sociedade anônima monopolista é o desejo de ampliar, a qualquer custo, os níveis de acumulação de capitais.

Baran e Sweezy (1996) observam que nas sociedades anônimas o controle fica nas mãos da administração, composta por uma junta de diretores e pelos principais funcionários executivos. A administração é formada por um grupo que se autoperpetua; cada geração de administradores seleciona seus sucessores, treinando-os e promovendo-os segundo os padrões vigentes na empresa. Os autores também afirmam que cada empresa cria internamente um fundo, visando atingir sua independência financeira; elas também podem tomar empréstimos de instituições financeiras, mas não são forçadas a isso, “normalmente, sendo, portanto capaz de evitar o tipo de sujeição ao controle financeiro que foi tão comum ao mundo das Grandes Empresas há 50 anos” (idem, p. 26).

Com o surgimento das sociedades anônimas, as empresas foram impelidas a empréstimos como forma de conseguir o capital necessário à ampliação dos negócios. Isto as deixava à mercê de imposições externas à empresa, a chamada “sujeição ao controle financeiro”. A liberdade alcançada pelas sociedades anônimas quando estas atingem a independência financeira não significa que estas empresas gigantes operem isoladamente. É exatamente o oposto: a essência do capitalismo monopolista é a formação de agrupamentos, alianças, alinhamentos e acordos entre as grandes empresas, desde que estes sejam feitos em nome da elevação dos lucros ao máximo.

Conforme Baran e Sweezy (1976), alguns autores modernos cometeram um erro interpretativo importante quando explicaram a elevação dos lucros na fase do capitalismo monopolista⁵. Eles acreditavam que empresas como as sociedades anônimas seriam um passo rumo ao controle social da produção. Estas análises não levavam em conta as modificações

⁵ Dentre estes autores estão Carl Kaysen e Herbert A. Simon. Para maiores detalhes sobre a teoria de ambos, cf. BARAN; SWEEZY (1974), *Capitalismo Monopolista*, capítulo 2.

impostas pelo monopólio, trabalhando com a hipótese da sobrevivência da empresa familiar e do capitalista individual. Por conta disto, esses teóricos julgavam que a empresa moderna seria dotada de alma, com forte apelo moral. Para Baran e Sweezy (1976, p. 292), ao contrário,

O que realmente ocorre é que a grande maioria dos proprietários perde o controle em favor de uma pequena minoria de proprietários. A grande sociedade anônima não significa, portanto, nem a democratização nem a abolição das funções de controle da propriedade, mas sua concentração num pequeno grupo de grandes donos de propriedades. O que muitos donos de propriedades perdem, uns poucos ganham.

O que se nota, na realidade, é a centralização do capital levada às últimas conseqüências, ou seja, a forma de organização das sociedades anônimas, nas quais o poder de decisão está restrito aos acionistas majoritários, coloca nas mãos de poucos capitalistas o poder de controlar um volume de capital superior ao que eles possuem de fato.

A fase seguinte da evolução do capitalismo monopolista ocorre quando se formam combinações com o objetivo consciente de acabar com a concorrência. Esta fase só é atingida num estágio avançado da centralização de capitais, quando o reduzido número de empresas em determinado ramo da produção faz com que a concorrência se transforme em algo potencialmente perigoso para o sistema.

Netto e Braz (2007, p. 177-178) afirmam que:

[...] O aparecimento, em menos de trinta anos, de grupos capitalistas nacionais controlando ramos industriais inteiros, empregando enormes contingentes de trabalhadores e influenciando decisivamente nas economias nacionais alterou de modo extraordinário a dinâmica econômica. Em poucas décadas, esses gigantes monopólios (centrados na indústria pesada) extravasariam as fronteiras nacionais, estendendo a sua dominação sobre enormes regiões do globo. [...] entre fins do século XIX e os primeiros anos do século XX, o grande capital- a partir daí geralmente conhecido como capital monopolista- firmemente estabelecido na produção industrial, se constituía como a coluna vertebral da economia capitalista, articulando formas específicas de controle das atividades econômicas (*o pool, o cartel, o sindicato, o truste etc.*). Uma vez estruturados e consolidados esses monopólios, mudou a fisionomia do capitalismo; consumada a monopolização.

A articulação entre formas específicas de controle econômico tais como os cartéis e os trustes resultaram de acordos⁶ firmados entre as potências capitalistas mais influentes para

⁶Esses acordos firmados entre as empresas monopolistas visam reduzir a concorrência entre os monopólios, porém não a eliminam, mas sim estabelecem limites temporários a ela. “[...] o ‘capitalismo organizado’ dos monopólios, reduzindo o peso da concorrência generalizada que caracterizou o estágio anterior do capitalismo, pôs no centro da atividade econômica a concorrência entre os monopólios; os acordos que fazem entre si são sempre alianças temporárias, conjunturais” (NETTO e BRAZ, 2007, p. 190).

obter o controle dos mercados, diminuir a concorrência e aumentar os lucros em escala mundial. “Através desses acordos, os grandes monopólios [...] realizam uma espécie de partilha econômica do mundo” (NETTO e BRAZ, 2007, p. 182), dividindo entre si os territórios que objetivam subordinar aos seus interesses de acumulação. Consolida-se, então, a hierarquização entre os países, em que os mais desenvolvidos passam a estabelecer as relações de domínio e exploração sobre os países em desenvolvimento.

Na fase do capitalismo concorrencial gestou-se o mercado mundial mediante a crescente circulação de mercadorias por diversos países do globo. Com o processo monopolista o comércio externo não perde a importância, porém tem-se a ênfase na exportação de capitais, tanto o capital de empréstimos – concessão de créditos a juros determinados – quanto o capital produtivo – implantação de indústrias capitalistas em outros países, a fim de internacionalizar capitais, obter lucros acima da média, acumular capital e expandir o ideário capitalista por diversas partes do globo (idem, 2007).

Esse estágio do capitalismo monopolista é marcado pela emergência do capital financeiro; pela exportação de capital; pela elevação da concentração e centralização do capital; pela internacionalização do capital; pela divisão internacional do trabalho; pela revolução técnico – científica e pela modernização da indústria.

“[...] vê-se, assim, o caráter abrangente e inclusivo das atividades capitalistas, explicável pela lógica do capital, valor que tem que se valorizar, potência que tem que se expandir para além de qualquer fronteira. Numa palavra, é traço constitutivo do capitalismo a sua mundialização” (idem, p. 186).

Além do monopólio na indústria houve a mudança do papel dos bancos⁷. “A era do monopólio da indústria foi a era do monopólio bancário também” (HUBERMAN, 1964, p. 222). Ao reunir os capitais inativos de capitalistas com a soma das economias de um significativo número de pessoas, os bancários conseguiram manter o controle sobre massas monetárias gigantescas, disponibilizando-as para empréstimos às indústrias capitalistas que recorriam ao crédito bancário para seus investimentos. Na fase monopolista do capitalismo entra em cena uma nova forma de capital, o capital financeiro, resultado das fusões entre os banqueiros e o grande capitalista industrial.

O crescente processo de concentração e centralização de capital possibilitou um significativo aumento do excedente econômico. No entanto, “a capacidade industrial de

⁷“Produtos da evolução das ‘casas bancárias’ que operavam ao tempo do capitalismo comercial, os bancos, inicialmente, funcionavam como intermediários de pagamentos; com o desenvolvimento do capitalismo, tornaram-se as peças básicas do sistema de crédito” (NETTO e BRAZ, 2007, p. 178).

produzir mercadorias cresceu num índice muito mais rápido do que a capacidade de consumo dos habitantes do país” (HUBERMAN, 1964, p. 224). A saída para este impasse era encontrar mercados externos que pudessem absorver a produção de excedente, pois a política protecionista nos países centrais, que brecava a entrada de mercadorias externas, acirrava a concorrência entre os produtores internos. A alternativa posta pelos países centrais foi transformar as colônias (ou países atrasados) em escoadouros dos artigos excedentes, bem como explorar as matérias-primas desses países.

Além de constituírem um mercado para os artigos excedentes, as colônias poderiam ter outra utilidade. A produção em grande escala necessita de grande suprimento de matérias- primas. [...] os donos das indústrias não queriam depender de outros países para as matérias- primas que lhes eram essenciais. Desejavam controlar ou possuir as fontes dessas matérias- primas (idem, p. 226).

Na era dos monopólios o capitalismo torna-se efetivamente um sistema econômico mundial, no qual as nações e Estados de todo o globo estão vinculados, estabelecendo-se um fluxo de conexões em que todos os países são economicamente interdependentes, porém sem prejudicar a hierarquia e a relação de dominação e exploração dos países desenvolvidos sobre os demais. Nesse sentido, a economia mundial,

Sendo uma economia produtora de mercadorias, não é regulada segundo um plano que determine o crescimento sincronizado de suas várias partes componentes. Essas partes se desenvolvem [...] aos saltos e em proporções desiguais. Qualquer equilíbrio que possa haver resulta acidentalmente de sua interação mútua [...] possui um caráter puramente temporário (SWEEZY, 1962, apud, NETTO e BRAZ, 2007, p. 187).

No curso de sua expansão mundial, o capitalismo apresentou-se sempre como um sistema desigual e combinado. Desigual devido a sua própria dinâmica, que se sustenta na exploração do homem pelo homem; o desenvolvimento capitalista opera em ritmos diferenciados nos diversos países, por fatores históricos, políticos e sociais, onde prevalece a dominação e exploração de uma nação sobre a outra. E combinado no sentido de que os países periféricos se desenvolvem, sob o comando das grandes potências, combinando as inovações tecnológicas as mais modernas com relações econômico-sociais atrasadas. O progresso dos países periféricos se deu (e ainda se dá) mediante a sua subordinação e exploração pelos países centrais (NETTO e BRAZ, 2007).

A organização monopolista objetiva obter o controle dos mercados e atingir lucros acima da média, buscando elevar cada vez mais a concentração e centralização de capital. Para tanto, entre outras medidas, passa a intensificar as formas de controle sobre a força de

trabalho para ampliar a geração de mais-valia e valorizar o capital.

É no período de desenvolvimento do capitalismo monopolista que despontam, nos Estados Unidos, os Princípios da Administração Científica, de F.W. Taylor, o qual dá ênfase ao controle gerencial⁸, demonstrando como a produtividade dos trabalhadores poderia ser consideravelmente aumentada mediante a decomposição do processo de trabalho, a organização e a fragmentação das tarefas. É a necessidade dos capitalistas de atingir grandes mercados que demanda incorporar estes princípios para modernizar e com isso aumentar a produção de mercadorias.

Segundo Braverman (1987, p. 82-83),

A gerência científica, como é chamada, significa um empenho no sentido de aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão. Faltam-lhe as características de uma verdadeira ciência porque suas pressuposições refletem nada mais que a perspectiva do capitalismo com respeito às condições da produção. Ela parte, não obstante um ou outro protesto em contrário, não do ponto de vista humano, mas do ponto de vista do capitalista, do ponto de vista da gerência de uma força de trabalho refratária no quadro de relações sociais antagônicas. Não procura descobrir e confrontar a causa dessa condição, mas a aceita como um dado inexorável, uma condição “natural”. Investiga não o trabalho em geral, mas a adaptação do trabalho às necessidades do capital.

Mediante a gerência científica Taylor põe as bases para a organização e controle efetivo do processo de trabalho pelos capitalistas, oferece-lhes os meios de sistematizar as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores, especificando o que e como deve ser feito, bem como o tempo que deve ser despendido na execução de uma tarefa, possibilitando que o capitalista exerça na produção o controle dos tempos e movimentos do trabalhador. Com isso, torna-se claro que a gerência científica é funcional à lógica de reprodução do capital, pois ao dotar a gerência de novos conhecimentos que permitem aumentar a produtividade, reforça as formas de dominação e exploração do capital sobre o trabalho.

O taylorismo instituiu uma nova forma de gestão e organização das relações de trabalho, dando ênfase ao controle a fim de obter um gerenciamento eficaz de todo o processo de trabalho, impondo de maneira rigorosa ao trabalhador a execução das atividades. Sua principal característica é a separação entre gerência, concepção, controle e execução. Esta

⁸ A necessidade da gerência surge de maneira rudimentar no capitalismo industrial; momento em que o capitalista passa a assumir a função de gerente/ supervisor, visando obter o controle sobre os trabalhadores e acumular capital, mas é somente com a organização da gerência científica que se intensifica o controle do capital sobre o trabalho. Para uma análise mais detalhada sobre a origem da gerência, ver Braverman (1987).

divisão do trabalho aperfeiçoa as formas originárias de controle.

Braverman (1987) aponta os três princípios básicos que compõem a teoria de Taylor. O primeiro baseia-se na *dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores*, devendo o processo de trabalho ser independente do ofício e do conhecimento dos trabalhadores, dependendo inteiramente das políticas gerenciais. Esse princípio afirma que ao administrador compete reunir todo o conhecimento que tradicionalmente foi adquirido pelos trabalhadores, classificando-o e reduzindo-o a regras, leis e fórmulas que acelerem a produção. O segundo princípio refere-se à *separação entre concepção e execução*. Para Taylor, o trabalho cerebral deve ser banido da oficina e centralizado no setor de planejamento; aos trabalhadores de chão de fábrica cabe apenas a execução do trabalho de maneira mecânica e sob a coordenação da gerência. Esse princípio defende a assertiva de que se a execução do trabalho for orientada pela própria concepção dos trabalhadores não será possível impor-lhes o ritmo e eficiência de trabalho almejados pelo capital, portanto o estudo sistemático do trabalho não deve ser desenvolvido pelo trabalhador e sim pela gerência. O terceiro princípio diz respeito à *utilização do monopólio do conhecimento para controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução*. A viabilização desse princípio permite o planejamento e o cálculo de todos os elementos que compõem o processo de trabalho, estes não mais sob o domínio dos trabalhadores, mas sim coordenados por uma equipe gerencial.

A separação entre concepção e execução⁹, ou, se melhor convier, entre trabalho intelectual e trabalho manual, promoveu inúmeras consequências ao processo de trabalho, pois a partir de então ele passa a ser dividido entre lugares distintos e diferentes grupos de trabalhadores. Em um determinado local passam a ser executados os processos físicos da produção e em outro estão centralizados o planejamento, o projeto e o cálculo, mas todos atrelados ao centro gerencial. A separação entre concepção e execução se caracteriza como a medida mais decisiva que ocorreu na divisão do trabalho, que amadurece neste momento do desenvolvimento capitalista. Esta divisão do trabalho é inerente ao modo de produção capitalista, e desenvolve, moderniza-se mediante o controle da gerência burguesa, ao longo da história do capitalismo. No entanto, só com a expansão capitalista, a modernização industrial e as contribuições de teóricos como Taylor é que foi possível institucionalizar essa separação de maneira sistemática e formal (BRAVERMAN, 1987).

Souza (2011, p. 55) afirma que

⁹ Os termos concepção e execução são utilizados por Braverman/1987, e dizem respeito ao trabalho intelectual e ao trabalho manual, respectivamente.

A inovação administrativa na fase do taylorismo, ao modernizar a separação entre trabalho manual e intelectual, reforça a tendência da alienação do trabalho na medida em que mão e cérebro tornam-se não apenas separados, mas divididos e hostis, convertendo algo que compõe uma unidade em seu oposto, “algo menos que humano” (SOUZA, 2011, p. 55).

Com a introdução da gerência moderna, baseada nos princípios tayloristas e na administração científica, ocorre uma consequente perda do controle do trabalhador sobre o processo de trabalho. Ao promover a separação entre elaboração e execução, o capital intensifica a exploração sobre os trabalhadores, aprisionando-os à sua lógica de expansão. No taylorismo a dimensão subjetiva do trabalho é abstraída do trabalhador e assimilada pela gerência. “Esse deslocamento do elemento subjetivo do processo de trabalho transferido à máquina e à gerência leva a esquemas padronizados de controle presentes na disciplina e adestramento do trabalhador, o que reduz o trabalho humano em geral a mero ‘trabalho abstrato’” (SOUZA, 2011, p.56).

Assim, dessa divisão moderna do trabalho resulta numa intensa exploração do trabalhador que atinge a dimensão física e subjetiva. Isto porque, no modo de produção capitalista, a valorização e a satisfação das necessidades do capital se sobrepõem à satisfação das necessidades humanas. A divisão do trabalho constitui-se para garantir continuamente a extração do trabalho excedente, pois a força de trabalho é uma mercadoria e, portanto, tem para o capitalista um valor meramente produtivo, é a única mercadoria capaz de produzir a mais-valia de que o capital tanto necessita para a sua valorização e acumulação.

A busca incessante por acumulação impulsiona o capitalista a aprimorar suas artimanhas de exploração. No período de disseminação dos princípios tayloristas, o aprimoramento do controle sobre a força de trabalho se deu através da combinação entre parcelamento das tarefas, trabalho rotinizado e separação entre trabalho intelectual e manual. A articulação entre esses elementos reforça a alienação do trabalho, a qual se revela através do estranhamento entre o trabalhador, o processo de produção e o produto do seu trabalho. Estes aparecem ao trabalhador como algo exterior, algo que não lhe pertence. O trabalhador não se reconhece como parte do processo, nem no produto do seu trabalho; não se afirma no trabalho, nega a si mesmo, pois não desenvolve livremente as suas energias físicas (MARX, 1964).

Com as técnicas tayloristas o capital destitui do trabalhador o controle subjetivo sobre o processo de trabalho, transferindo-o para a maquinaria e para as mãos da gerência. Esta última se torna responsável por manter a hierarquia do controle e convencer os trabalhadores a acatar a modernização do processo de trabalho. O objetivo central é adestrar os

trabalhadores às novas exigências do capital, para assim garantir a produção da mais-valia relativa e a geração de lucros.

Nesse sentido, Souza (2011, p.55) afirma que

A atividade gerencial tanto incide sobre a dimensão objetiva do trabalho- cronometrar o tempo de trabalho para reduzir os custos e ampliar a produção material-, quanto subjetiva- convencimento do trabalhador de que a disciplina e a rapidez na produção permitem visualizar o resultado positivo de seu trabalho. A gerência atua sobre a dimensão subjetiva para construir uma concepção de trabalho promotora de uma grandeza social, inspirado no ideário capitalista dominante.

As implicações para a classe trabalhadora são as mais variáveis. O trabalhador passa a se submeter a um rígido controle baseado no disciplinamento da força de trabalho, no qual o tempo de execução da atividade e o modo de como efetivá-la não mais são ditados por ele. O processo de trabalho passa a ser monitorado por uma gerência, devidamente capacitada, que coordena a execução das atividades, das mais simples às mais complexas. Outro fator é que com o parcelamento das tarefas ocorre a desvalorização do trabalho especializado, uma vez que o trabalhador não participa de todo o processo produtivo, mas realiza apenas uma única atividade que requer gestos repetitivos ao extremo, implicando a desqualificação profissional; o trabalhador passa a executar de maneira mecânica e rotinizada a sua função. Ocorre, também, a fragmentação do saber operário, reforçando a exploração da força de trabalho pelo capitalista.

Esses impactos não passaram despercebidos aos olhos dos trabalhadores. Houve, no momento da difusão do taylorismo nas indústrias, várias mobilizações operárias, lideradas pelos sindicatos, que questionavam a desqualificação do trabalho e a atividade meramente executiva.

[...] desde as primeiras tentativas de implementação do taylorismo houve resistências, mas é principalmente nos anos 10 e 20, quando ele se difunde por várias indústrias, que as mobilizações operárias se intensificam. Na metalurgia, por exemplo, os trabalhadores realizaram várias greves contra a desqualificação, o controle do tempo pelo cronômetro e o sistema de pagamento por prêmios. Além disso, reivindicaram o reconhecimento, por parte dos patrões, da representação na fábrica, dos comitês de empresa. Em geral, a mobilização partia dos operários mais qualificados, cujos “ofícios”, qualificação e autonomia de trabalho estavam sendo destruídos pelo “novo trabalhador”, pela “eficiência” através da maior parcelização e divisão de tarefas e, principalmente, através de uma contínua expropriação de seu saber e da quebra de sua autonomia e iniciativa. Mas as lutas envolviam, também, os operários especializados e de menor qualificação, cujas reivindicações se concentravam nas questões salariais e contra a intensificação do ritmo de trabalho (MONTGOMERY, 1985, apud, DRUCK 1999, p. 44-45).

Essas mobilizações assinalaram o movimento de resistência que a classe trabalhadora empreendeu contra o controle do capital no processo produtivo. Esta resistência se deu de várias formas: umas mais articuladas, mediante as greves; outras, não tão explícitas, pois muitos trabalhadores expressaram sua revolta ao taylorismo por meio da diminuição intencional do ritmo de trabalho e não informando à gerência os progressos obtidos no processo de produção.

No entanto, diante da reação dos trabalhadores, o capital se valeu de artimanhas, oferecidas pela gerência moderna, para submeter a força de trabalho aos seus interesses e assim garantir a sua legitimação. O capitalista passa a investir em estratégias que habituem o trabalhador às novas modalidades de expansão; para tanto, passa a remodelar as formas de controle, ora via coerção, ora via persuasão, pois só o controle coercitivo taylorista não era mais suficiente para adequar o trabalhador às necessidades de acumulação capitalista, conforme será problematizado adiante.

2.2 Produção fordista e as formas “coercitivas e consensuais” de controle do trabalho

Os princípios da gerência científica de F. W. Taylor são incorporados/ assimilados pelo modelo produtivo da indústria de Henry Ford, que deu origem ao fordismo. O fordismo consegue pôr em prática o que Taylor entendia como fundamental para atingir a hegemonia da gerência científica: a racionalidade do processo produtivo aliada à constituição de um modo de vida compatível com o modelo de acumulação vigente, marcado pelo caráter rígido, disciplinador e racional. É o investimento na modernização do processo de trabalho e do controle do trabalhador em face da expansão da acumulação capitalista.

O marco inicial do fordismo foi em 1913, quando seu precursor, Henry Ford, implantou em sua fábrica uma nova forma de organizar a produção e a gestão do trabalho baseado no parcelamento das tarefas, no trabalho rotinizado e na racionalização do processo de produção, tendo como objetivo fabricar um modelo específico de veículo (modelo T) que fosse produzido em grande quantidade, acessível às camadas populares e consumido em massa.

Para a concretização desse padrão de produção, Ford tomou por base os Princípios da Administração Científica de Frederick W. Taylor. Sobre isto Harvey (1998, p. 121) explica que

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção em massa significava consumo em massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.

Ford passa a dar ênfase à produção e ao consumo em massa, aliando coerção e persuasão na tentativa de obter um maior controle sobre a força de trabalho e evitar movimentos de resistência dos trabalhadores contra a nova organização da atividade produtiva. Apesar da distinção entre taylorismo e fordismo, ambos apresentam características similares que os articulam em prol do aumento da produtividade: os dois constituem, em essência, processos pautados na rigidez da produção.

Segundo Harvey (1998), a implantação do padrão de acumulação fordista dependeu de uma gama de decisões corporativas, institucionais e estatais. No momento de sua constituição, e em especial no período entre guerras, o fordismo passou por vários questionamentos e resistência por parte dos trabalhadores, pois “[...] dificilmente era fácil [a] aceitação de um sistema de produção que se apoiava tanto na familiarização do trabalhador com longas horas de trabalho puramente rotinizado, [...] concedendo um controle quase inexistente ao trabalhador sobre o projeto, o ritmo e a organização do processo produtivo” (HARVEY, 1998, p. 123).

Para consolidar um padrão de organização e gestão do trabalho imprescindível à acumulação de capital da grande indústria capitalista do século XX, o taylorismo-fordismo fez frente ao movimento de resistência operária, investindo em técnicas de controle coercitivo e persuasivo, aliando-se ao grande capital corporativo para impor uma reconfiguração do Estado, com vista a legitimar a nova forma de organização do trabalho e da produção capitalista.

Gounet (1999, p.18-19) afirma que para expandir a produção, gerar o consumo em massa e atingir altos índices de acumulação, Ford se apoiou em cinco transformações principais. A primeira delas foi a produção em massa, que implica racionalizar ao extremo as operações e evitar o desperdício, principalmente de tempo. Essa primeira transformação é importante, pois somente a produção em grande quantidade é capaz de responder a um

consumo amplo.

A segunda medida abordada pelo autor diz respeito ao parcelamento das tarefas segundo os preceitos tayloristas. Ao invés de participar de todo o processo de produção de uma mercadoria, o trabalhador executa apenas uma ação específica, com gestos repetitivos ao extremo. O parcelamento das atividades resulta na desqualificação do trabalho, pois agora o trabalhador não precisa ser mais um especialista, visto que desempenhará funções meramente repetitivas que o aprisionam no processo produtivo e fazem-no perder o controle do processo de trabalho.

A terceira modificação foi a introdução de uma esteira rolante automatizada, a qual permitiu a produção em larga escala de produtos padronizados. A criação da linha de montagem possibilitou, segundo o referido autor, a ligação entre os diferentes trabalhos; os trabalhadores passam a ser colocados lado a lado e executam suas funções sob o olhar criterioso da gerência. Nas palavras do autor, “[...] a linha fixa uma cadência regular de trabalho, controlável pela direção da empresa. Permite uma produção fluida, limitando ao máximo os estoques e o transporte entre operações” (GOUNET, 1999, p. 19).

A quarta medida apontada por Gounet diz respeito à produção vertical, caracterizada pelo controle total, de cima para baixo, das empresas sobre todas as etapas do processo de produção. A integração vertical teve por finalidade a padronização das peças, limitando o trabalho do operário a gestos simples e extremamente repetitivos. Com isso combate o desperdício, barateia os custos da produção e aumenta a produtividade.

A quinta e última transformação refere-se à automatização das fábricas. A partir de então se intensifica a relação entre o trabalhador e a máquina, bem como a dominação e exploração do trabalhador pelo capital. O artesão especializado foi perdendo lugar para o operário executor das máquinas, pois antes se gastava um tempo enorme para se produzir um veículo, haja vista que o trabalho era todo artesanal. Com a automatização e a efetivação das medidas acima citadas, passou-se a se produzir mais em menos tempo e, conseqüentemente, aumentou-se a lucratividade das empresas capitalistas. O que, conseqüentemente, gera o aumento do controle e da exploração do capital sobre o trabalho.

Para conseguir a adesão dos trabalhadores à nova dinâmica produtiva baseada na produção em massa, Ford propõe, estrategicamente, a jornada de trabalho de oito horas diárias a cinco dólares. Pois, assim, além da adequação dos trabalhadores à disciplina do sistema de linha de montagem de alta produção, também viabilizaria o aumento da renda dos trabalhadores, necessária para o consumo dos produtos em massa. Mas

[...] isso presumia que os trabalhadores soubessem como gastar seu dinheiro adequadamente. Por isso, [...] Ford enviou um exército de assistentes sociais aos lares dos seus trabalhadores “privilegiados” (em larga medida imigrantes) para ter certeza de que o “novo homem” da produção de massa tinha o tipo certo de probidade moral, de vida familiar e de capacidade de consumo prudente (isto é, não alcoólico) e “racional” para corresponder as necessidades e expectativas da corporação (HARVEY, 1998, p. 122).

O aumento dos salários constituiu-se numa estratégia do capitalista para conseguir a adesão dos trabalhadores aos princípios da produção taylorista-fordista. “Somente quando os salários começam a ser transformados, efetivamente, num instrumento atrativo é que se pode afirmar sobre uma aceitação maior do taylorismo por parte dos trabalhadores e de seus sindicatos” (DRUCK, 1999, p. 47). Junto ao aumento de salários foram oferecidos aos trabalhadores benefícios sociais até então inexistentes. Tudo milimetricamente articulado pelos capitalistas para neutralizar a resistência operária, impor a disciplina fabril e extrafabril e atingir os interesses de reprodução do grande capital.

Druck (idem, p. 49) acrescenta que

[...] o fordismo - enquanto novo padrão de gestão do trabalho e da sociedade (ou do Estado) - sintetiza as novas condições históricas, constituídas pelas mudanças tecnológicas, pelo novo modelo de institucionalização caracterizado pela produção em massa, pelo consumo em massa (o que coloca a necessidade de um novo padrão de renda para garantir a ampliação do mercado), pela integração e inclusão dos trabalhadores. Tal inclusão, por sua vez, era obtida através da neutralização das resistências (e até mesmo da eliminação de uma parte da classe trabalhadora- os trabalhadores de ofício) e da “persuasão”, sustentada essencialmente na nova forma de remuneração e de benefícios.

A nova forma de organização da produção e da sociedade capitalista propalada pelo modelo de acumulação fordista sob a égide do capitalismo monopolista demanda, principalmente no pós-segunda guerra, que é o período de consolidação da era fordista, a reconfiguração do papel do Estado¹⁰ como instrumento de regulação e administração dos conflitos sociais, a fim de garantir os interesses e privilégios do grande capital. A partir de então o Estado assume o caráter de Estado “interventor”, tendo como objetivo gerir políticas de pleno emprego e de proteção social que oferecessem aos trabalhadores condições de suprir parcialmente as suas necessidades mais imediatas, tais como: habitação, saúde e educação. O

¹⁰Essa reconfiguração do Estado é antes de tudo uma resposta à crise que assolou o sistema capitalista em 1929, deixando claro “[...] para os dirigentes mais lúcidos da burguesia dos países imperialistas a necessidade de formas de intervenção do Estado na economia capitalista. Registramos que o Estado burguês sempre interveio na dinâmica econômica, garantindo as condições externas para a produção e acumulação capitalistas; mas a crise de 1929 revelou que novas modalidades interventivas tornavam-se necessárias: fazia-se imperativa uma intervenção que envolvesse as condições gerais da produção da acumulação” (NETTO e BRAZ, 2007, p. 192-193).

*Welfare State*¹¹ teve por base as ideias keynesianas de pleno emprego e bem-estar social, e o Estado se configura como um agente promotor das políticas sociais e regulador da economia dos países centrais.

Com a intervenção do Estado na esfera social, tem-se a articulação entre o controle coercitivo, explícito na política proibicionista de disciplinamento fabril e extrafabril, e o controle persuasivo, através da política de remuneração e dos benefícios sociais.

Desenvolveu-se “um fetichismo de Estado, bem como de seus ideais democráticos, inclusive no que eles têm de ilusório, os quais o ‘Estado-providência’ deu conteúdo concreto ao garantir de algum modo o direito ao trabalho, à moradia, à saúde, à educação e à formação profissional [...]” (BIHR, 1991, apud ANTUNES, 2005, p. 40).

Souza (2011, p.65) enfatiza que

O controle sobre o trabalho mantém seu traço coercitivo- econômico, entretanto, se expande à sociedade que, de forma consentida, apóia as exigências do projeto fordista. Coerção e consenso articulam-se formando uma unidade no processo de expansão dessa nova forma de produzir e reproduzir o capitalismo. Há uma aceitabilidade dessa nova proposta de controle, haja vista a mistificação em torno da superação dos entraves à produção da riqueza social em larga escala, a qual supõe atender parte significativa das necessidades das classes na sociedade. Isso se concretiza através da ação reguladora do Estado, também responsável pela redistribuição desta riqueza.

Ao utilizar formas persuasivas de controle, o capital não deixa a coerção de lado, o caráter despótico do controle é inerente ao sistema capitalista. Esta articulação entre persuasão e coerção objetiva mascarar as desigualdades de classe, fragmentar e desmobilizar o movimento operário e impedir a difusão das ideias comunistas. O que faz com o que um número cada vez maior de trabalhadores incorporem a nova cultura de trabalho baseada na rigidez do processo produtivo que legitima o modo de produção capitalista.

Com a adequação dos trabalhadores à nova cultura de trabalho, o fordismo se consolida como modelo de acumulação plenamente acabado e distintivo, proporcionando à

¹¹O Estado no período de vigência do fordismo assume funções direcionadas ao desenvolvimento econômico e ao bem estar social, associando o intervencionismo à regulação social. O *Welfare State* ampliou os direitos sociais e trabalhistas, bem como aumentou o salário, elevando a condição de consumo dos trabalhadores. Este novo modo de regulação social, à medida que elevou o padrão material de vida da classe trabalhadora, possibilitou o crescimento econômico dos países centrais. A consolidação das políticas sociais e as melhorias nas condições de vida dos trabalhadores serviram estrategicamente para legitimar o poder do grande capital, representado pelo Estado, perante os trabalhadores e garantir o processo intensivo de acumulação do capital. Ressalta-se que o Estado de bem-estar social, implantado no pós- guerra, se desenvolveu apenas nos países centrais; os países periféricos não o vivenciaram, pois as condições de subalternidade os tornavam alvo de exploração e subordinação aos países ricos, os quais sabiam que não seria viável a extensão da “intervenção estatal” para os países periféricos (SOUZA, 2011). Convém salientar que o aprofundamento teórico do *Welfare State* extrapola os objetivos propostos pelo presente trabalho, portanto faz-se referência aos seus elementos constitutivos de maneira sintética.

economia capitalista um longo período de expansão que foi desde 1945 a meados de 1973¹². Houve no período de maturidade do fordismo uma significativa elevação do índice da produção e a expansão do capital. “Ao longo desse período, o capitalismo nos países capitalistas avançados alcançou taxas fortes, mas relativamente estáveis de crescimento econômico. Os padrões de vida se elevaram, as tendências de crises foram contidas, a democracia de massa preservada e a ameaça de guerras intercapitalistas, tornada remota” (HARVEY, 1998, p.125).

Porém, os anos dourados do capitalismo, marcado pela alta produtividade e pelo crescimento econômico, estavam com seus dias contados, pois uma recessão de caráter estrutural se instaura, conforme problematizamos a seguir.

2.3 O esgotamento do padrão fordista de produção e crise estrutural do capital

O período de vigência do taylorismo-fordismo como modelo de organização da atividade produtiva pautado na rigidez da produção e do trabalho, bem como na produção homogeneizada e verticalizada para a produção e o consumo em massa, proporcionou um

¹²A disseminação do projeto fordista se deu para além das fronteiras da América. O padrão de produção fordista se difundiu, no pós-guerra, para países europeus e para o Japão, porém de maneira diferenciada, assumindo conotações próprias em cada país. “As diferenças sociais, as relações de forças políticas em cada nação, bem como o nível de desenvolvimento econômico, foram determinantes para constituir formas nacionais de fordismo” (DRUCK, 1999, p. 51-2). No Japão, por exemplo, a introdução dos métodos de produção fordista se deu de forma bastante peculiar. Primeiramente, porque o mercado japonês era demasiadamente restrito, visto que o nível de vida dos japoneses não era elevado como o nível de vida dos norte-americanos. Portanto, a possibilidade de consumo de massa era limitada. Outro fator é que a demanda japonesa era bastante diversificada, o que exigiu a fabricação de vários modelos em pequenas quantidades, adequados à condição financeira dos diversos tipos de consumidores. A falta de espaço físico era outro obstáculo enfrentado pelas empresas japonesas, pois o Japão não dispunha de imóveis suficientes para estocar a produção em massa de veículos (GOUNET, 1999). Portanto, para que o Japão introduzisse os métodos de produção fordista e fabricasse automóveis competitivos com os dos norte-americanos, foi necessário adaptar o fordismo às condições físicas e materiais da sociedade japonesa, e assim se fez. Em meados da década de 1950, o Ministério do Comércio Internacional e da Indústria coloca a indústria automobilística como setor prioritário da economia japonesa, passando a apoiar os fabricantes nacionais em toda a linha da produção, em especial na concessão de empréstimos subsidiados às empresas nacionais. A partir de então o Japão reconfigura o padrão fordista de produção, adequando-o à realidade local. Conforme Gounet (idem), as principais medidas tomadas para a adequação do projeto fordista no Japão foram: a racionalização da indústria automobilística, estimulando a concentração das empresas, pois quanto mais monopolizado fosse, mais fortes seriam diante da concorrência externa; a racionalização da produção de autopeças, tendo como intuito tornar esse ramo industrial eficiente e sólido; o impedimento da entrada dos produtos estrangeiros, erguendo barreiras alfandegárias para proteger o desenvolvimento da economia local; o investimento na infraestrutura com o intuito de desenvolver a malha rodoviária necessária à indústria automobilística; e, por fim, a intensificação do desenvolvimento tecnológico e científico. “Nessas condições nasce o sistema produtivo próprio do Japão, que, conforme o caso, recebe o nome de métodos flexíveis, *just-in-time*, método *Kanban* ou toyotismo, já que a Toyota foi a primeira a empregá-lo” (idem, p. 25).

significativo crescimento econômico para os países capitalistas centrais. Nesse período o capitalismo viveu seu momento “áureo” de acumulação e expansão de capital, houve um aumento da taxa de lucro e um longo período de prosperidade para a economia capitalista, segundo tratado anteriormente.

No entanto, esses anos áureos de acumulação capitalista começaram a dar sinais de crise na década de 1970, tendo como uma das suas expressões o esgotamento do modelo fordista de produção. Dá-se então início a uma grande recessão na economia capitalista, a qual manifesta traços contundentes de uma crise estrutural do capital. A referência a crise estrutural se faz necessário para entender o movimento do capital e a dinâmica do controle sobre o trabalho.

As crises são inerentes ao modo capitalista de produção, pois enquanto prevalecerem as relações capitalistas as crises serão inelimináveis. Elas revelam o caráter contraditório deste modo de produção e indicam o quanto ele é instável. “A história, real e concreta, do desenvolvimento do capitalismo, a partir da consolidação do comando da produção pelo capital, é a história de uma sucessão de crises econômicas” (NETTO e BRAZ, 2007, p. 156). ,

Esses autores salientam que o fato de as crises não serem aleatórias e sim parte constituinte do modo de produção capitalista não implica uma naturalização das crises econômicas, pois “as crises são inevitáveis sob o capitalismo; mas é perfeitamente possível e viável uma organização da economia estruturalmente diferente da organização capitalista, capaz de suprir as causas das crises” (idem, p. 157). Portanto, a processualidade das crises não é algo natural que deve permear a organização econômica de todo e qualquer modo de produção.

Certamente, ocorreram crises nas sociedades que não foram regidas pela lógica capitalista. No entanto, as crises nas sociedades pré-capitalistas derivavam da insuficiência na produção de bens de consumo, ocasionada pela escassez dos meios de produção, sendo classificadas como “crises de subprodução de valores de uso” (NETTO e BRAZ, 2007, p. 157). O que as torna totalmente diferentes das crises existentes na produção capitalista, pois no referido modo de produção as crises são derivadas da superprodução de mercadorias e da falta de escoamento dos produtos.

[...] a crise capitalista aparece, inversamente à crise pré-capitalista, como uma superprodução de valores de uso- mais precisamente: não há insuficiência na produção de bens, não há carência de valores de uso; o que ocorre é que os valores de uso não encontram escoamento, não encontram consumidores que possam pagar o seu valor de troca e, quando isso se evidencia os capitalistas tendem a travar a produção; na crise capitalista a oferta de mercadorias torna-se excessiva em relação à procura (demanda) e, então, restringe-se ao limite a produção (idem, p. 158).

A falta de escoamento das mercadorias explicita uma das principais contradições do capitalismo, qual seja a apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Mesmo proporcionando o aprimoramento e desenvolvimento das forças produtivas, eliminando a escassez dos bens de consumo e necessitando de consumidores que comprem as suas mercadorias, o modo de produção capitalista não possibilita o acesso igual de todos aos bens que foram produzidos.

Na lógica de acumulação capitalista, pautada na exploração do homem pelo homem, à medida que ocorre o desenvolvimento das forças produtivas necessita-se de um número menor de trabalhadores na produção, os quais sob, o comando das máquinas, produzirão mais em um menor espaço de tempo. Isso acarreta a expulsão de uma significativa parcela de trabalhadores do processo de trabalho. O sistema capitalista sustenta-se, então, nesta contradição: torna grande parte dos trabalhadores supérfluos para a produção, substituindo-os por máquinas, porém necessita deles como consumidores que contribuam para a reprodução ampliada do capital. Quando ocorre a diminuição de consumidores das mercadorias capitalistas o sistema fica à mercê das crises de superprodução. Em síntese,

[...] a razão última de todas as crises reais é sempre a pobreza e a restrição ao consumo das massas em face do impulso da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se apenas a capacidade absoluta de consumo da sociedade constituísse seu limite (MARX, 1985 apud NETTO e BRAZ, 2007, p. 161).

Convém ressaltar que as crises que ocorrem no seio na produção capitalista não acarretam, mecanicamente, um colapso do sistema capitalista. Elas revelam os momentos mais latentes das contradições que engendram o capitalismo, as quais afetam em larga medida o ambiente político e as relações de poder entre as classes. As crises são funcionais ao modo capitalista de produção. Elas

[...] constituem os mecanismos mediante os quais o MPC restaura, sempre em níveis mais complexos e instáveis, as condições necessárias à sua continuidade. Por isso mesmo as crises- por mais brutais que sejam os seus efeitos e por mais graves que sejam as suas conseqüências- não têm o dom de conduzir o MPC ao colapso ou a faculdade de destruí-lo; deixadas à sua lógica, das crises capitalistas só resulta o próprio capitalismo (NETTO e BRAZ, 2007, p. 162-163).

A constituição de um novo projeto societário justo, igualitário e livre das amarras do sistema capitalista só será possível mediante uma ação coletiva, respaldada numa vontade política que represente de fato os interesses da classe trabalhadora. Certamente,

[...] as crises são a mais nítida manifestação da contradição fundamental do regime [capitalista] e o aviso periódico de que está condenado a morrer tarde ou cedo. Mas não morrerá jamais de morte automática. Será sempre preciso dar-lhe um piparotezinho consciente para o condenar definitivamente, e esse piparote é [...] ao movimento operário que compete dar-lho (MANDEL, 1978, apud, NETTO e BRAZ, 2007, p. 163).

Os impactos das crises expressam-se de modo diferenciado para a classe trabalhadora e para a classe burguesa. Os capitalistas, em especial os pequenos e médios, são penalizados com falências das empresas com a paralisação da produção e redução de operações comerciais, dentre outros fatores. No entanto, são os trabalhadores que sofrem os maiores impactos das crises, visto que com elas se tem o crescimento desmesurado do desemprego, rebaixamento salarial, intensificação da exploração e o empobrecimento generalizado dos trabalhadores.

No que concerne à crise que assolou a economia capitalista a partir da década de 1970, ela se traduziu, do ponto de vista do capital, pela queda tendencial da taxa de lucro¹³ gerada pela elevação do preço da força de trabalho, ocasionando uma redução dos níveis de produtividade do capital; a hipertrofia da esfera financeira, que alcançava relativa autonomia em face dos capitais produtivos e colocava o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação; a acentuada concentração de capitais, fruto das fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; a crise do *Welfare State* (Estado de bem-estar social), ocasionando a retração dos gastos públicos, transferindo-os para o capital privado; o crescimento das privatizações, acarretando as desregulamentações e a flexibilização dos mercados, do processo produtivo e da força de trabalho; e o esgotamento do modelo de acumulação taylorista-fordista, que corresponde à expressão mais fenomênica da crise

¹³A tendência à queda da taxa de lucro que se apresenta com regularidade ao modo de produção capitalista ao final do século XVIII se expressa no processo em que “Um capitalista inovador introduz um método produtivo que reduz seus custos e, assim, ao vender sua mercadoria ao preço de mercado, apropria-se de uma mais-valia adicional: o novo método, reduzindo o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mercadoria, reduz-lhe o valor, mas os capitalistas que não dispõem desse método mantêm o preço de mercado acima daquele valor- e é desse diferencial que se aproveita o capitalista inovador. Mas a pressão da concorrência obriga os outros capitalistas a adotarem o novo método; assim que ele está generalizado, cai o preço de mercado e desaparece a vantagem obtida pelo capitalista inovador. Em suma: na medida em que cada capitalista procura maximizar seus lucros, a taxa de lucro tende a cair. A concorrência obriga cada capitalista a tomar uma decisão (a de incorporar inovações que reduzam o tempo de trabalho necessário à produção da sua mercadoria) que lhe é *individualmente* vantajosa, mas que, ao cabo de algum tempo imitada pelos outros capitalistas, tem como resultado uma queda da taxa de lucro para todos os capitalistas” (NETTO E BRAZ, 2007, p. 153).

estrutural, mostrando-se incapaz de responder à retração do consumo que se acentuava devido ao desemprego estrutural (ANTUNES, 2005).

Para Mészáros (2002) a crise de 1970 é de caráter estrutural. É a “representação de um *continuum depressivo*, que exhibe as características de uma crise *cumulativa, endêmica*, mais ou menos *permanente e crônica*, com a perspectiva última de uma *crise estrutural* cada vez mais profunda e acentuada” (MÉSZÁROS, 2002, p. 697; grifos do autor).

O autor enfatiza que a crise contemporânea se diferencia das crises capitalistas anteriores devido a sua capacidade de afetar

a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não-estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global (idem, p. 797).

A especificidade da crise que assolou o sistema capitalista a partir de 1970 é que afeta o sistema do capital como um todo, bem como todas as esferas da vida social. Tal crise não pode ser resumida a uma mera crise financeira, a uma disfunção parcial do sistema do capital, visto que ela atinge o sistema do capital em sua totalidade, pondo “em questão a própria existência do complexo global envolvido” (idem, p. 797).

A crise dos anos de 1970 teve dimensões tão fortes ao ponto de atingir intensamente a economia das principais potências mundiais, bem como desestruturar vários países periféricos, tornando-os mais subordinados e dependentes aos países capitalistas avançados.

Como é colocado por Antunes (2005) o esgotamento do modelo de produção taylorista-fordista é uma “expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo” (idem, p. 31), qual seja a expressão de uma crise estrutural do capital, é também a manifestação da incontrolabilidade do sistema de metabolismo do capital, explicitando seu caráter destrutivo. E é sobre essa expressão mais fenomênica da crise estrutural, o esgotamento do padrão de produção taylorista-fordista, que iremos discutir um pouco mais.

Harvey (1998) aponta que já em meados da década de 1960 havia indícios de que o fordismo comportava alguns problemas para controlar a produção e acumulação capitalista. Nos Estados Unidos, por exemplo, houve uma queda da produtividade e da lucratividade corporativas. É sabido que os Estados Unidos foram o berço do desenvolvimento do padrão de produção fordista, mas, pouco a pouco, esta forma de organização foi se generalizando por diversos países do globo, ainda que de formas diferenciadas. Isso implicou o aumento da

competição entre os países, pois quando todos passam a adotar os métodos fordistas, já não há mais vantagens específicas no nível da organização. A empresa “inovadora” perde a sua liderança no mercado, pois agora divide seu espaço com outras que, tal como ela, aderiram às formas taylorista-fordistas de organização do trabalho e do processo produtivo.

Esse nivelamento mostra uma competição mais encarniçada. As empresas já não podem destinar recursos à melhoria de certas condições de trabalho. Pelo contrário, no universo da competição, só quem impõe custos mais baixos de produção pode conquistar fatias do mercado. A Europa dos anos 60 introduz trabalhadores imigrantes para pressionar os custos para baixo. Os operários são submetidos a condições cada vez piores. Daí a crise no sistema, a crise do fordismo (GOUNET, 1999, p. 22-23).

Entra em cena uma ofensiva generalizada do grande capital e do Estado burguês contra a classe trabalhadora, o que não é de se estranhar, já que em tempos de crise “os trabalhadores sempre pagam o preço mais alto” (NETTO e BRAZ, 2007, p. 163). Os trabalhadores enfrentam perdas salariais, aumento do desemprego, precarização e redução dos postos de trabalho, desregulamentação dos direitos sociais, bem como a intensificação do grau de exploração pelo capital.

Os operários começam a questionar os pilares constitutivos da sociabilidade capitalista e confrontam os métodos de gerenciamento e controle da produtividade disseminados pelo modelo taylorista-fordista, os quais dispensam a participação dos trabalhadores na organização do processo de trabalho, estabelecendo um trabalho parcelado, fragmentado e repetitivo, que os desqualifica, abalando o saber operário e a autonomia (ainda que relativa) sobre o processo de trabalho.

Druck (1999, p. 69) afirma que,

Nesta medida, as manifestações não se limitaram aos locais de trabalho, mas se generalizam para os vários setores da sociedade, em particular entre os jovens e estudantes, que questionam o modo americano de viver, questionam as formas de uso social do saber, de suas qualificações e da rigidez dos padrões racionais que dominavam não somente o trabalho, mas também o não trabalho.

Esse período é marcado por mobilizações sociais, greves e manifestações da classe operária, em que se colocam em questão os padrões vigentes de produção. No entanto, essas ações contra a ofensiva capitalista não se consolidaram, pois

[...] era difícil desmontar uma estruturação organizacional social- democrática consolidada durante décadas e que tinha deixado marcas no interior do próprio proletariado. A luta dos trabalhadores, se teve o mérito de ocorrer no espaço produtivo fabril, denunciando a organização taylorista e fordista do trabalho bem como dimensões da divisão social hierarquizada que subordina o trabalho ao capital, não conseguiu se converter num projeto societal hegemônico contrário ao capital (ANTUNES, 2005 p. 44).

As mobilizações e os questionamentos dos trabalhadores acerca da sociabilidade do capital, apesar de não terem consolidado as ações de contraposição ao sistema vigente, constituíram-se em um dos elementos da crise da década de 1970. As mobilizações dos trabalhadores inquietaram os capitalistas, que se articularam a fim de encontrar uma solução para essa questão.

Antunes (2005, p. 31) aponta que,

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual era Thatcher- Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores.

Iniciou-se um processo estratégico de reorganização da produção com base no modelo flexível/ toyotista¹⁴, conforme se expõe no capítulo a seguir, o qual articula os objetivos neoliberais do Estado à organização do trabalho (produção de bens e serviços), às inovações tecnológicas (microeletrônica e informática) e industriais.

Conforme abordado neste capítulo, o esgotamento do padrão taylorista-fordista de produção é uma das expressões fenomênicas da crise estrutural. O caráter totalizante da crise engloba um conjunto de elementos que demonstram os limites da reprodução capitalista contemporânea. Na era taylorista-fordista aqui discutida, prevaleceram formas de controle do capital que demonstram o domínio coercitivo do trabalho, contudo apelou-se para a dimensão subjetiva/ ideológica em face da resistência do trabalhador à fragmentação, ao ritmo da

¹⁴A emersão do modelo de produção toyotista não elimina os preceitos do regime fordista de produção. O que ocorreu foi uma assimilação, muitas vezes, híbridas entre o padrão fordista e toyotista. O segundo modelo, o toyotista, respondeu mais rapidamente e mais eficiente às atuais exigências de expansão e acumulação capitalista. “[...] o fordismo não foi superado para que as técnicas do modelo de gestão japonês sejam introduzidas; as duas formas convivem, em determinadas experiências, de forma complementar e, até mesmo, desigual. Há nesse sentido, contradições reveladoras de que a absorção de um novo modo de organização do trabalho não implica, necessariamente, negar as bases da produção que o antecede” (SOUZA, 2011, p. 92).

produção em larga escala e à negação do saber operário. Tem-se complexamente a relação entre coerção e consenso, para mascarar as contradições que derivam da reprodução capitalista.

Toda crise capitalista requer uma reestruturação das formas de produção e acumulação de capital, para sobrepor-se às crises o capital cria mecanismos ideológicos de controle que atrelem a força de trabalho às transformações a serem engendradas. Veremos a seguir como esse processo se deu a partir da reestruturação produtiva.

3 - REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E REDIRECIONAMENTO DO CONTROLE DO CAPITAL SOBRE O TRABALHO

Neste capítulo são analisadas as alterações significativas no desenvolvimento da sociedade capitalista a partir dos anos de 1980, que configuram o movimento de reestruturação produtiva e o reordenamento das formas de controle do capital sobre o trabalho. São destacadas as estratégias adotadas pelo capital para o enfrentamento da sua crise, entre elas a introdução da produção flexível para retomar o padrão de acumulação capitalista.

Por conseguinte, são enfocados os modelos de gestão “participativa” do trabalho que emergiram na era flexível e a assimilação desses modelos pelos trabalhadores, traduzidos nos programas de controle da qualidade total e da qualidade de vida no trabalho. Por fim, discutem-se as implicações do controle para a dimensão subjetiva do trabalho.

3.1 Produção flexível e controle sutil da dimensão física e intelectual do trabalho

Em resposta à crise iniciou-se um processo de reestruturação produtiva¹⁵, visando recuperar o ciclo de produção/ reprodução do capital, bem como de suas bases de dominação societal posta em questão pela classe trabalhadora, que questionara os pilares da sociabilidade capitalista ao reivindicar melhorias nas suas condições de vida e de trabalho.

Para recuperar sua hegemonia e manter o controle da força de trabalho o capital promoveu mudanças significativas no processo produtivo, pois a rigidez das relações de trabalho predominantes no fordismo passou a ser um entrave para a acumulação de capital.

¹⁵O capital deflagrou alterações significativas no seio do processo produtivo, mediante a constituição das formas de acumulação flexível, das formas de gestão organizacional, das inovações tecnológicas, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, em que se destacou o modelo japonês ou toyotista, tendo em vista recuperar sua hegemonia (ANTUNES, 2005). Iniciou-se, nos anos de 1980, um processo de reestruturação capitalista, de caráter totalizante, compatível com as demandas da acumulação capitalista, que atingiu as demais esferas da reprodução da sociedade. A esfera estatal reordenada-se segundo os preceitos neoliberais reduzindo a ação regulacionista do Estado e a intervenção das políticas sociais; a esfera social – reorganizam-se as classes e ampliam-se os segmentos dos “desprotegidos sociais”; reordena-se a esfera da cultura com a incorporação das concepções reificantes da obsolescência programada da produção de mercadorias e das referências pós-modernas. Esse conjunto de alterações resultam em grandes implicações para os trabalhadores, que se expressam no desemprego estrutural e no não atendimento de suas necessidades materiais e sociais (NETTO, 1996). A reestruturação capitalista atinge, portanto, tanto a cadeia produtiva como as demais esferas da vida social, para que o capital reponha seu ciclo de produção/ distribuição e consumo, abalado pela crise estrutural. O capital, portanto, submete a tudo e a todos aos seus interesses (ANTUNES, 2005).

Nesse sentido, operam-se modificações nas relações de trabalho, agora respaldadas na flexibilização tanto da cadeia produtiva quanto da esfera social.

Para Harvey (1998, p. 140), o modelo de *acumulação flexível*,

[...] é marcado por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Entende-se que a forma de organização produtiva contemporânea adotada pelo capital em seu processo de reestruturação é baseada em métodos flexíveis. Foi implantada gradativamente, entre as décadas de 1950 a 1970, na fábrica Toyota, no Japão. Este modelo de produção foi idealizado pelo engenheiro Taiichi Ohno e foi originariamente denominado de toyotismo ou ohnismo. O modelo toyotista foi implantado, inicialmente, nas fábricas japonesas, tendo uma dupla origem: em primeiro lugar, as empresas japonesas tinham de ser tão competitivas quanto às norte-americanas, sob pena de desaparecerem do mercado; em segundo lugar, o Japão buscou aplicar o método fordista, levando em consideração a particularidade do país; não o copiou, mas o adequou à realidade local, dando origem ao modelo de produção toyotista (GOUNET, 1999).

O controle do capital sobre o trabalho na produção flexível diferencia-se dos demais processos de organização produtiva, e reordena-se para atender as inúmeras demandas da reestruturação capitalista. Amplia-se e apresenta-se sutilmente travestido na proposta de autonomia do trabalhador no processo de trabalho, conforme procura-se desvendar neste capítulo.

A produção flexível provocou mudanças significativas na organização da atividade produtiva. Dentre as principais alterações: a produção passa a ser determinada pela demanda para o crescimento do fluxo e com a fluidez da dinâmica da produção combate-se o desperdício de material, de tempo e de custos, não há estoques e demanda-se um trabalho polivalente, utiliza-se sistematicamente a inovação tecnológica e investe-se numa proposta de autonomia do trabalhador no processo de trabalho, propõe abolir o controle rígido do processo de trabalho. Objetiva-se racionalizar o processo produtivo, para isso as operações são realizadas simultaneamente para evitar desperdício de tempo, para promover a flexibilidade da organização do trabalho, e de sua adaptação às flutuações do mercado. Com a emergência do modelo toyotista o monitoramento das máquinas passam a ser de inteira responsabilidade

do operário, cujo objetivo é reduzir ao máximo o tempo de não-produção (GOUNET, 1999).

A rigidez do padrão fordista dá lugar à flexibilidade dos processos produtivos e ocorre a substituição da automação rígida de base eletromecânica pela automação flexível de base microeletrônica e pelo uso intenso da informática. O novo sistema de produção exige mais do trabalho operário; agora não mais prevalece a relação um homem/uma máquina, e sim a relação entre uma equipe/um sistema, na qual o trabalhador, além de ter de desenvolver suas atividades, tem de auxiliar os demais trabalhadores.

[...] rompe-se a relação um homem/uma máquina. Na Toyota, desde 1955 um trabalhador opera em média cinco máquinas. Enquanto quatro delas funcionam automaticamente, ele carrega, descarrega, prepara a quinta. Se há duas máquinas para operar ao mesmo tempo, ele chama um colega. Isso tem duas consequências imediatas: o trabalho não é mais individualizado e racionalizado conforme o taylorismo; é um trabalho de equipe; a relação homem-máquina torna-se a de uma equipe de operários frente a um sistema automatizado; em segundo lugar, o trabalhador deve tornar-se polivalente para operar várias máquinas diferentes em seu trabalho cotidiano, mas também para poder ajudar o colega quando preciso (GOUNET, 1999, p. 27).

Com a produção flexível busca-se a racionalização do processo de trabalho baseado na fábrica mínima; ao delegar mais de uma função a um só operário visa-se reduzir custos, ter o mínimo de trabalhadores. Ao reduzir o tempo das atividades e sobrecarregar os trabalhadores, eliminam-se postos de trabalho. O intuito não é diminuir a jornada de trabalho, mas sim tornar o trabalhador polivalente e reduzir o número de funcionários: agora o que cinco operários faziam, um só faz, intensificando a exploração do capital sobre o trabalho.

A produção flexível/ toyotismo baseia-se estrategicamente no trabalho em equipe. Visando racionalizar a utilização de mão de obra, as atividades são desenvolvidas por grupos de trabalhadores polivalentes que desempenham múltiplas funções; na equipe cada trabalhador se autofiscaliza e também monitora o outro, tendo de mostrar sempre resultados positivos a sua equipe de trabalho. A relação entre os trabalhadores é uma relação competitiva, fomentada por bonificações, promoções e/ou aumento salarial que as empresas oferecem aos melhores “colaboradores” ou “associados”, como são chamados estrategicamente os trabalhadores. Para estimular a captura da subjetividade operária formam-se líderes de equipe, os quais coordenam e incentivam a competição entre os próprios trabalhadores. Cada trabalhador realiza o “autocontrole” da sua atividade e das dos demais, sendo que o líder da equipe fiscaliza os demais trabalhadores, e com isso, procura garantir a qualidade da produção em troca de benefícios.

O controle aparece mistificado pela aparente autonomia e polivalência adquiridas no processo de trabalho. A captura da subjetividade operária torna-se mais envolvente, porque não é apenas o saber e o fazer do trabalhador que é apropriado pelo capital, mas a sua disposição afetivo-intelectual. O trabalhador aceita as novas modificações gerenciais e, é convencido de que detém o domínio sobre o processo de trabalho. Eis, então, a alienação a que a força de trabalho se vê submetida (SOUZA, 2011, p. 97).

O trabalho em equipe é nada mais que uma forma de manipulação e controle do capital sobre o trabalho que incide sobre os aspectos individuais do trabalho. Com isso, o trabalhador se torna cada vez mais engajado aos objetivos e metas empresarias, sendo impulsionado pela lógica capitalista a competir com os demais trabalhadores, sob o discurso ilusório de ganhos materiais, quando na verdade o que ocorre é uma maior submissão do trabalho ao capital.

A produção flexível adota os princípios *Kanban*. Este funciona como uma espécie de senha de comando que indica quando será necessária a reposição de peças nas esteiras, combatendo a perda dos tempos mortos (*just in time*) no decorrer do processo produtivo. O método *Kanban* tem significativa importância para a organização flexível da produção, pois é um método rápido, fácil e que evita desperdícios de tempo. O toyotismo também incorpora como dispositivo organizacional a automação/ autoativação, que se baseia na utilização de máquinas capazes de parar automaticamente em caso de funcionamento defeituoso. Através dela o trabalho interage ativamente com processos produtivos automatizados (GOUNET, 1999).

Busca-se na atividade reduzir o tempo de adaptação das máquinas; para tanto, “baseia-se no princípio de que é preciso preparar ao máximo, antecipadamente, as operações de mudança, para reduzir ao mínimo a intervenção no momento em que a máquina está parada” (GOUNET, 1999, p. 28). O padrão de produção toyotista visa produzir diversos modelos, em série reduzida e em um menor espaço de tempo, pois assim conseguirá controlar mais a força de trabalho e repor o patamar de acumulação capitalista.

A produção flexível, conforme apontado por Gounet (1999), opera com a integração horizontal do ciclo produtivo. Em vez de aperfeiçoar a integração vertical preponderante no modelo fordista, o toyotismo desenvolve relações de subcontratação com os fornecedores de autopeças. A partir de então as grandes empresas automobilísticas não precisaram se preocupar em produzir todas as peças do veículo, mas apenas em contratar os serviços de empresas especializadas que produzam as peças necessárias para a fabricação dos automóveis.

Os fabricantes de autopeças são empresas à parte, embora as montadoras as

mantenham sob controle por meio de participações de capital, ajuda em investimentos e a incorporação em associações dos subcontratados titulares de cada empresa automobilística. A Toyota impõe aos fornecedores seu sistema de produção: máxima flexibilidade, obrigação de instalar-se em raio de 20 km de suas fábricas, para reduzir o transporte, emprego do *Kanban* dentro da fábrica de autopeças e entre esta e a Toyota. Aproveitando as condições mais penosas de trabalho nas subcontratadas (os custos salariais são geralmente 30 a 50% inferiores), a montadora fixa as condições de preço, prazo e qualidade dessas empresas, de modo a produzir veículos a baixo custo, *just-in-time* e de qualidade impecável (GOUNET, 1999, p. 28).

No sistema Toyota ocorre uma hierarquização entre as grandes, médias e pequenas empresas; há uma posição de subordinação destas últimas, e as grandes empresas buscam difundir as práticas de *just-in-time*¹⁶ e a qualidade total junto aos seus fornecedores e sua rede de subcontratadas, a fim de obter o controle de qualidade nos serviços e nos produtos. Os trabalhadores das médias e pequenas empresas possuem níveis salariais diferentes, bem como formas de contratação e qualificação diferentes dos demais. São vínculos precários, instáveis, que se dão através da subcontratação. No toyotismo há uma rede de subcontratação diferenciada, também denominada de terceirização, que fica a cargo das pequenas e médias empresas. As empresas terceirizadas comportam todos os tipos de prestação de serviços e em geral são marcadas,

[...] por uma instabilidade muito grande, nessas empresas não existe emprego vitalício, há menor qualificação da mão-de-obra, condições precárias de trabalho, assim como contratos irregulares e de trabalho ocasional ou parcial [...] com padrões salariais muito mais baixos que os vigentes nas grandes corporações (DRUCK, 1999, p. 96-97).

As empresas terceirizadas são indispensáveis para o desenvolvimento do modelo toyotista, pois proporcionam a redução de custos, haja vista que as empresas não mantêm uma ligação direta com os trabalhadores terceirizados no que diz respeito aos seus direitos trabalhistas; e estrategicamente, a subcontratação ocasiona a separação entre os trabalhadores efetivos e os subcontratados, pois não oferece condições iguais de trabalho, muitos trabalhadores ficam vulneráveis às formas precárias de trabalho. Desta forma, contribui para fragmentação da classe trabalhadora no que diz respeito às lutas sociais e dificulta a concepção de uma identidade de classe entre os trabalhadores. Há uma nítida segmentação da

¹⁶ O *just-in time* foi adotado na década de 1970 na fábrica da Toyota, no Japão, como uma alternativa à falta de espaço físico para armazenar estoques de matérias-primas e mercadorias produzidas. Por isso, ele propõe uma produção no tempo certo, numa quantidade exata, demandando uma quantidade de trabalho certo. O objetivo principal é manter o mínimo de estoques e só produzir conforme o que foi demandado (DRUCK, 1999).

força de trabalho: de um lado estão os trabalhadores das grandes empresas, qualificados, polivalentes e que dispõem de garantias e direitos: são uma parcela ínfima da força de trabalho; do outro lado está a maioria dos trabalhadores desqualificados, precarizados, submetidos ao emprego temporário, parcial, com baixos salários, alta rotatividade e com mínimas ou nenhuma garantia trabalhista.

Com o modelo toyotista amplia-se, conforme problematizamos nos itens desta dissertação, o controle do trabalho pelo capital a partir da exploração intensa da mais-valia relativa, metamorfoseado na captura da subjetividade operária mediante o estímulo ao autocontrole do trabalhador no processo de trabalho, a qualificação profissional (polivalênica) e a realização de práticas empreendedoras. A flexibilidade produtiva exige a flexibilização dos trabalhadores, pois o paradigma organizacional requer um trabalhador flexível que responda eficazmente ao que lhe foi demandado, que seja polivalente, ágil, com diferentes habilidades, que tenha iniciativa e desenvolva suas atividades em prol da lucratividade da empresa.

Desenvolve-se o gerenciamento *by stress* (por pressão), envolvendo os trabalhadores em diversas atividades e responsabilidades, de maneira que estejam aptos a trabalhar sob pressão. Ou seja, devem estar sempre preparados para produzir conforme a demanda e adaptar-se às novas requisições, mantendo-se sempre disponíveis para suprir as exigências da atividade.

São organizados, na produção flexível, os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), que se constituem de grupos de trabalhadores estimulados pelo empresariado para discutir sobre o seu empenho no trabalho, com intuito de fazê-los melhorar seu rendimento e a produtividade da empresa, também possibilita a apropriação da capacidade cognitiva do trabalhador. Enquanto no fordismo o “saber operário” foi expropriado e transferido para as mãos da gerência, no toyotismo será transferido o *savoir-faire*¹⁷ para o trabalho, porém visando incorporá-los ao processo de produção com o objetivo de aumentar sua eficiência (ANTUNES, 2005).

Para conseguir a adesão dos trabalhadores à nova forma de organização do trabalho procura cooptar os sindicatos, pois estes se põem como um dos principais obstáculos para a assimilação das ideias toyotistas pelos trabalhadores. Isto porque a política básica do toyotismo é a utilização mínima de operários e máxima de horas extras; exige-se muitas

¹⁷Em linhas gerais a palavra francesa *savoir-faire* significa ter habilidade para executar algo; saber fazer algo. Quando estudiosos, a exemplo, Antunes (2005) utilizam essa expressão (*savoir-faire*) estão se referindo ao fato de que na era da flexibilização o capital apropria-se do saber fazer do trabalho, com vista a aumentar a produtividade.

aptidões dos trabalhadores, porém não há melhorias significativas em sua condição de trabalho e de vida, nem elevação salarial à altura do aumento da qualificação.

O empresariado busca cooptar os sindicatos para conter as mobilizações e atrelá-los aos seus interesses. Cria-se um novo sistema de representação sindical: os sindicatos por empresa integrados à política de gestão do trabalho. A estrutura do novo sindicato assemelha-se à própria estrutura hierárquica da empresa e os cargos ocupados na empresa coincidem estrategicamente com os do sindicato. Sendo assim, não são efetivamente sindicatos que defendem os interesses da classe trabalhadora e sim da empresa. Não funcionam, portanto, como um instrumento de articulação, organização e resistência operária contra as práticas gerenciais.

O empresariado propaga o discurso de parceria, incentiva a participação operária no processo produtivo, aceitando suas sugestões e o aperfeiçoamento dos trabalhadores. Em busca da adesão operária aos métodos toyotistas forja-se a ideia de que este novo paradigma organizacional é determinado pela autonomia e pela criatividade do trabalhador e se passa a tratar o trabalhador como colaborador ou associado da empresa, tudo isso em prol da cooptação da subjetividade operária. O fato é que, em vez de explorar apenas a força física do trabalhador, passou-se a explorar também a sua capacidade cognitiva e o seu conhecimento do processo de trabalho¹⁸.

Tais transformações ocorridas no processo produtivo fizeram do modelo japonês uma referência para os demais países em termos de gestão e organização da produção e do trabalho. Através dele o Japão conseguiu aumentar a sua produtividade e conquistar mercados mundiais. A expansão da produção flexível para os demais países do globo esteve condicionada às singularidades e particularidades de cada nação, no tocante às condições políticas, ideológicas e econômicas de mercado. Em especial, no Ocidente, o modelo toyotista mescla elementos presentes na prática japonesa de organização do trabalho com práticas fordistas existentes nos países ocidentais, o que ocasiona um processo diferenciado de adaptação das técnicas flexíveis.

Convém salientar que atrelada às mudanças na organização do trabalho tem-se a implantação do projeto de Estado neoliberal¹⁹. O Estado como um instrumento político e

¹⁸ Sobre a intensificação da exploração da dimensão subjetiva do trabalho e seus impactos, trataremos mais adiante.

¹⁹ Pode-se afirmar que o neoliberalismo é uma revitalização das ideias liberais, pois ele enxerga o mercado como uma instância primordial para o desenvolvimento da sociedade, sendo ele o regulador tanto da economia como dos problemas sociais. Os neoliberais admitem o mercado como um mecanismo fundamental para a estruturação das decisões de produção e investimentos sociais. O ideário neoliberal defende a desresponsabilização estatal para com os direitos sociais e trabalhistas, bem como enaltece as virtudes do mercado, reafirmando-o como instância central para o progresso da sociedade. O neoliberalismo é projetado originariamente na década de 1940, tendo como principal precursor o economista F. Hayek, mas

ideológico defensor dos interesses do grande capital não ficou à mercê das alterações ocorridas na relação entre capital e trabalho. Essas modificações aconteceram de forma articulada ao projeto neoliberal, que assim como o Estado de Bem-Estar Social do período anterior, “também possibilitou, ainda que não mais que por alguns anos, uma elevação da lucratividade geral do sistema através de um ordenamento da economia mundial, da reestruturação do ‘chão da fábrica’ e da alteração da ação do Estado na reprodução do capital” (LESSA, 2007, p. 290-291).

Foi dessa forma, realizando modificações no sistema produtivo e subsidiado pelo projeto neoliberal, que o modelo de produção toyotista mostrou-se “como a mais avançada experiência de reestruturação produtiva, originado do próprio *fordismo* japonês e posteriormente convertida em uma *via singular de acumulação capitalista* (...)” (ANTUNES, 2005, p. 58).

Apreende-se que o enfretamento da crise estrutural capitalista se deu de forma superficial; buscou-se reestruturar o processo produtivo sem transformar os pilares essenciais do sistema capitalista. O objetivo central foi repor os patamares de acumulação de capital mediante novas formas de organização do trabalho, bem como o redimensionamento das formas de controle sobre a classe trabalhadora.

A partir do exposto, fica evidente o caráter destrutivo que caracteriza o capital monopolista pós anos de 1970. As modificações ocorridas na esfera produtiva refletem diretamente nas relações do trabalho. Com a chamada era flexível o trabalhador passa a ser mais explorado e controlado pelo capital. São reforçadas as formas diretas de controle (com as mudanças da organização do trabalho), bem como às formas ideológicas de controle se complexifica, como veremos mais adiante.

São abordados a seguir os programas de controle de qualidade total e de qualidade de vida no trabalho, problematizando porque expressam as artimanhas utilizadas pelos capitalistas, mediante o ideário da gestão participativa, para conseguir a adesão dos trabalhadores à nova forma de organização do processo de trabalho, baseada na produção flexível.

só foi consolidado e difundido na sociedade capitalista a partir dos anos de 1970, pois o momento da crise dos anos de 1970 foi propício para que o ideário neoliberal ganhasse terreno.

3.2 Programas de controle de qualidade: a retórica da qualidade de vida e da qualidade total

Pelo exposto, apreende-se que as propostas de gestão e organização flexível do trabalho foram se expandindo pelos países centrais e periféricos, adequando-se às particularidades econômicas, políticas e sociais de cada região. O toyotismo tornou-se “[...] o ‘momento predominante’ do complexo de reestruturação produtiva na era da mundialização do capital” (ALVES, 2000, p. 29). O regime de produção flexível busca responder às exigências do capitalismo mundial e constituir uma nova hegemonia do capital na produção, em consonância com os interesses da classe dominante. Seu principal objetivo é capturar a subjetividade operária para atingir um estágio superior de racionalização do trabalho²⁰, e assim reduzir custos, aumentar a produtividade e acumular capital.

Para a constituição de relações consensuais o capital passa a aprimorar as formas de controle do trabalho, pois

O movimento de acumulação do capital e as crises da sociedade capitalista demandam, contraditoriamente, o exercício do controle tanto pela via da coerção quanto pelo consenso em face da necessidade de legitimação do capital. Mas, o apelo ao consentimento tem sido cada vez mais utilizado pelo capital para ampliar a subordinação do trabalho em face da impossibilidade histórica de manter formas coercitivas baseadas na compulsão e no medo. (SOUZA, 2011, p. 52-53).

Embora a essência da produção capitalista exija historicamente a reafirmação de formas coercitivas de controle do trabalho, no novo estágio de acumulação capitalista, sob a era de mundialização do capital, explora-se a dimensão subjetiva (a persuasão) como estratégia necessária para atrelar os trabalhadores ao movimento de reestruturação do capital e conter o agravamento das contradições sociais inerentes ao sistema. Os capitalistas passam a incentivar e a aderir às práticas de controle consensuais para que os trabalhadores respondam às modificações substantivas do capitalismo contemporâneo e enxerguem de forma positiva as inovações tecnológicas e os novos métodos de trabalho advindos do modelo de produção

²⁰ “[...] o toyotismo passou a mesclar-se, em maior ou menor proporção, a suas objetivações nacionais (e setoriais), com outras vias de racionalização do trabalho, capazes de dar maior eficácia à lógica da flexibilidade. É por isso que a instauração do toyotismo articula, em seu processo, uma continuidade- descontinuidade com o taylorismo-fordismo, a via predominantemente de racionalização pretérita do trabalho. O aspecto original do toyotismo é articular a continuidade da racionalização do trabalho, intrínseca ao taylorismo e fordismo, com as novas necessidades da acumulação capitalista. É uma ‘ruptura’ no interior de uma continuidade plena” (ALVES, 2000, p. 33).

toyotista. “Há que se utilizar formas de controle que permitam encobrir as formas originárias de exploração da força de trabalho” (idem, p. 73). É por isso que se intensificam as formas consensuais de controle do capital sobre o trabalho com a adoção da produção flexível.

As formas/estratégias de controle consensuais são resultantes de um processo histórico de subordinação do trabalho ao capital. Na atualidade essa dimensão vem ganhando cada vez mais visibilidade, pois possibilita ao capitalista a captura da subjetividade operária. Tal captura adquire plena expressão com o modelo toyotista; nele, os trabalhadores se veem condicionados a aderir à forma de organização do trabalho de base flexível e às novas exigências de acumulação capitalista.

Para que os trabalhadores melhor se ajustem aos dispositivos organizacionais toyotistas, os capitalistas definem um novo perfil de trabalhador, o trabalhador polivalente, participativo, com iniciativa, que seja capaz de circular nos diversos setores da produção. Ao modificar a dinâmica da produção, oferecendo múltiplas funções e incentivando a participação operária, a intenção do grande capital é forjar a ideia de que no novo paradigma organizacional os rumos do processo produtivo são determinados pela criatividade e pela autonomia do trabalhador. Desta forma, o capital consegue camuflar a intensidade das formas de controle, adequando o trabalhador às transformações e inovações na atividade produtiva.

Além dos dispositivos organizacionais o empresariado também passa a se valer de novos modelos de gestão do trabalho, visando adequar o trabalhador ao novo patamar de acumulação capitalista. São disseminados os modelos de gestão participativa, propondo retoricamente a participação integral dos trabalhadores nos rumos da produção e da empresa. O empresariado postula a noção de que com a gestão participativa

[...] os assalariados têm possibilidades de intervir de maneira consciente e criativa na produção, de romper com a cultura da submissão, de assumir responsabilidades de forma cooperativa, enfim, de se apropriarem de conhecimentos que os habilitem para o exercício da democracia em vários níveis. (CATTANI, 1997, p. 112).

Propaga-se a ideia de que com a gestão participativa os trabalhadores têm a possibilidade de intervir de modo consciente e criativo no processo produtivo, assumir novas responsabilidades e romper com a cultura de submissão. Mas o que se tem na verdade é um discurso retórico de participação, revestido de uma aparente democracia, que mantém ainda mais o trabalhador atrelado ao ideário burguês de produtividade, lucratividade e qualidade nos serviços. A gestão participativa promove o controle, porque “[...] traz a possibilidade da intensificação do trabalho e da assimilação, em termos individuais, de normas disciplinares

que redefinem e reforçam a hegemonia do capital” (idem, p. 113).

As proposições mais conhecidas de modelos de gestão participativa são os Programas de Controle da Qualidade Total e os Programas de Qualidade de Vida no trabalho. Estes são destinados à promoção do trabalho em grupo, à “autonomia”, à criatividade e ao envolvimento operário; por intermédio desses programas o empresariado visa alcançar a cooperação e a colaboração operária com os interesses do patronato.

Amaral (2005) demonstra que a busca pela qualidade sempre esteve presente no processo de produção capitalista, embora nem sempre tenha sido abordada com um único objetivo. Até a década de 1950 a noção de qualidade estava associada à ideia de eficiência do trabalhador no desempenho de suas funções. Com a difusão das práticas japonesas (produção flexível) houve inovação nos métodos de controle da produção, denominadas de Controle de Qualidade. Estes englobam a noção de qualidade e eficiência no processo produtivo desde a elaboração do projeto até a execução final do produto, pretendendo-se antecipar os resultados e evitar os defeitos de fabricação e envolvendo mais intensamente o trabalhador no processo de trabalho.

Na década de 1970 as práticas japonesas foram apropriadas pelos Estados Unidos, que,

[...] incrementando algumas modificações de natureza administrativa, trataram de atribuir ao referente de qualidade, não só o objetivo de evitar defeitos de fabricação, mas de organizar toda a produção para atingir determinadas metas de produtividade, o que ficou conhecido como “administração por objetivos”. A evolução dessa prática administrativa chegou aos anos 80 com a designação de Gestão pela Qualidade Total. Acompanhando a mudança de denominação, o referente também foi deslocado: de “produto sem defeito” para “cliente satisfeito”. (AMARAL, 2005, p. 164).

O programa de controle da qualidade total difunde a ideia de qualidade e eficiência no processo produtivo; a noção de qualidade está associada à produtividade e à rentabilidade. Os programas de controle de qualidade total visam aumentar a qualidade dos produtos na empresa mediante a eliminação dos desperdícios. Qualidade, portanto, significa

[...] queda nos custos em razão da eliminação daquilo que, de fato, encareceria a produção, ou seja, defeitos\desperdícios e não trabalho. Assim a qualidade seria incorporada ao produto durante o processo de produção ao invés de ser controlada apenas no final. Dessa forma, ela seria de responsabilidade de todos os empregados e não somente de um departamento. (LARANJEIRA, 1977, p. 183-184).

Os desperdícios se referem tanto “aos aspectos econômicos quanto à subutilização de pessoas” (SOUZA, 2011, p. 102). A qualidade total é difundida a fim de gerar uma nova utilização das potencialidades dos trabalhadores. Aposta-se num novo perfil empresarial mais atento aos padrões comportamentais que possibilitem a construção de um consenso e o envolvimento dos trabalhadores, gerentes e consumidores com os métodos da produção flexível.

Outro expoente na formulação dos princípios da qualidade total é o foco no cliente, na satisfação do cliente. O discurso do empresariado é o de que a qualidade deve levar em consideração as necessidades do consumidor, pois ele é o elo mais importante da linha de produção. Os produtos devem ser confeccionados, supostamente para satisfazer às necessidades de um cliente exigente, que está sempre atualizado com as transformações na microeletrônica e na informática. Na verdade, a defesa dos clientes serve para o empresariado se adequar às metas de qualidade pela excelência dos produtos, bem como acompanhar o padrão da concorrência internacional.

Souza (2011, p. 103) afirma que

A centralidade na demanda individual do consumidor altera o modo de produzir, na medida em que a produção se volta a um mercado restrito, seletivo. A decisão de produzir de forma restrita aparece fetichizada no atendimento da necessidade do cliente no invólucro da qualidade do produto, quando na verdade responde a um dos eixos da produção flexível que é primeiro vender e depois produzir. Essa nova forma de produzir, exigência do capital, foi uma alternativa encontrada para garantir antecipadamente seu ciclo reprodutivo em tempos de crise de superprodução e de acumulação.

A estratégia de satisfação do cliente serve como um recurso do empresariado para desviar o foco central, qual seja a necessidade de aumentar a produtividade, a lucratividade e a competitividade. O tão propagado discurso de satisfação do cliente é ilusório e entra em contradição “[...] com as novas práticas de produção, planejadas para gerar obsolescência prematura dos produtos, tendo em vista manter um ritmo adequado de consumo numa fase de crise de mercados” (LARANGEIRA, 1997, p. 187).

O programa de qualidade total visa eliminar os desperdícios no processo produtivo, cabendo ao trabalhador empenhar-se no desenvolvimento das suas funções para obter tal qualidade. Como a regra é reduzir custos, estes programas buscam diminuir o valor de uso das mercadorias para obter uma rápida reposição no processo de valorização do capital. Assim, quanto mais qualidade total tiver um produto, menor será a sua durabilidade. O invólucro do

produto acirra a competitividade entre os capitalistas, levando-os a inovar sob pena de serem ultrapassados pelas empresas concorrentes, pois um mercado diferenciado exige uma qualidade diferenciada.

Convém salientar que as crises de superprodução capitalista impõem a necessidade de se “divisar meios que possam reduzir a taxa pela qual qualquer tipo particular de mercadoria é usado, encurtando deliberadamente sua vida útil, a fim de tornar possível o lançamento de um contínuo suprimento de mercadorias superproduzidas no redemoinho da circulação acelerada” (LIMA, 1994, p. 67). Entende-se a respeito desse processo que, no capitalismo, a produção de mercadorias não objetiva satisfazer necessidades humanas, mas atender às necessidades de expansão do capital. Resta claro que “o capitalismo não tem avançado em direção à satisfação duradoura das necessidades do consumidor, mas em direção à ‘dissipação destrutiva dos recursos’ e da ‘produção de produtos de rápido consumo’” (idem, p. 67).

Este processo corresponde à tendência da produção de mercadorias com um tempo de vida útil curto, denominada por Marx (1985a) “de taxa decrescente do valor de uso das mercadorias”, que se verifica desde o início da industrialização, ainda que ampliada nos momentos de crises cíclicas e estrutural do capitalismo. Ela demonstra o modo e o objetivo a que se destina a produção da riqueza material: responder às necessidades da composição orgânica do capital e de seu conseqüente processo de acumulação. A qualidade total, apregoada desde a reestruturação produtiva dos anos de 1970, esconde/camufila tal premissa, imanente à dinâmica do capital.

Antunes (2005) assinala a esse respeito que a qualidade total é, portanto, compatível com a lógica da produção destrutiva, porquanto ela não se contrapõe à taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias e sim a reforça, adequando-se ao sistema de metabolismo socioeconômico do capital. A partir do momento em que o capital converte em descartável e supérfluo o valor de uso das mercadorias em prol de sua expansão, há três implicações imediatas: em primeiro lugar, não se tem o atendimento efetivo dos valores de uso sociais; em segundo lugar, ocorre uma maior degradação do meio ambiente, já que os recursos naturais passam a ser cada vez mais utilizados de maneira imprudente; e em terceiro lugar, ocorre a intensificação da exploração da força de trabalho, pois os trabalhadores são impulsionados a produzir ao máximo para suprir a demanda.

A prática da qualidade total torna-se a negação da durabilidade dos produtos, subvertendo a noção de qualidade propalada ideologicamente, pois quanto mais “qualidade” um produto aparentar, tanto menos vida útil ele terá. Com o incremento de inovações

tecnológicas o capital cria novos produtos, gerando novas necessidades, e através da retórica da qualidade total estimula os consumidores a comprar produtos de “qualidade”.

Tem-se, portanto, o aumento tanto da degradação da natureza quanto da força de trabalho. O trabalhador passa a ser mais controlado e explorado pelo capital. O controle de qualidade deve estar presente nos processos produtivos, cabendo ao trabalhador empenhar-se para garanti-lo. Para tanto, a gerência passa a definir metas, procedimentos e a elaborar projetos que se ajustem à realidade. Com base em uma racionalidade formal-abstrata, presume-se que é de uma prática administrativa correta e da eficiência dos procedimentos que se obtém o êxito da atividade. Por isso, investe-se nos aspectos motivacionais do trabalho. Capacidade, eficiência, competência, autoconfiança e responsabilidade são palavras centrais e essenciais na era da flexibilização, pois elas impulsionam os trabalhadores a alcançar a qualidade.

Esses aspectos passam a ser disseminados para além dos limites das empresas, pois o capital busca difundir a cultura da qualidade para toda a sociedade com o intuito de estender a concepção de qualidade no trabalho à vida do trabalhador e, assim, envolvê-lo ainda mais nos seus objetivos de expansão. Larangeira (1997, p. 186) afirma que o pressuposto é o de que

[...] as transformações no mundo do trabalho, nos valores e na mentalidade das pessoas, geradas pela busca da qualidade, assumiram uma dimensão universalizante, capazes de desencadear, através de um movimento societal, mudanças na própria sociedade. Tratar-se-ia, pois, de um processo de racionalização que ultrapassaria os limites da fábrica.

Pretende-se, com isso, estender a concepção de qualidade no trabalho à vida do trabalhador. “Isso porque, nas novas formas de disciplinamento da força de trabalho, que antes tinha na coerção sua referência, na atualidade o controle se materializa pela persuasão dos trabalhadores às mudanças gerenciais” (SOUZA, 2011, p. 104). É necessário alterar ideologicamente o modo de pensar do trabalhador, visto que o ideário da qualidade por excelência, da flexibilidade e do envolvimento típicos da racionalidade empresarial é assimilado pelos trabalhadores, passando a ser referência para as relações sociais estabelecidas a partir do trabalho. Assim, o controle de qualidade passa a ter um sentido universalizante, estendendo-se à sociedade como ideologia para manter e fortalecer o domínio do grande capital sobre o trabalho.

A centralidade do discurso do empresariado reside nas pessoas²¹, visando com isso demonstrar a “humanização” da prática gerencial. O objetivo de tratar o trabalhador e os consumidores como pessoas é o de superar a visão tecnicista taylorista centrada no “saber-fazer”, substituindo-a por uma concepção do “saber-ser”. Busca-se ultrapassar a concepção utilitarista do trabalhador como instrumento, para considerá-lo como pessoa, com a capacidade de criar e de se autodeterminar no processo de trabalho. Eis aí o controle do capital sobre a dimensão subjetiva do trabalho.

A peculiaridade da cultura gerencial contemporânea que valoriza a pessoa está no investimento ideológico em torno de uma concepção de controle de qualidade que tem nas questões subjetivas, ou seja, motivacionais e comportamentais, a direção da mudança. As novas formas de gerenciamento incidem sobre a dimensão subjetiva do trabalho; não basta o trabalhador participar da produção apenas com a sua força física, exige-se a captura da subjetividade sobre novas bases. O movimento da produção, que sempre foi orientado por controles estatísticos e técnicos de inspeção, passa a ser direcionado também por uma necessidade ideológica- gesta-se uma cultura fabril que requer o envolvimento da força de trabalho através do controle de qualidade. (SOUZA, p. 105-106).

Esta “nova” prática gerencial reforça o controle do capital sobre o trabalho nos aspectos culturais e subjetivos, buscando envolver o trabalhador com os objetivos empresariais. Para que haja qualidade é necessário que o trabalhador participe e se dedique constantemente, sendo cada vez mais explorado. O ideário de qualidade, ao ser assimilado pela sociedade, altera as relações sociais e produz novas formas de pensar compatíveis com a era da flexibilização; portanto, mascara o controle do capital sobre o trabalho. Para a efetivação do envolvimento operário o capital difunde a noção de pacto entre as classes, de cooperação entre o associado, como atualmente é denominado o trabalhador, e o empresariado. Sob o discurso de que o bom andamento da empresa significa melhorias para ambas as partes, o colaborador é estimulado a participar integralmente do processo produtivo, já que ele também é considerado parte constituinte da empresa. Discurso mais mistificador e

²¹ O termo pessoa, que é assimilado como inovador pelos programas de qualidade, “[...] tem suas origens na concepção de pessoa humana do humanismo-cristão, que está assentada nos postulados da autodeterminação, da sociabilidade e da dignidade humana, revelando o caráter ético-abstrato, a-histórico e acrítico de homem. A pessoa humana, nessa perspectiva, é um ser ideal que se reproduz socialmente a partir dos valores morais. Essa perspectiva não apreende o homem como ser social e nega o caráter histórico e antagônico da sociedade de classe. Sabe-se que a natureza da racionalidade gerencial não se confunde com os princípios do humanismo cristão, mas os valores tradicionais muitas vezes aparecem travestidos num discurso moderno” (SOUZA, 2011, p. 105). Ressalta-se que esta não é a única definição de pessoa humana. A perspectiva histórico-crítica de mundo tem uma visão radicalmente histórica de pessoa humana. À luz da concepção marxista o homem é radicalmente histórico, heterogêneo, mutável; é a partir do ato do trabalho que se tem a gênese e desenvolvimento humano. Através do trabalho o homem adquire novas habilidades, novos conhecimentos e novas generalizações, tornando o indivíduo cada vez mais desenvolvido enquanto gênero humano. “[...] Em linhas gerais, a personalidade resulta da elevação das capacidades humanas como consequência indireta do desenvolvimento do processo de trabalho e, mesmo que por muitas mediações, tem sempre o trabalho como sua base ontológica fundamental” (COSTA, 2007, p. 19).

ilusório não poderia haver, porquanto a sociedade capitalista é constituída por duas classes de interesses extremamente antagônicos, o que impossibilita uma cooperação recíproca entre elas.

Percebe-se que com a proposta do controle da qualidade total (gestão participativa) são reforçadas as formas tradicionais de exploração das capacidades físicas e espirituais do trabalho, porém o controle se efetiva de um modo sutil e sofisticado, através da aparente autonomia, criatividade e cooperação do trabalhador. Isso torna o controle do capital sobre o trabalho mais complexo, intenso e totalizante. O trabalhador, além de ser explorado fisicamente, passa também a incorporar subjetivamente o controle sobre si mesmo, expressando um autocontrole.

Outra proposta, também em vigor na atualidade, que expressa o controle do capital sobre o trabalho é a Qualidade de Vida no trabalho. O debate e a defesa da qualidade de vida, no movimento da reestruturação capitalista, “[...] reflete os efeitos da dinâmica das inovações tecnológicas sobre as condições materiais e sociais do ambiente de trabalho e de reprodução da força de trabalho, que demanda a reorientação das estratégias de controle do capital” (SOUZA, 2011, p. 180).

A qualidade de vida é considerada pelo empresariado como qualidade de vida no trabalho; ela está relacionada às melhores condições de vida para o trabalhador desempenhar suas funções, buscando incidir tanto nos aspectos físicos quanto na dimensão subjetiva do trabalho. Segundo Chiavenato (1999, p. 391), a qualidade de vida é

[...] utilizada como indicador das experiências humanas no local de trabalho e do grau de satisfação das pessoas que desempenham o trabalho. [...] Para alcançar níveis elevados de qualidade e produtividade, as organizações precisam de pessoas motivadas, que participem ativamente nos trabalhos que executam e que sejam adequadamente recompensadas pelas suas contribuições.

A adoção dos programas de qualidade de vida, ainda segundo Chiavenato (1999, p. 391), é fruto de duas posições contraditórias: a primeira diz respeito às reivindicações e mobilizações operárias por melhores condições, bem-estar e satisfação no trabalho; a segunda parte do interesse das empresas em obter vantagens sobre a qualidade e produtividade, visto que trabalhadores “satisfeitos” produzem mais.

Souza (2011), fundamentada em Burawow (1990), afirma que as reivindicações por melhores condições de vida e de trabalho sempre constituíram pauta da classe trabalhadora, mas foram estrategicamente sendo apropriadas pelo capital em sua fase de reestruturação. A

noção de qualidade de vida, ”[...] ao ser assimilada pela empresa, dissolve aparentemente aquela contradição, na medida em que são apresentadas estratégias gerenciais que revelam a intenção do capital em responder às necessidades dos trabalhadores” (SOUZA, 2011, p. 181).

Tais programas entram em cena para reforçar a retórica aliança entre capital e trabalho e camuflar o processo de exploração do grande capital sobre os trabalhadores, na medida em que promovem a motivação, a criatividade, a vontade de inovar e a adaptabilidade do trabalhador às mudanças organizacionais.

Para o empresariado,

O conceito da qualidade de vida é apresentado e reconhecido como um negócio, a empresa que age “proativamente” para proporcionar ao trabalhador a melhoria da qualidade de vida- programas de prevenção de doenças, ambiente de trabalho agradável, ginástica laboral, liberdade para criar e autonomia para decidir- promove uma atividade individual e de grupos, na empresa marcada pela satisfação, motivação e integração ao trabalho. Com isso, garante-se maior produtividade e qualidade. (SOUZA, 2011, p. 182).

Os benefícios oferecidos aos trabalhadores pelos programas de qualidade de vida, além de paliativos, são extremamente mistificadores; através deles os trabalhadores são convencidos pelo capital a incorporar as metas empresariais e a cooperar em prol dos objetivos da organização. A noção de que a qualidade de vida interfere nos níveis de produtividade é assimilada naturalmente pelo trabalhador e pelo empresariado, que a propagam pela sociedade de forma positiva. É difundida a ideia de que se a qualidade do trabalho for satisfatória, tanto a empresa quanto o trabalhador ganham, estabelecendo-se uma relação de respeito mútuo. Do contrário, quando não há qualidade satisfatória, ocorrem a insatisfação, a má vontade e a diminuição do índice de produtividade do operário. Nesse sentido, a noção de qualidade de vida está intrinsecamente associada ao desempenho do trabalhador e aos seus níveis de produtividade (CHIAVENATO, 1999).

A concepção de qualidade de vida gera uma mística no que diz respeito à satisfação dos trabalhadores nas empresas. O sucesso da atividade industrial em aumentar a produtividade é alcançado mediante o comprometimento dos trabalhadores, que, por sua vez, são recompensados por sua dedicação. Postula-se que quando os trabalhadores são estimulados eles passam a executar melhor as suas funções; trabalhadores bem treinados e estimulados por recompensas materiais produzem muito mais, por isso é fundamental a “otimização do potencial humano” (CHIAVENATO, 1999, p. 391).

Observa-se que através da adoção desses programas o capital visa ampliar a modernização da atividade produtiva, bem como disseminar a ideia de que se compromete em

garantir condições satisfatórias de reprodução social para a classe trabalhadora. Intencionalmente objetiva ampliar a produtividade para exercer o domínio ideológico do trabalho.

Assim, para manter o controle ideológico sobre os trabalhadores o empresariado propaga o discurso de que através da gestão participativa é possível “humanizar” a empresa.

Esse processo expressa a reatualização das formas de controle do capital sobre o trabalho, que encobre a dimensão econômica de exploração do trabalho, subjacente à racionalização produtiva. A humanização da perspectiva gerencial expressa no discurso da qualidade de vida supõe atender as necessidades de reprodução da força de trabalho (SOUZA, 2011, p. 185-186).

O programa de qualidade de vida no trabalho é voltado exclusivamente para a manutenção da reprodução da força de trabalho enquanto potência ativa para o capital. Só interessa ao capital manter o bem-estar físico e mental do trabalhador se for para que esse trabalhador atue a fim de garantir continuamente a produtividade do capital. A força de trabalho ativa é a mercadoria mais valiosa para o capitalista, pois é dela que o ele extrai a mais-valia necessária para reproduzir a acumulação de capital. “Somente nesse sentido a vida do indivíduo trabalhador é considerada decisiva para o capital. A potência só faz sentido enquanto *actu*, força de trabalho articulada ao processo de produção e acumulação. Na medida em que o indivíduo deixar de interessar ao capital como força de trabalho, sua vida não terá mais qualidade” (SOUZA, 2011, p. 188).

Portanto, a qualidade de vida é funcional à lógica do capital; é própria da sociedade burguesa, por isso ela é destinada apenas ao trabalhador que apresentar um bom desempenho na atividade produtiva. Sendo assim, “[...] não se supõe qualidade de vida como patamar civilizado de reprodução social, que os indivíduos pudessem atingi-lo de forma essencialmente humana” (SOUZA, 2011, p. 194). Dada a própria essência da sociedade burguesa, “a qualidade de vida será sempre parcial e limitada, pois apenas reproduz a força de trabalho necessária às intenções do capital” (idem, p. 188).

O conceito de qualidade de vida serve para mascarar as desigualdades sociais, forjando a ideia para o trabalhador de que o Estado e a empresa estão de fato preocupados com a melhoria de suas condições de vida. É um discurso que intensifica o controle ideológico do capital sobre o trabalho, tornando “[...] mais dominadora, mais ideológica e mais politizada a intervenção empresarial para adequar trabalhadores às alterações gerenciais e para conter os efeitos das desigualdades sociais” (idem, p. 197).

A falácia da qualidade de vida, que propõe supostamente atender às necessidades sociais, torna os trabalhadores mais suscetíveis aos imperativos do capital, bem como mais controlados direta e ideologicamente. Os novos modelos de gestão andam alinhados com a proposta do capital em sua fase de reestruturação empresarial, a qual visa atrelar os trabalhadores aos objetivos da empresa através das formas persuasivas de controle, explorando os aspectos subjetivos do trabalho.

Entende-se que essa forma atual de controle do capital sobre o trabalho, apesar de ser mais sutil e menos perceptível, não é menos degradante. O controle é intensificado e redimensionado, ampliando a exploração da dimensão subjetiva do trabalho. Tem-se agora

[...] uma forma de controle gerencial que tem no apelo à dimensão subjetiva a expressão de que o capital, de forma sutil, usa as necessidades essenciais de reprodução dos indivíduos em novos mecanismos de fetichização das relações sociais. (SOUZA, 2011, p. 35).

A proposta de qualidade de vida no trabalho, à medida que possibilita ao capital apropriar-se da capacidade física do trabalhador e capturar a sua subjetividade, amplia o processo de exploração e controle sobre o trabalho. Com isso, atinge tanto os aspectos subjetivos, motivacionais e comportamentais, quanto os aspectos econômicos que definem a reprodução material da sociedade. O capital vem mesclando formas de controle coercitivo às persuasivas para cooptar a força de trabalho, atrelando-a às suas necessidades de expansão (SOUZA, 2011).

As atuais formas de controle do capital sobre o trabalho revelam que ainda permanecem intactos os elementos essenciais à reprodução da sociedade capitalista, quais sejam a produção de mercadorias e o trabalho excedente, que se efetivam mediante a exploração do capital sobre a força de trabalho. Entretanto, o que se tem de inovador no atual modelo de gestão é a intensidade da exploração e do controle sobre o trabalho através da incorporação de estratégias consensuais que permitem ao capital ampliar a captura da dimensão subjetiva do trabalho. A partir de então, o capitalista apropria-se não só da força física do trabalho, mas também incorpora ao processo produtivo sua capacidade intelectual; o trabalhador também comparece ao processo produtivo “[...] com a submissão de seu ‘espírito’, de sua subjetividade, ao novo ideário do controle de qualidade através do fetiche de que detém pleno domínio sobre o processo de trabalho e que tem suas necessidades sociais e espirituais atendidas” (SOUZA, 2011, p. 36-37).

A produção flexível e a gestão participativa expressas nos programas de qualidade

total e de qualidade de vida intensificam o controle subjetivo do trabalho, o que implica dizer que o toyotismo/produção flexível potencializa a subsunção real do trabalho ao capital. O toyotismo fortalece a racionalização do trabalho, conforme exposto no item anterior, inicialmente propagada pelo binômio taylorismo-fordismo, articulando coerção à persuasão.

Dando continuidade à problematização do controle na reestruturação produtiva são tratadas, mais adiante, as implicações das propostas flexíveis para a reprodução dos trabalhadores, em particular os elementos subjetivos que expressam a forma mais sutil de controle do trabalho, mascarada pelas propostas de autonomia do trabalho.

3.3 Implicações do controle sobre a dimensão subjetiva do trabalho

Como já visto, o modelo de acumulação flexível reorganiza as relações de trabalho de modo a adequar o trabalhador às necessidades da reestruturação capitalista. Este padrão flexível intensifica a exploração do capital sobre o trabalho, tanto em seus aspectos objetivos quanto nos subjetivos. Finalizando a problematização do objeto de pesquisa – formas de controle capitalista –, na contemporaneidade, para Alves (2011), o modelo flexível apresenta um poder manipulatório de maior envergadura. Isso ocorre porque “na nova produção do capital, o que se busca ‘capturar’ não é apenas o ‘fazer’ e o ‘saber’ dos trabalhadores, mas a sua disposição intelectual-afetiva, constituída para cooperar com a lógica de valorização” (ALVES, 2011, p. 111). A exploração intensa desse aspecto expressa uma das faces diferenciadas do controle do capital sobre o trabalho.

Bernardo (2004) destaca, por sua vez, que a exploração do “componente intelectual do trabalho” (idem, p. 84) é uma peça chave do padrão flexível/toyotismo. Para este autor, “no toyotismo [a administração] de empresa [pretende] assimilar a totalidade dos conhecimentos técnicos adquiridos pelos trabalhadores e incorporá-los no processo de produção, de modo a aumentar-lhe a eficiência” (BERNARDO, 2004, p. 84). Os capitalistas, com base nos estudos gerenciais, observaram que para conseguir a adesão dos trabalhadores ao novo paradigma organizacional era necessário investir e aprimorar as formas persuasivas de controle a fim de explorar o componente intelectual do trabalho. Os trabalhadores já haviam demonstrado, através das lutas contra a exploração imposta pela organização taylorista-fordista, que eram capazes de controlar não só os processos reivindicatórios, mas o próprio funcionamento da empresa.

Portanto, os capitalistas observaram que em vez de explorar apenas a força física dos trabalhadores, deviam explorar também a sua imaginação, a sua capacidade intelectual, seus dotes organizativos, a sua criatividade. É que o envolvimento operário com os objetivos empresariais constitui uma forma de conter as mobilizações e garantir a organização sindical. Desse modo, poder-se-ia aumentar a produtividade e gerar maiores lucros.

A apropriação das atividades intelectuais do trabalho, que advém da introdução de maquinaria automatizada e informatizada, aliada à intensificação do ritmo do processo de trabalho, configura um quadro extremamente positivo para o capital, na retomada dos ciclos de acumulação e na recuperação da sua rentabilidade. (ANTUNES, 2005, p. 56).

O novo paradigma organizacional reconhece a importância da dimensão subjetiva do trabalho para o aumento dos níveis de produtividade e, conseqüentemente, a garantia certa de lucro em tempos de risco. Desta forma, o capital busca apropriar-se da disposição afetivo-intelectual do trabalho e, mediante a criação de novos dispositivos organizacionais, incentiva a participação operária, permitindo estrategicamente que os trabalhadores se qualifiquem e opinem sobre os processos produtivos, para forjar a ideia de que eles possuem total autonomia em relação às inovações tecnológicas na produção, quando na verdade se encontram mais submissos e atrelados ao ideário burguês e às demandas gerenciais.

Souza (2011) afirma que os modelos gerenciais implantados na produção flexível produzem uma nova captura da subjetividade e são influenciados pelo pensamento pós-moderno²². O pensamento pós-moderno limita-se à análise fenomênica da realidade, priorizando apenas os aspectos singulares das relações sociais. Este pensamento reforça o culto ao individualismo burguês e naturaliza a competitividade, acabando por incidir na dimensão subjetiva do trabalho. É um discurso centrado na individualidade, pois afirma que os indivíduos são responsáveis por sua condição de miséria ou de prosperidade e que o capitalismo oferece condições iguais para todos progredirem. Para seus idealizadores o capitalismo é um modo de sociabilidade perfeito e harmônico, cabendo a cada indivíduo se adequar a sua dinâmica. É um pensamento que dissemina o conformismo e a aceitabilidade, e por isso serve perfeitamente à era flexível, que visa amoldar o trabalhador aos interesses de

²² O pensamento pós-moderno produz novos referenciais ideológicos, teóricos e culturais. “Esse pensamento pretende explicar a crise capitalista e responder intelectualmente às demandas, mas, no entanto, produz um conjunto de simulacros que, ao invés de permitir o desvendamento das contradições do mundo real, as mistifica. Esse pensamento afeta, por conseguinte, a ‘subjetividade contemporânea’, porque fortalece as concepções reducionistas centradas na defesa do individualismo burguês que preside o mundo capitalista. A mutação que esse movimento promove resulta tanto numa explicação da sociedade, carente de conteúdo e de aprofundamento, quanto na produção de um sujeito que se dissolve no mundo pela perda de sua identidade diante da ‘cultura de *pastiche*’ e da cultura de massa” (SOUZA, 2011, p. 162).

acumulação capitalista.

Ao se basear no pós-modernismo, o modelo flexível acaba por produzir uma subjetividade que se vê obrigada a

[...] conviver com os riscos da crise capitalista e das relações flexíveis de trabalho. O trabalhador, orientado por tais preceitos, é induzido a pensar o mundo e o trabalho segundo os valores de transitoriedade, de flexibilidade e de descontinuidade. A intenção desses modelos é produzir um indivíduo trabalhador suscetível e adaptável às contínuas oscilações do mercado financeiro e do desenvolvimento industrial, à redução dos benefícios e direitos sociais e à crise no mundo do trabalho. (SOUZA, 2011, p. 164).

O delineamento da nova subjetividade operária é consequência da crise material e de valores da sociedade burguesa. Em meio à crise e ao desemprego estrutural, os trabalhadores são pressionados a aceitar as mudanças na sociedade, advindas do novo estágio de acumulação. A partir da captura da subjetividade cria-se um novo modo de agir e de pensar o trabalho, totalmente adequado à lógica flexível. Produz-se uma nova cultura em que o trabalhador é condicionado a conviver com as relações flexíveis e com os riscos das crises capitalistas, uma cultura adaptável à redução de benefícios e direitos sociais, ao trabalho informal, à intensificação da jornada de trabalho e ao desemprego. “As perdas históricas de referenciais induzem os trabalhadores a se apoiar na empresa como extensão da vida cotidiana” (SOUZA, 2011, p. 165).

Os preceitos de confiança, responsabilidade, ética, criatividade e cooperação são disseminados pelo empresariado como se fossem “a nova dimensão humana, na empresa, que transpõe a concepção do ‘saber-fazer para o ‘saber-ser’. A intenção é superar a concepção do ‘homem como máquina’ para o homem como ‘ser subjetivo’” (SOUZA, 2011, p. 165). A subjetividade é entendida aqui como o centro da dinâmica organizacional, por isso ela deve ser explorada e posta a serviço do capital. É preciso envolver o trabalhador, “convidá-lo” a participar e fazer com que ele reconheça a importância de dispor não só de sua força física, mas também da dimensão subjetiva em prol da produtividade.

O empresariado busca transmitir aos trabalhadores a ideia de que existe uma relação positiva entre a produtividade e a subjetividade. “[...] A administração começa a perceber que não há produtividade plena sem o reconhecimento da subjetividade do trabalhador” (LOSICIER, 1995 apud SOUZA, 2011, p. 166). O aumento da produtividade está relacionado ao estímulo e à participação do trabalhador no processo produtivo. Para tanto, os modelos gerenciais tomam o envolvimento do trabalhador como peça central, pois é controlando,

manipulando o seu saber e a sua vontade que o empresariado consegue atrelá-lo aos objetivos da empresa.

O controle aparece aqui com maior sutileza através de técnicas persuasivas que propõem retoricamente uma maior participação, autonomia e liberdade do trabalhador no processo de trabalho. Como visto no decorrer deste trabalho, o modo de produção capitalista não permite ao trabalhador ter autonomia sobre o processo de trabalho, pois tanto o trabalhador quanto o processo de trabalho são controlados pelo capital. Dada a própria essência da sociedade burguesa, não há possibilidade de o trabalhador ter autonomia e controle sobre o processo produtivo, visto que a força de trabalho é apropriada pelo capitalista, que a consome segundo suas necessidades. O trabalho subsume-se ao capital. Nesse sentido, o discurso de autonomia e de liberdade proferido na era flexível não passa de uma ilusão, pois no capitalismo os meios de produção pertencem ao capitalista e a força de trabalho é explorada e controlada constantemente pelo capital.

Os métodos persuasivos, adotados pelos novos modelos gerenciais, contribuem para a formação de uma nova cultura do trabalho, “orientada pelos princípios da rapidez, da flexibilidade, do descartável e do temporário. É preciso convencer os trabalhadores de que podem ser os heróis e os grandes ‘empreendedores de sua vida’ num momento de intensa competitividade” (SOUZA, 2011, p. 168). A disseminação da crença de que os trabalhadores podem ser “heróis”, bastando que se esforcem e tracem metas para alcançar os objetivos, reforça o caráter sutil do controle na atualidade. A empresa aparece como uma aliada, uma parceira, dando o suporte ao trabalhador para que este realize sua conquista. Com essa falácia a empresa visa produzir a imagem de uma equipe bem integrada, harmônica. “[...] As relações que antes se baseavam na obediência transformam-se em relações baseadas no amor à organização e no desejo de reconhecimento nutrido pelo sujeito” (FREITAS, 1999, p. 76).

É em busca desse reconhecimento que o trabalhador passa a agir conforme os interesses empresariais, incorporando os objetivos da empresa como se fossem os seus. Caso o trabalhador não tenha um bom desempenho e não alcance os objetivos empresariais, a responsabilidade será exclusivamente dele, sendo isso tomado como um problema de adaptação. Em geral,

A resolução das muitas contradições psicológicas é apresentada aos indivíduos como um problema pessoal de adaptação de cada um, e não como algo resultante da estrutura e dos próprios papéis. A gestão pelo afetivo se dá através de um *continuum* que vai da autonomia à submissão. A empresa faz solicitações diversas, deixando ao

indivíduo o ônus de fazer ajustes das diferentes passagens e estabelecendo como competência altamente desejável a capacidade de lidar com emoções contrárias e de reciclá-las facilmente. (FREITAS, 1999, p. 78).

O trabalhador deve desenvolver a capacidade de lidar com as mudanças, bem como com as emoções contrárias, para que assim consiga resolver os problemas individuais e gerenciais. Nesta perspectiva, a causa do problema está centrada no indivíduo, visto que a empresa e a sociedade lhe dão a oportunidade de alcançar seus objetivos. “Investe-se na subjetividade para que se concretize, então, o ‘contrato psicológico’. O apelo ao afetivo reflete, contraditoriamente, a conquista da autonomia e a submissão do trabalhador” (SOUZA, 2011, p. 169). Através dos modelos gerenciais, o capital manipula a dimensão subjetiva do trabalho a fim de induzir o trabalhador a ter comportamentos compatíveis com a lógica empresarial. “Esse é o mecanismo inovador dos novos modelos gerenciais: extrair intensivamente do trabalhador sua disposição afetivo-intelectual, tornando-a disponível às suas exigências” (idem, p. 169).

O discurso de participação, colaboração, iniciativa, liberdade e criatividade alinha-se à lógica capitalista.

A iniciativa e a criatividade devem ser canalizadas numa direção que seja compatível com a orientação global da empresa, ou seja, a liberdade existe dentro de um certo cardápio, devendo-se evitar rupturas. Aqui os extremos são, de um lado, iniciativa e criatividade, e do outro, obediência e lealdade à tradição. Há toda uma estimulação verbal positiva para que os indivíduos tenham comportamentos mais soltos, mais livres, e dominem suas próprias rédeas, mas entre os critérios que elegem o “nós” figuram a lealdade e a continuidade, sem falar na obediência imposta pelas próprias relações padronizadas da estrutura. A empresa conclama à participação, mas numa linguagem codificada, congelada, filtrada através do imaginário do logro. Em boa medida, a tão decantada participação nada mais é que a legitimação de decisões já tomadas, ou seja, muito mais uma técnica de convencimento para sancionar o já decidido do que propriamente um processo genuíno. Enquanto método persuasivo, a falsa participação atesta a seriedade da abertura ao novo, ao democrático, ao possível para todos. (FREITAS, 1999, p. 79).

O empresariado induz o trabalhador a pensar que pode opinar nas decisões da empresa, porém, como bem demonstra Freitas (1999), todo o direcionamento das ações é dado pelo próprio empresariado. Nesse sentido, a falácia de participação não passa de um método persuasivo que controla o trabalhador e o faz ter orgulho de pertencer e de trabalhar na organização, já que o conduz a pensar ter voz ativa.

No entanto, a competição e as metas a alcançar deixam os trabalhadores inseguros em

relação ao seu futuro na organização, pois caso não alcancem as metas, serão dispensados. O risco de ser demitido é constante. “Se a empresa busca estabelecer com o indivíduo uma cumplicidade, uma coparticipação, por outro lado ela não garante mais que uma reciprocidade temporária, pois a aliança pode ser desfeita segundo suas conveniências. Pior, pede-se ao ‘traído a compreensão pela traição necessária!’” (FREITAS, 1999, p. 79).

O apelo à subjetividade e ao emocional é nítido. O capitalista aproveita-se da insegurança, do medo que o trabalhador tem de ser demitido/descartado, para fazer que os trabalhadores adiram aos seus projetos, que são retoricamente apresentados como representativos dos interesses coletivos. “[...] A empresa moderna cria de si uma imagem grandiosa e onipotente. Essa imagem atraente, sustentada por um discurso vigoroso e ambíguo, convida todos os membros organizacionais a participarem na realização dessa grande fantasia” (FREITAS, 1999, p. 158). Assim, fica claro que quanto mais o trabalhador assimilar a ideia de que a empresa é sua parceira e que junto a ela conseguirá resolver todos os seus problemas, mais controle sobre sua dimensão subjetiva o capital terá.

A organização, tentando intensificar o controle e atrelar os trabalhadores aos seus interesses, estimula a capacidade de

[...] criar ou pelo menos despertar um mundo de ilusões, de lidar com uma série de signos vazios e fortuitos cuja aparência é tão palpável que leva o sujeito a defendê-la com o fanatismo de um crente. Essa imagem flutuante, mutável, sempre a prometer mais, fundamenta-se numa retórica da autonomia, da responsabilidade e do poder decisório crescente; da empresa que harmoniza os princípios do prazer e da realidade (lugar de trabalho e do prazer); das convicções coletivas inabaláveis; do espaço do positivo. (FREITAS, 1999, p. 159).

Envolvido nesse discurso, o trabalhador sente-se capaz de vencer obstáculos e crescer profissionalmente, buscando ser reconhecido quando se esforçar e se dedicar ao máximo. Mas a manipulação do capital sobre o trabalho é tamanha que impede o trabalhador de enxergar que por mais que ele se dedique à empresa, esta só o manterá no trabalho se lhe for conveniente.

Souza (2011) ressalta o fato de que, no momento atual de crise estrutural, o capital se vale de mecanismo que lhe possibilite ter retorno rápido, e isso se dá através da introdução dos preceitos flexíveis que são menos burocráticos, com contratos de trabalhos menos rígidos e adequados à era da flexibilização. Nessa perspectiva, “[...] os homens estão sujeitos aos riscos de toda natureza: à perda do trabalho, à perda de identidade, à corrosão do caráter, à perda dos valores e dos referenciais” (SOUZA, 2011, p. 173). A flexibilização também atinge as relações de trabalho, não se limitando aos modelos gerenciais; com isso alteram-se “[...] as

formas de controle de traço burocrático para um controle mais subjetivo, mais sofisticado e sutil, e, desse modo, menos perceptível à apreensão do ponto de vista formal” (SOUZA, 2011, p. 173).

O controle é tão desumano que conduz o trabalhador a dedicar todo seu tempo de vida a serviço do capital. A era da flexibilização é marcada por incertezas e riscos para o trabalhador, impondo-lhe a necessidade de mudar constantemente. Atinge, até mesmo, a sua vida emocional, porquanto o “[...] obriga a se adaptar à experiência de estar à deriva do tempo, ou seja, de mudar de lugar a lugar, de passar de emprego a emprego” (SOUZA, 2011, p. 173). Exige-se do trabalhador uma adaptação constante não só no trabalho, mas também em sua vida familiar, já que os métodos flexíveis também se estendem à esfera da vida social. Desse modo, “[...] os sujeitos vão perdendo o sentido das relações humanas duradouras e da capacidade de criar um senso de identidade coletivo” (SOUZA, 2011, p. 174).

Essa perda de referenciais, segundo Sennett (2007), contribui para a “corrosão do caráter” (idem). Os indivíduos não têm mais perspectivas a longo prazo e acabam por naturalizar a convivência com o instável e o incerto, o que dilui os laços de compromisso e confiança entre os trabalhadores. Esse processo acarreta a desmotivação, bem como torna o trabalhador um mero sobrevivente dos riscos, inseguro e sem perspectivas para o futuro. Assim, “aqueles trabalhadores não demitidos ficam mais na expectativa do próximo corte do que satisfeitos com a vitória da competitividade” (SOUZA, 2011, p. 175).

O trabalhador é obrigado a conviver com os riscos e a assumi-los; do contrário é tido como um fracassado. “O risco é um teste de caráter; o importante é fazer o esforço, arriscar a sorte, mesmo sabendo que se está *racionalmente* condenado a fracassar” (SENNETT, 2007, p. 106, grifos do autor). A convivência operária com esses riscos resulta em perdas significativas para os trabalhadores, tanto ao que concerne a sua resistência física, pois os trabalhadores estão mais propícios a desenvolver doenças psicossomáticas, depressão, estresse, quanto ao que concerne a sua dimensão subjetiva: mudanças comportamentais, aceitação pacífica das formas de controle, negação do projeto de classe e reforço dos princípios individualistas.

O modelo flexível também reorganiza os horários de trabalho. As organizações flexíveis passam a organizar seus horários com base no chamado “flexitempo”. “Em vez de turnos fixos, que não mudam de mês para mês, o dia de trabalho é um mosaico de pessoas trabalhando em horários diferentes, mais individualizados” (SENNETT, 2007, p. 66). Essa flexibilidade no tempo, embora aparente oferecer uma maior liberdade que a rotina burocrática do trabalhador fordista, não oferece uma estabilidade ao trabalhador em relação aos seus dias de folga, nem carga horária semanal definida. Ao contrário, aprisiona-o ainda

mais à empresa, que descentralizando o tempo explora a força de trabalho do modo e no horário que lhe for conveniente.

Fica claro que a nova cultura empresarial degrada o trabalhador, explorando tanto sua dimensão objetiva quanto subjetiva. Os aspectos subjetivos do trabalho são mais explorados, pois é através deles que se consegue a adesão passiva dos trabalhadores à lógica flexível. O controle se potencializa e revela, como bem afirma Sennett (2007, p. 175), que “o capitalismo foi sempre assim. Mas não do mesmo jeito. A indiferença do antigo capitalismo ligado à classe era cruamente material; a indiferença que se irradia do capitalismo flexível é mais pessoal, porque o próprio sistema é menos cruamente esboçado, menos legível na forma”.

Com a captura da subjetividade operária e da sua disposição afetivo-intelectual o capital consegue explorar mais os trabalhadores e garantir a acumulação. Tal captura torna-se essencial para o atual processo de reprodução e expansão do capital. Com ela o capitalista difunde a noção ilusória de autonomia operária no processo de trabalho, consegue atrelar os trabalhadores aos seus objetivos, promove a competição e a fragmentação entre os trabalhadores e os torna vulneráveis às formas precárias e informais de trabalho.

Sem dúvida, os modelos gerenciais constituem uma investida do capital para camuflar a sua exploração sobre a força de trabalho e garantir sua dinâmica destrutiva. Através da captura da dimensão afetivo-intelectual do trabalho, o capital consegue aprisionar o trabalhador ao seu projeto de expansão, encobrendo a sua identidade de classe e a sua capacidade de resistência. Dificulta, assim, a defesa dos interesses coletivos, bem como fragiliza o seu poder revolucionário, fazendo com que o trabalhador deixe de lado seu ideário emancipatório. Os trabalhadores são induzidos a incorporar os interesses empresariais como se fossem os seus, já que lhes é transmitida a ideia de cooperação entre as classes. Eis o caráter sutil do controle do capital na atualidade, pois leva o trabalhador a acreditar que tem autonomia e liberdade no processo de trabalho, quando na verdade as proposições e o ideário gerenciais o aprisionam e o mantêm refém dos ditames do grande capital.

Mudam-se as formas de domínio do capital, mas preserva-se a necessidade imanente de ampliar a exploração da força de trabalho, ainda que sutilmente mascarada pelo ideário da gestão participativa, conforme discutido neste item. Assim, as possibilidades de enfrentamento e de resistência do trabalho à exploração capitalista regredem pela expansão desta complexa “teia” do controle (inovação tecnológica e gerencial associada ao apelo à autonomia do trabalhador).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desta pesquisa, realizada no Curso de Mestrado, foi analisar as formas de controle na dinâmica da sociedade capitalista, ou seja, capturar os fundamentos ontológicos do controle (dimensão coercitiva – consensual/objetiva – subjetiva) do trabalho. Para isso, optou-se por uma pesquisa de natureza bibliográfica, que permitiu entender, com base nas expressões originárias e contemporâneas das formas de controle capitalista na realidade, que a gênese do controle é essencialmente de base coercitiva, pois se constitui historicamente para garantir e ampliar a extração do trabalho excedente. Isso é feito mediante a exploração contínua e intensa da força de trabalho assalariada, articulada ao desenvolvimento das forças produtivas e à divisão do trabalho nesta sociedade.

Apreendeu-se que a apropriação dos meios de produção pela burguesia se deu nas sociedades precedentes ao capitalismo de forma violenta, quando vários trabalhadores foram expulsos de suas terras e ficaram à mercê da sociedade. Sem alternativa, o trabalhador passou a vender sua força de trabalho ao capitalista, transformando-se em mercadoria, momento que evidencia a necessidade premente do capital de exercer o domínio do trabalho com a finalidade estritamente econômica, diferentemente das relações coercitivas anteriores. O capitalista passou a consumi-la e a extrair dela a mais-valia relativa necessária para acumular mais capital.

A sociedade burguesa fundamenta-se então nesta lógica: explora continuamente a força de trabalho e apropria-se do trabalho excedente produzido. No capitalismo, o trabalho está subsumido ao capital. E é esta condição de sujeição/subordinação que permite ao capital investir em formas/técnicas de controle, indiferenciadamente, nos diversos processos de organização produtiva, que só divergem qualitativamente quando ocorrem crises cíclicas/estruturais ou quando o movimento organizativo dos trabalhadores ameaça a ordem.

Observou-se no estudo das formas originárias de organização produtiva manufatureira como surgiu o controle na sociedade capitalista. Com a divisão manufatureira do trabalho, os trabalhadores concentram-se em um mesmo local, produzindo de forma combinada e coletiva, sob o comando individual e o controle do capitalista. O trabalho de base cooperada contribui para que este explore o trabalhador e o mantenha sob seu domínio.

A organização manufatureira do trabalho constitui-se pela divisão técnica do trabalho, particularizada pela decomposição das atividades. O artesão, que tradicionalmente realizava todo o processo de trabalho, passou a especializar-se em apenas uma função. Desta forma, os

trabalhadores que antes eram autônomos transformaram-se em trabalhadores parciais. As operações também são parciais, realizadas em sequência; neste processo o trabalhador é privado de produzir todo o produto e vai gradativamente perdendo a dimensão do que produz. A anexação do trabalhador a uma só função permite aumentar a produtividade em um menor espaço de tempo, intensificando a exploração sobre o trabalho.

Na manufatura tem-se a subunção formal do trabalho ao capital; é uma subordinação parcial, pois o trabalhador ainda detém o conhecimento técnico e subjetivo sobre o trabalho, expresso em sua habilidade artesanal. São utilizadas técnicas coercitivas e autoritárias de controle visando aumentar a intensidade do trabalho. A recorrência aos supervisores, *tenagers*, *foremen*, *overlookers*, *contra-maitres* (MARX, 1985a) demonstrou técnica e hierarquicamente a concretização do controle, quando então o capitalista desvincula-se do gerenciamento da atividade fabril e assume sua função precípua de dirigente geral da reprodução do capital.

Com a generalização da maquinaria, no período da grande indústria, rompem-se as barreiras técnicas e subjetivas que impediam o pleno domínio do capital sobre o trabalho. Com o uso do maquinário o trabalhador tem sua função restrita a fiscalizar o funcionamento da máquina, tornando-se seu apêndice e perdendo o que lhe restava de autonomia na atividade produtiva. Este período é determinado pela consolidação da subsunção real do trabalho ao capital; o trabalhador subordina-se integralmente às determinações capitalistas. Potencializa-se a extração do trabalho excedente, com destaque para a generalização da mais-valia relativa.

O desenvolvimento industrial é um marco no capitalismo. A partir dele os dirigentes conseguem ampliar a produção da riqueza, espalhando os produtos no mercado mundial e consolidando globalmente a relação capital. Em contrapartida, foram geradas inúmeras consequências para os trabalhadores, como o aumento da produção em menor espaço de tempo, que reduz a absorção de força de trabalho e cria uma população supérflua, o “exército industrial de reserva”. Os trabalhadores ativos na produção ficam subordinados ao mecanismo inexorável de subsunção à reprodução do capital, ainda que sutilmente mascarada pela relação de trabalhador assalariado livre. Desse conjunto de trabalhadores destaca-se a força de trabalho feminina e infantil, incorporada de forma suplementar, que barateia/desvaloriza o trabalho em geral. Esses trabalhadores passaram a viver em condições de vida e de trabalho degradantes e desumanas, conforme descreve Engels (2010). Isso evidencia a intensa exploração do trabalho, concretizada na fragmentação, hierarquia e ritmo acelerado da atividade fabril, com a ampliação das formas de alienação.

O controle, na grande indústria, mantém o seu caráter despótico e coercitivo, ainda que

diversamente do período manufatureiro, pois generaliza a extração da mais-valia relativa com vistas a adequar o trabalhador ao ritmo frenético da grande indústria moderna, tendo o objetivo de amoldá-lo à nova forma de produzir. Observou-se que, com a introdução da legislação fabril o capital visou, ainda que de forma incipiente, manipular ideologicamente o trabalho e assim conter os movimentos operários. O dirigente capitalista utilizou-se desses mecanismos ideológicos e, com isso, a lei fabril, mais do que para disciplinar, serviu de base à consolidação da grande indústria, ao garantir as condições de reprodução social aos trabalhadores.

Com as mudanças tecnológicas e organizacionais da produção capitalista, ocorridas na fase monopolista do capitalismo, no final do século XIX, ensaiam-se formas de gestão do trabalho tayloristas, que ampliam o domínio do capital. O taylorismo, respaldado nos princípios da gerência científica, consolidou a clássica divisão do trabalho que separa concepção, gerência e execução. O trabalhador permanece condicionado à execução de tarefas repetitivas que o impedem de criar, planejar e executar o processo produtivo a seu modo. A subordinação do trabalho aumenta, pois é aperfeiçoado o controle da força de trabalho com o “controle dos tempos e movimentos”, buscando-se adaptar a classe operária à racionalidade técnica do trabalho e impondo ao trabalhador a separação entre essas atividades.

Dando continuidade à análise do controle nos processos produtivos, observou-se que, com a incorporação das ideias tayloristas por Ford, associam-se, no fordismo, as técnicas de produção “em massa” com os princípios de gerenciamento de Taylor. Nesta direção, o controle capitalista, através da modernização e do aperfeiçoamento da atividade, mescla formas coercitivas com os mecanismos persuasivos de controle do trabalho. A racionalidade do processo produtivo alia-se à constituição de um modo de vida compatível com o modelo de acumulação vigente, marcado pelo caráter rígido, disciplinador e racional.

O caráter persuasivo do controle se expressa nas compensações e benefícios sociais oferecidos pelo Estado de bem-estar social a determinada parcela de trabalhadores nos países centrais que constituíram o chamado “compromisso ou pacto fordista”. O objetivo era conter as reivindicações dos movimentos dos trabalhadores e mascarar as desigualdades sociais decorrentes do processo de exploração. Foi desta forma, mesclando técnicas coercitivas e persuasivas de controle, que o capital conseguiu a adesão operária à nova forma de produzir, possibilitando uma significativa produtividade e o crescimento econômico. Esta fase próspera do capitalismo buscou atender às necessidades de reprodução social dos trabalhadores e disseminou a cultura do americanismo no mercado mundial. O controle supera, então, o limite da fábrica e atinge um conjunto de relações que fortalecem o desenvolvimento capitalista. O

controle, além da dimensão técnica e racional, também precisa se efetivar política, ideológica e socialmente.

Nos anos 1970, em seguida aos “anos gloriosos”, o capital enfrentou uma crise de caráter estrutural que afetou seu sistema como um todo e acirrou suas contradições imanentes. Como alternativa à crise ocorre um reordenamento do capital, tendo como uma das suas expressões a difusão do modelo flexível/toyotista de produção de forma ampla e diversa, configurando a reestruturação produtiva do capital. Este padrão produtivo é marcado pela flexibilidade do processo de trabalho, pela requisição da polivalência operária e por formas de subcontratação e trabalho em equipe.

Na reestruturação produtiva, a flexibilidade na produção e nas relações de trabalho torna-se a forma estratégica de controle sutil da força de trabalho. Seus reflexos podem ser observados na organização e gestão da atividade, na mobilidade dos trabalhadores, na fragilidade dos contratos e dos salários, bem como no incentivo ao incremento tecnológico.

Verificaram-se ainda como consequências um significativo aumento do trabalho informal, a intensificação da jornada de trabalho, o rebaixamento salarial, a diminuição do poder dos sindicatos, o aumento do desemprego, a desregulamentação dos direitos trabalhistas e sociais, concomitantemente à exploração da dimensão afetivo-intelectual do trabalho. No capitalismo contemporâneo, a ofensiva do capital sobre o trabalho ocorre de forma generalizada, atingindo a dimensão objetiva e subjetiva do trabalho. De todos os processos produtivos analisados, com base nas expressões objetivas na realidade, identifica-se que a subsunção real do trabalho ao capital alcança seu grau mais elevado.

O modelo de produção flexível reorienta/redefine o controle da força de trabalho através da captura da subjetividade. Cria-se um perfil de operário diferenciado, supostamente mais motivado e adequado às inovações gerenciais e tecnológicas. Nessa era flexível, a ênfase é dada a temas como excelência, qualidade, competência, eficiência e a tudo que contribua para a construção do envolvimento e da autonomia do operário no processo produtivo. Essa captura da dimensão subjetiva supõe uma “humanização” no trabalho que romperia com as formas rígidas de controle na grande indústria e no período taylorista-fordista; estas tratavam o trabalhador como mero apêndice da máquina. Agora, o trabalhador não só executa, mas pensa, cria e participa em equipe de todo o processo de trabalho.

Entende-se que, ao contrário do que é postulado, essa captura da subjetividade operária, com o incentivo à participação e à criatividade, torna o trabalhador cada vez mais aprisionado ao ideário capitalista. Verifica-se que o estímulo à competição, por meio de bonificações e promoções, contribui para a fragmentação da classe trabalhadora; com isso a

defesa dos interesses individuais se sobrepõe à defesa dos interesses coletivos.

O estímulo à participação e aos aspectos motivacionais faz com que o trabalhador se sinta incluído no processo de produção, assimilando a ideia de que participa ativamente da organização do trabalho. Em verdade, o que o capital pretende com o incentivo à participação é mascarar a articulação entre execução e elaboração que o processo flexível demanda, através da intensa exploração do trabalhador. O controle apresenta-se sutilmente travestido na proposta de autonomia do trabalhador no processo de trabalho.

Apreendeu-se que, na atualidade, há um redimensionamento das formas de controle do capital sobre o trabalho com vistas a incrementar o processo de acumulação em tempos de crise estrutural. Mediante a articulação das formas coercitivas e persuasivas de controle, o capital apropria-se do *savoir-faire* do operário, munido pelos mecanismos ideológicos de que o trabalhador deteria autonomia no controle do processo de trabalho. Esse trabalhador é cooptado/manipulado e age, em sua grande maioria, segundo tais preceitos. O trabalhador que, no período taylorista-fordista, era coordenado e supervisionado por uma gerência, é agora “supostamente” responsável pelo seu “autocontrole”, bem como pelo controle dos demais trabalhadores. Ao estimular o “autocontrole” o capital visa fragmentar e dispersar os trabalhadores, ampliando a competição entre eles e dificultando sua organização em sindicatos de classe e em movimentos contestatórios aos fundamentos que determinam a relação capital – a vigência do trabalho abstrato.

Com a análise dos fundamentos do trabalho e do controle, nesta pesquisa foi possível perceber que não há como a sociedade capitalista se reproduzir via controle social do trabalho da produção material da riqueza e das relações sociais. Conforme dito anteriormente, o trabalhador não tem autonomia porque é efetivamente controlado, objetiva e subjetivamente, pelo capital. É um trabalho desumano que o degrada física e subjetivamente, tornando-o condicionado aos mecanismos alienantes do trabalho abstrato. Os trabalhadores reproduzem essa sociedade porque objetivamente estão subordinados a um controle social exercido por uma classe que detém privadamente o domínio da reprodução da vida e da sociedade em sua integralidade. E as formas ideológicas de controle produzidas ao longo do desenvolvimento capitalista, conforme explorado neste estudo, apenas mascaram sutilmente o caráter coercitivo inerente ao controle capitalista. Este consiste em extrair continuamente e de forma intensa o trabalho excedente.

Por fim, ressalta-se que enquanto houver capitalismo, o controle sobre o trabalho estará presente porque esta sociedade só se reproduz mediante a exploração do trabalho abstrato. Só haverá o controle social dos trabalhadores da produção material da riqueza

quando a sociedade for regida consciente e coletivamente pelo trabalho associado. Para tanto, é necessário abolir/destruir o trabalho abstrato, a propriedade privada e o Estado, e construir uma nova sociabilidade em que os homens possam livremente controlar a produção, direcionando-a para o atendimento pleno de suas necessidades de trabalho e de reprodução social. Este é o controle social que poderá ser exercido por aqueles que efetivamente produzem a riqueza da sociedade – os trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O novo e precário mundo do trabalho**. Reestruturação Produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

AMARAL, Maria Virginia Borges. **Discurso e Relações de Trabalho**. Maceió: EDUFAL, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**- Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. **Capitalismo Monopolista**: ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1996.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Tradução Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 1987.

BERNADO, João. **Democracia totalitária**: teoria e prática da empresa soberana. São Paulo: Cortez, 2004.

CATTANI, Antônio D. **“Gestão Participativa”**. In: CATTANI, Antônio D. (org.). Trabalho e tecnologia: dicionário crítico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 107-114.

CHIAVENATO, Idalberto. **“Higiene, segurança e qualidade de vida”**. In: CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas, Rio de Janeiro: Editora Campos, 1999, p. 374-398.

COSTA, Gilmaisa Macedo da. **Indivíduo e sociedade**: sobre a teoria da personalidade em Georg Lukács. Maceió: Edufal, 2007.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização**: (des)fordizando a fábrica- um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo Editorial/ EDUFBA, 1999.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 2. ed. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

FREITAS, Maria E. de. **Cultura organizacional: identidade, sedução e carisma?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. Tradução Bernardo Joffili. São Paulo: Boitempo, 1999.

GORZ, André. **“O despotismo da fábrica e suas consequências”**. IN: GORZ, André (org.). Crítica da divisão do trabalho. Tradução Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza do homem**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC editora, 1964.

LARANGEIRA, Sônia M. G. “**Círculos de controle de qualidade**”. In: CATTANI, Antônio D. (org.). Trabalho e tecnologia: dicionário crítico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 40-43.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3. ed. rev. e ampl. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007a.

_____. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007b.

_____; TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes. **Programas de qualidade total e seus impactos sobre a qualidade de vida no trabalho**. In: Revista de administração. São Paulo. -v. 2, n. 4-, 1994.

MARX, Karl. “**O trabalho alienado**”. In: Marx, K. Manuscritos econômicos- filosóficos. Trad. Artur Morão. Portugal: Edições 70, 1964.

_____. **O Capital**. Vol. I. Tomo I. Coleção Os Economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985a.

_____. **O Capital**. Vol. I. Tomo II. Coleção Os Economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985b.

MELLO, Alex F. **Marx e a globalização**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, José Paulo. “**Transformações Societárias e Serviço Social**- notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil”. In: Serviço Social e Sociedade n.50. São Paulo: Cortez, 1996, p. 87-132.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. (biblioteca básica de Serviço Social) São Paulo: Cortez, 2007.

PANIAGO, C. **Mészáros e a Incontrolabilidade do Capital**. Alagoas: Edufal, 2007.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SANTOS, Larissa. T. R., RODRIGUES, Elida. J. B. **Capitalismo Monopolista, Questão Social e Serviço Social** In: XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2012, Juiz de Fora.

SOUZA, Reivan Marinho de. **Controle Capitalista e Reestruturação Produtiva: Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade- PBQP**. Maceió: Edufal, 2011.

SWEEZY, Paul M. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

TONET, Ivo, **Método Científico** (*mimeo*).